

Kassiane Schwingel

“Não é fácil viver no coletivo”. Experiência e consciência de classe
no assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira/SC (1988-2013).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo
Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre
em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2014

Dedico este trabalho a todos que ainda mantêm a coragem
de questionar e propor mudanças.

“Temos, há muito tempo, guardado dentro de nós um silêncio bastante parecido com
estupidez.” - Eduardo Galeano

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão
glorificando o caçador.”- Eduardo Galeano

RESUMO

O Assentamento Conquista na Fronteira é o objeto de pesquisa e análise deste trabalho. Tal Assentamento foi constituído no ano de 1988, na cidade de Dionísio Cerqueira-SC, por meio de dois coletivos de agricultores: um, oriundo do Movimento dos Sem Terra e outro, formado por famílias do próprio município. Essa experiência justifica-se pela necessidade de conhecermos propostas diferenciadas de relações de trabalho e humanas, bem como o resultado dessa organização específica que pode ser espelho para outros grupos. Este trabalho busca analisar a realidade agrária do oeste catarinense a partir da década de 1950, bem como compreender como eram as vivências nos acampamentos que surgiram na região na década de 1980. A partir disso, é possível realizar uma análise sobre o que o Assentamento Conquista na Fronteira representa hoje e quais as suas características que são fruto da história dos assentados, enquanto integrantes de um Movimento de luta pela terra. Esta discussão torna-se válida e importante, pois possibilita reconhecer como se organiza uma experiência concreta de reforma agrária, além de expor a importância de elementos simbólicos. Para a concretização do estudo, foram realizadas pesquisas de campo no Assentamento, buscas no Centro de Memória do Oeste Catarinense, além de entrevistas com os integrantes do Assentamento. Com isso, foi possível relatar a história segundo o seu ponto de vista, além de fazer observações sobre o dia-a-dia no local. Baseando-se em conceitos de Thompson e Gramsci, foi possível perceber a importância das experiências comuns como elemento aglutinador, além do valor dado à formação de uma consciência de classe. Nesse sentido, destacam-se as lideranças locais, desempenhando uma função de intelectual orgânico, além das entidades ligadas à Igreja Católica que davam sentido à luta através do constante trabalho espiritual. Tendo compreendido o que é e como se organiza esta experiência, o trabalho busca relacioná-la aos conceitos de revolução passiva e revolução popular, no intuito de aprofundar ainda mais a análise.

Palavras-chave: Movimento Sem Terra, Assentamento, Experiência, Consciência de classe.

ABSTRACT

The Assentamento Conquista da Fronteira is the great object of research and analysis of this work. Such settlement was established in the year of 1988, in the city of Dionísio Cerqueira-SC, by two corporate of agriculturists: one, deriving from Movimento dos Sem Terra and the other, made up by families of it's own city. This experience justifies itself by the need of knowing differentiated purposals of relations of work and humans, as well as the result of this specific organization that can be a mirror for other groups. This work seeks for knowing the agrarian reality of the catarinense west since the decade of 1950, as well as understanding how were the experiences on the settlements that arised on the region in the decade of 1980. From this, it is possible to make an analysis about what the Assentamento Conquista da Fronteira represents today and which are your characteristics that are result of the story of the settlers, as members of a movement of struggle for land. This discussion becomes valid and important, because it allows recognizing how a concrete experience of agrarian reforming organizes itself, in addition to exposing the importance of symbolic elements. For the study concretion, field researches were performed on the settlement, searches at Centro de Memória Oeste Catarinense, apart from interviews with the members of the Assentamento. With this, it was possible to relate the story according to their point of view, besides from doing observations about the rotine on the place. Based on concepts of Thompson and Gramsci, it was possible to realize the importance of the common experiences as unifying element, apart from the value given to the formation of a class consciousness. In this sense, stands out the local leadership, performing a organic intellectual function, besides from the entities linked to catholic church who had given meaning to the strife through the constant spiritual work. Having understood what it is and how this experience is organized, the work looks for relating it to the concepts of passive revolution and popular revolution, in order to enhance even more this analysis.

Keywords: Movimento Sem Terra, Assentamento, Camp, Memory, Class Concious.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Notícia sobre Congresso dos Sem Terra	28
Figura 2	Mapa dos municípios da região Oeste de Santa Catarina	33
Figura 3	Notícia sobre Sem Terras e deputados	48
Figura 4	Notícia sobre situação precária dos acampamentos	52
Figura 5	Foto do acampamento Bandeirantes	54
Figura 6	Foto de pai e filho acampados	54
Figura 7	Manchete de jornal sobre êxodo rural de jovens no oeste de Santa Catarina	57
Figura 8	Notícia de encontro de lideranças do MST com governo	61
Figura 9	Notícia de denúncia da Igreja sobre acampamentos	64
Figura 10	Notícia de manifesto da Igreja Luterana contra a concentração fundiária	67
Figura 11	Notícia sobre Sem Terras não invasores	72
Figura 12	Notícia sobre divisão de terras para assentamentos	72
Figura 13	Foto de crianças acampadas	73
Figura 14	Foto de moradias de acampamentos Sem Terras	74
Figura 15	Notícia sobre morte de Sem Terra por pistoleiros	75
Figura 16	Foto do quadro organizacional do Assentamento Conquista na Fronteira	95
Figura 17	Portal de entrada do Assentamento Conquista na Fronteira	105
Figura 18	Portal de entrada do Assentamento Conquista na Fronteira	106
Figura 19	Placa presente no interior Assentamento.....	106
Figura 20	Interior da casa de um assentado	107
Figura 21	Momentos de coletividade	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estabelecimentos agropecuários brasileiros, de 1950 a 1985.....	19
Tabela 2	Índice de concentração da terra em diferentes níveis.....	37
Tabela 3	Famílias pioneiras que ainda estão no Assentamento	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COOPERUNIÃO	Cooperativa União do Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FESTAESC	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NPNRA	Novo Plano Nacional de Reforma Agrária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AS CARACTERÍSTICAS AGRÁRIAS E FUNDIÁRIAS DO OESTE CATARINENSE, DE 1950 A 1980	18
1.1 Movimentos sociais de luta pela terra: aspectos gerais a partir de 1950.....	19
1.2 Década de 1980 e a reconfiguração dos Movimentos de luta pela terra	23
1.2.1 O Surgimento do MST	25
1.2.2 A violência como expediente para coibir as lutas sociais	29
1.3 O contexto histórico do Oeste catarinense: síntese panorâmica.....	33
1.3.1 A inserção da região no macro-processo de transformação da agricultura brasileira: 1970/1980	36
1.3.2 O MST no Oeste catarinense	41
2 A CONSTITUIÇÃO DE UM COLETIVO DE SEM TERRAS	46
2.1 O caminho para as ocupações.....	46
2.2 Os Acampamentos: espaço de organização coletiva	49
2.3 Os integrantes dos acampamentos	51
2.3.1 Relatos de trajetórias: a memória da ocupação e do acampamento	55
2.4 A organização interna: o papel das lideranças.....	59
2.5 O campo das mediações e o papel dos grupos religiosos	63
2.6 A construção da identidade Sem Terra no acampamento.....	68
2.7 As forças repressivas e suas ações nos acampamentos	70
2.8 Divergências internas: dos conflitos à consciência de classe	87
3 O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA: CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADE	80
3.1 De “Sem terra” para “Com terra”	81
3.2 Entre conquistas e tensões	85
3.2.1 As primeiras conquistas: terra, comida e casa	86
3.2.2 Idas e vindas de famílias	88
3.2.3 Trabalho coletivo: desafios e vitórias	93
3.2.4 Religião, saúde e educação: as diferenças e a construção de propostas	97
3.3 O trabalho de conscientização e a formação de uma “classe” no Assentamento Conquista na Fronteira	101

3.4 O conceito de experiência como aglutinador	110
3.5 Assentamento Conquista na Fronteira: uma revolução passiva?.....	113
3.5.1 Revolução passiva ou popular: a avaliação de seus integrantes.....	117
3.5.2 Perspectivas do Assentamento Conquista na Fronteira	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a refletir acerca do processo de constituição do Assentamento Conquista na Fronteira, localizado na cidade de Dionísio Cerqueira em SC. Este Assentamento está ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tem como data de criação o dia 24 de junho de 1988. Sendo assim, é uma experiência de 25 anos e com uma organização da vida e de trabalho com características específicas, pois as 60 famílias que o compõem vivem baseadas no trabalho coletivo. Porém, não é por isso que essas famílias estão alheias ao mundo globalizado, relacionando-se com ele de forma direta e indireta.

Busca-se com esse trabalho reconhecer às condições preliminares a luta pela terra e as diversas etapas vivenciadas até chegar ao Assentamento. Embora este estudo esteja focado em uma única experiência, ele justifica-se pela possibilidade de refletir e discutir questões muito mais amplas, como: a distribuição da terra no Brasil, a forma de luta popular pela melhor distribuição da terra, os acampamentos do MST e a forma como são tratados pelo governo, o processo de Assentamento Rural desenvolvido e o significado dos assentamentos rurais nos tempos atuais.

Tais temas são de extrema importância, seja para as pessoas que estão ligadas diretamente ao campo ou para as camadas urbanas, isso porque refletir sobre o campo brasileiro tem se mostrado uma necessidade. As questões que envolvem o campo interferem na vida de todas as pessoas e a luta pela terra e o seu uso são determinantes para a dinâmica posta em prática nas zonas rurais.

Conhecer a luta pela terra e experiências de assentamentos rurais é imprescindível para compreender com maior clareza a história vivenciada no Brasil, principalmente no Sul, por ser o berço do MST (1984, Cascavel-PR¹). Além disso, a pesquisa justifica-se por trazer à tona uma experiência ligada ao MST vista como positiva pela sociedade circundante, pois os meios de comunicação normalmente mostram, sobretudo, os fatos negativos que acontecem em determinados assentamentos do Movimento.

¹ O Brasil vivia uma conjuntura de duras lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Como parte desse contexto, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Ou seja, o Movimento não tem um dia de fundação, mas essa reunião marca o ponto de partida da sua construção. (Informação do site oficial do MST: www.mst.org.br).

Além da compreensão do desenvolvimento e do funcionamento do Assentamento Conquista na Fronteira, é importante pensar sobre o significado da experiência. Uma prática de coletivização, reunindo 60 famílias há 25 anos, inserida em um modelo de sociedade capitalista, que tem no individualismo um de seus pilares, merece um estudo e uma análise.

O trabalho gira em torno de grandes problemas como: qual a origem dos integrantes do Assentamento? De que forma é organizada a luta pela terra no oeste de Santa Catarina? Que processo de conscientização ocorreu com os assentados desde a luta pela terra até a organização da Conquista na Fronteira? Qual o papel desenvolvido pelo MST na constituição do Assentamento? Como se deu a organização dos acampamentos que também deram origem à experiência atual? Quais as bases teóricas deste coletivo de agricultores? Quais são os elementos que produziram a consciência do coletivo? Quais são as práticas que reforçaram as ideias iniciais do grupo?

Além dessas questões, assunto de cunho teórico também foi abordado: como a ideia de experiência, a partir de Thompson, pode ter sido determinante para a união dos integrantes do Assentamento? De que maneira foi sendo construída a ideia de uma classe social entre os seus assentados? Quais elementos simbólicos dão a ideia de pertencimento a uma mesma classe ou grupo social? A experiência desenvolvida no Assentamento Conquista na Fronteira caracteriza-se como uma revolução popular ou revolução passiva (segundo conceitos gramscianos)?

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, consultando pesquisas já realizadas sobre a região oeste de Santa Catarina e a luta pela terra, além de materiais sobre o próprio Assentamento Conquista na Fronteira. O arquivo histórico CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) também foi usado como fonte de pesquisa, principalmente no que se refere à divulgação dada sobre os fatos históricos pelos jornais estaduais. Além da pesquisa documental, a história oral está presente através das entrevistas realizadas com os assentados, as quais são mais bem detalhadas no decorrer do texto.

Para dar conta de tais questões, nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, são tratados o contexto e as lutas pela terra anteriores ao Assentamento e aos acampamentos do MST. Uma breve revisão histórica é feita, tratando das lutas pela terra que aconteciam a partir da década de 1950, focando especificamente a região Oeste de Santa Catarina, por esta ser a região onde hoje se localiza o Assentamento estudado. O surgimento do MST é destacado e as formas de coibir essas lutas também, relatando as ocupações realizadas

no ano de 1985. Este capítulo torna-se muito importante, pois possibilita reconhecer como se dava a luta pela terra no oeste catarinense, bem como a origem das pessoas envolvidas nesta luta.

No segundo capítulo pretende-se compreender como aconteciam as ocupações de terra e como se organizava a vida nos acampamentos. Não se trata de um local em específico, pois vários surgiram na região e as pessoas que compõem o Assentamento Conquista na Fronteira vieram de diversos acampamentos. Nesse capítulo, são tratadas questões relativas a organização e funcionamento destes espaços, como: o papel das lideranças, as inferências da Igreja, as forças de repressão e seu enfrentamento, as divergências internas e a construção de uma identidade específica enquanto “sem terra”. Com essas informações foi possível ter uma visão geral do que eram os acampamentos e através desta análise reconhecer que as ideias e métodos lá trabalhados serão importantes na constituição do Assentamento.

Após compreender o contexto anterior e as primeiras lutas pela terra, além do funcionamento dos acampamentos, quer se conhecer o processo de Assentamento. É neste momento que o estudo volta-se especificamente para o Assentamento Conquista na Fronteira e seus integrantes. No terceiro capítulo, é feito um relato da transição da condição de “sem terra” para a condição de assentado (com terra). Mostra-se como foram organizadas as questões básicas, como alimentação e moradia, até questões mais complexas como a religião, e as propostas de saúde e educação.

Porém, este capítulo não limita-se a descrição do Assentamento Conquista na Fronteira. Ele também busca teorizar a experiência vivenciada no Assentamento para melhor compreendê-la. Esse diálogo entre a prática social e a teoria vem sendo desenvolvida desde o relato do funcionamento dos acampamentos, entretanto é neste momento final que ela ganha força. Usando os conceitos de experiência e consciência de classe a partir de Thompson e Gramsci, o terceiro capítulo busca averiguar hipóteses acerca do que é relatado.

Gramsci e Thompson são os autores elencados para a teorização deste trabalho, por pensarem aspectos considerados primordiais na experiência analisada, como: o papel dos intelectuais (lideranças) na sociedade (GRAMSCI, 1971), a noção de experiência como diferencial em um grupo social (THOMPSON, 1981), o conceito de classe social e consciência de classe (GRAMSCI, 2004) e até mesmo conceitos mais abstratos como “revolução passiva” ou “revolução popular” (GRAMSCI, 2002).

Thompson defende que a experiência é um fator decisivo nas escolhas de um determinado grupo social. O conceito de experiência traz consigo a noção das vivências pessoais e da forma com que são vistas pelos sujeitos e por eles retrabalhadas. Nesse sentido, busca-se compreender de que forma as vivências anteriores ao Assentamento, seja a exclusão social ou a passagem pelos acampamentos, trouxeram mudanças nos valores ou nas posturas do grupo social.

Além disso, a noção de classe social estreitamente ligada à história pessoal e do grupo, como é trabalhada por Thompson, faz refletir acerca da formação de uma classe social, associada aos sem terra ou então o reconhecimento do pertencimento a uma classe social. Mas, para que este grupo de pessoas consiga formar de fato uma classe, deve passar por um processo de formação de consciência de classe, algo que na prática pode ser percebido dentro dos acampamentos.

Já Gramsci, traz outros importantes conceitos. Um deles trata dos intelectuais orgânicos, que seriam as lideranças capazes de conscientizar as demais pessoas sobre a condição de exploração em que vivem. Pode-se perceber claramente este conceito no papel desenvolvido pelas lideranças, seja no processo de organização de luta pela terra, nos acampamentos ou então no próprio Assentamento. O processo definido pelos assentados como “formação”, nada mais é do que uma conscientização desenvolvida pelas lideranças, ou seja, o trabalho de intelectuais orgânicos.

Outro conceito trabalhado por Gramsci e usado como parâmetro neste trabalho é a “revolução passiva”. Gramsci define como revolução passiva os processos de mudança desenvolvidos em uma sociedade, mas que não tem origem nas camadas populares. Seriam medidas paliativas tomadas pela classe dominante, como forma de evitar mudanças nas estruturas sociais. Nesse sentido, leva-se a reflexão sobre o significado da experiência do Assentamento Conquista na Fronteira: a experiência coletiva é de fato um revolução popular, que propõe um modelo alternativo de vida e produção, ou então é apenas uma forma de sobreviver no sistema vigente e amenizar a luta pela reforma agrária?

As noções trabalhadas pelos dois autores são discutidas no decorrer do texto, buscando compreender o assunto com maior profundidade. Apesar deste trabalho levar em conta o poder que as estruturas econômicas têm para influenciar os rumos da história, ele não nega as

interferências de fatores políticos, sociais e até mesmo culturais no desenvolvimento da experiência analisada.

O método utilizado baseou-se no uso constante de história oral. Para isso, foram realizadas entrevistas com diversos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, aproveitando suas falas para buscar entender como os próprios assentados percebem a luta pela terra e o momento vivido atualmente, no Assentamento.

As entrevistas foram realizadas como pesquisa de campo, no próprio Assentamento Conquista na Fronteira. Já tínhamos uma experiência prévia de contato com os seus integrantes, devido à pesquisa anterior² realizada no mesmo, no ano de 2011. Nesse momento, foram realizadas três visitas distintas para estudo, entre os meses de abril de 2012 e outubro de 2013. Nessas entrevistas foi possível conhecer a história do interlocutor na luta pela terra, como o mesmo adentrou no Movimento Social, como percebia o Assentamento, quais as suas perspectivas e dificuldades.

Tais conversas foram realizadas com assentados, em sua maioria, presentes no Assentamento desde a sua fundação. Alguns interlocutores foram indicados pela comissão interna que recebe os visitantes, de acordo com o que se indicava querer saber no momento. Outros interlocutores participaram das entrevistas de forma mais espontânea, por estarmos convivendo durante as visitas. De todos os interlocutores, tivemos a participação de nove homens e três mulheres, sendo que dois fazem parte das famílias oriundas do município de Dionísio Cerqueira e nove tem sua origem nos acampamentos do MST, a partir das ocupações da década de 1980. Além disso, um interlocutor entrou no Movimento na década de 1990, vindo a morar no Assentamento no ano de 2003.

O trabalho com a memória é sempre complexo, pois vivências pessoais podem vir à tona e acabar voltando-se para individualidades. Porém, também é bastante rico, pois diversos pontos de vista podem ser analisados tratando-se de um mesmo fato. Além disso, a presença no campo de pesquisa possibilitou observações próprias acerca da realidade local, trazendo outra perspectiva. Nesse sentido, acredita-se que este trabalho tenha uma auto-reflexão para o próprio grupo social integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, percebendo que a heterogeneidade do grupo é o que o torna rico em propostas.

² SCHWINGEL, Kassiane. Cooperativismo rural: perspectivas antagônicas no Oeste de Santa Catarina. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História – UNOESC, Joaçaba-SC.

Enfim, o que este trabalho almeja é refletir a experiência de coletivização, as impressões de quem a construiu e as interpretações a partir de aspectos das teorias elaboradas por Gramsci e Thompson.

1. AS CARACTERÍSTICAS AGRÁRIAS E FUNDIÁRIAS DO OESTE CATARINENSE, DE 1950 A 1980

Este capítulo inicial trata da contextualização histórica do objeto de estudo, que foi o Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra “Conquista na Fronteira”. Tal Assentamento está localizado no município de Dionísio Cerqueira-SC, tendo como ano de fundação 1988.

O grande objetivo deste texto foi fazer com que se compreenda a realidade da década de 1980 no Brasil, no que tange a luta pela terra e também a realidade do Oeste do estado de Santa Catarina, região de localização do objeto. O reconhecimento da realidade regional foi importante para a compreensão da continuidade do processo de assentamento, pois os componentes dos acampamentos que dão origem ao “Conquista na Fronteira” são advindos desta região.

A história do Oeste de Santa Catarina mostra os conflitos de luta pela terra e por isso justifica-se a necessidade de uma retomada a partir da década de 1950, para se ter um mínimo de compreensão do contexto, visto que a luta pela terra é ainda anterior a esta década. Muito antes de qualquer nomenclatura de Movimento social existir, a luta pela terra já estava acontecendo.

É importante reconhecer as lutas anteriores à década de 1980, entretanto a organização regional em Movimentos Sociais é um marco na luta pela terra. A história da criação e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também é exposta neste texto, para que haja compreensão sobre as suas bases e objetivos.

Mas, para que o trabalho não se limitasse à descrição histórica, foram realizadas algumas reflexões, em seu decorrer a partir de conceitos gramscianos como: hegemonia, consciência e Estado. Com isso, foram percebidos e analisados novos elementos que passam a fazer parte da história do Oeste catarinense, bem como sua influência sobre os habitantes da região.

Ressalta-se que a região oeste de Santa Catarina foi alvo de poucos estudos no período de 1950 a 1980, com o qual se trabalhou. Sendo assim, a variedade de autores e perspectivas acaba sendo prejudicada. Entretanto, buscou-se uma visão mais ampla da região e de seu desenvolvimento, tentando compreender as diversas influências por ela sofridas.

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA: ASPECTOS GERAIS A PARTIR DE 1950

Mesmo que todo o quadro de desigualdade social, em relação a terra pareça não sofrer grandes alterações no decorrer da história, sabe-se que há agentes buscando melhorias na distribuição e no acesso à terra no Brasil. Tal esforço não advém da representação política, mas sim da sociedade civil organizada, através de Movimentos Sociais. Quis-se então, compreender como se dá a criação de tais Movimentos e como acontece sua atuação, partindo no decorrer do texto para o contexto do Sul do Brasil, a partir da década de 1950.

Os Movimentos Sociais de luta pela terra ganham força no Brasil a partir da realidade desigual na distribuição da propriedade da terra. O foco de tais Movimentos é combater a concentração fundiária que foi uma realidade no Brasil, desde as primeiras divisões de terras entre os portugueses em 1534, e pode ser percebida também no período estudado, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários brasileiros, de 1950 a 1985

Período	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
1950	1,3	15,31	16,62	32,52	50,86
1960	2,24	19,04	21,28	34,43	44,15
1970	3,09	20,42	23,51	36,97	39,52
1975	2,77	18,58	21,35	35,79	42,86
1980	2,47	17,68	20,14	34,75	45,1
1985	2,66	18,55	21,22	35,06	43,73

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

A tabela mostra que os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha representavam apenas 16,62% do total de imóveis rurais, no ano de 1950. Este número apresenta um aumento até a década de 1970 e registra uma pequena queda em seu decorrer. Na década de 1980, os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha representavam 20,14% da totalidade, o que mostra que as propriedades consideradas pequenas ou familiares não chegavam a representar um quarto do total.

Em compensação, as grandes propriedades representavam mais da metade do total, segundo os dados de 1950. O número de propriedades com 1000 ha ou mais teve uma queda na

década de 1970, mas manteve-se alto. Agrupando as propriedades com 100 a 1000 ha e as maiores de 1000 ha temos, na década de 1980, 79,85% dos estabelecimentos rurais do país.

Pautados nos dados apresentados, organizam-se os Movimentos Sociais de luta pela melhor distribuição da terra e no cumprimento da “função social”³ dessa. Dessa luta maior, nascem outras questões políticas, como a reforma agrária. Fernandes (2000, p. 27) explica que “a luta pela terra é uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado.” Por ser uma política pública de competência do Estado, a reforma agrária precisa ser discutida nas diversas esferas que compõem o Estado, o que pode tornar o processo lento.

Gramsci (1991, p. 244) define Estado como “[...] todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjogados as suas regras.” Sendo o Estado um instrumento de poder do grupo dirigente, dificilmente teria iniciativa própria para realizar a reforma agrária, pois a classe dominante muitas vezes converteu-se em classe dirigente, seja no país, no estado ou em âmbito local.

Assim, percebeu-se que os Movimentos Sociais de luta pela terra foram de extrema importância para manter as questões agrárias e fundiárias em pauta no governo. Através da pressão exercida por esses Movimentos é que questões como a reforma agrária puderam ser debatidas. É importante lembrar que durante o período estudado o Brasil vivenciou a ditadura civil-militar (1964-1985), com governos ditatoriais e, em Santa Catarina, mesmo após o fim desse período, o primeiro governador eleito foi Esperidião Amim, que já havia governado Santa Catarina por nomeação dos militares.

O avanço na luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado. Todavia, até o momento o Estado não tem conseguido efetivar uma política de reforma agrária que desconcentre a estrutura fundiária. Evidentemente que a participação do Estado nesse processo é fundamental. Mas não é determinante e nem propositiva. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses (FERNANDES, 2008, p. 28). Ou seja, os pequenos avanços que acontecem no país em relação à reforma agrária surgem da pressão dos Movimentos Sociais, fazendo com que se reflita: afinal, o Estado não consegue fazer a reforma agrária ou não quer a fazer?

³ Entende-se aqui como função social a definição dada pela Constituição Federal de 1988: **Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Os Movimentos Sociais são constituídos no contexto brasileiro, buscando pressionar o governo e a sociedade civil em relação a esta problemática. Apesar das carências de nossa sociedade, é necessário que existam grupos que organizem as lutas para que elas efetivamente estejam em pauta. Gohn (1991, p. 57) afirma que “Não bastam às carências, pois, se assim fosse, já deveria ter ocorrido uma revolução no Nordeste brasileiro [...] As lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que ‘puxam’ as lutas.”.

Datar o surgimento das lutas pela terra é algo bastante difícil, já que há diversas hipóteses sobre o assunto, variando de acordo com a abordagem temática que se segue. Além disso, nem sempre se encontra registros sobre alguns Movimentos Sociais, até porque nem eram considerados como agentes sociais por algumas camadas da sociedade. Porém, uma perspectiva interessante vem ganhando espaço em diversos estudos, fazendo uma ordenação diferenciada em relação aos Movimentos.

Uma perspectiva tem permeado estudos, de brasileiros e não-brasileiros, a respeito dos Movimentos Sociais do Campo. A partir do caso brasileiro, concretamente, tal perspectiva ordena os diferentes Movimentos da seguinte maneira: messianismo, como aconteceu em Canudos e no Contestado; banditismo social, como aconteceu no Nordeste com Antonio Silvino e Lampião; associativismo e sindicalismo como aconteceram com as ligas camponesas e os sindicatos dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1986, p. 27).

Os Movimentos Sociais se tornam um espaço de organização, onde as pessoas passam a se perceberem como integrantes da história, sendo esta construída a partir de concepções de vida própria. Ou seja, o sujeito que passa a fazer parte dos Movimentos de luta pela terra torna-se construtor de uma história coletiva, baseada em ideais próprios, mas também coletivos, e com objetivos que visam à melhoria na sua qualidade de vida. Sobre esta integração, Santos (1994, p.39) afirma que “os homens e as mulheres não são mais produtos da história, são seus produtores.” As pessoas passam a reconhecerem-se como integrantes de uma história coletiva e, dessa forma, capazes de interagir com esta realidade e buscar transformações.

O reconhecimento das pessoas como coprodutores da história é determinante para os Movimentos Sociais do Campo, já que percebem a necessidade de buscarem melhores condições de vida. Além disso, por um grande período da história brasileira, o “homem do campo”, suas ideias e perspectivas foram ignoradas. A partir dessa constatação, é importante entender as ideias de consciência e hegemonia, trabalhadas por Gramsci.

Como *consciência*, Gramsci fala no entendimento de como as pessoas estão sujeitas aos efeitos de visões ideológicas concorrentes em relação ao mundo. Ao entrar em um Movimento

Social, acredita-se que o indivíduo inicie um processo de conscientizar-se, pois passa a formular visões e ideias próprias em relação ao mundo e à sociedade, diferentes do que diz a classe dominante. Porém, dentro do próprio Movimento Social algumas percepções são estimuladas, para que os ideais coletivos sejam aceitos pelo grupo.

Essa classe constrói uma visão hegemônica de mundo e a difunde entre todos os integrantes da sociedade. Magalhães (2001, p.101), comenta o conceito gramsciano de hegemonia definindo-a como “o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas”. Ou seja, muitas vezes o camponês seguia os valores das classes dominantes e excluía-se a possibilidade da construção de um conjunto de valores próprios desta fração social.

A partir dessa exclusão⁴ histórica e política, pode-se entender melhor a necessidade dos Movimentos Sociais do Campo. Martins (1986, p. 25) fala sobre a ação política do camponês, demonstrando que a sua anulação o deixa de lado das decisões que definem o rumo da história:

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento de sua ação política. [...]Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo.

Para pôr fim a esse processo de exclusão social, a organização popular em Movimentos Sociais foi uma das alternativas. Através da coletividade as pessoas que não tinham acesso à terra buscavam as transformações para o campo, que se mostravam tão necessárias para uma melhora nas condições de vida.

A ação transformadora só pode ser eficiente quando fundada nas relações entre a teoria e prática, isto é, na vinculação de qualquer idéia com suas raízes sociais. Tomar a ideologia como dimensão básica de toda ação transformadora significa reconhecer que não é o homem no singular (embora seja o único que exista) que irá operar a transformação. É o homem tomado coletivamente. A ideologia não suprime a individualidade, mas lhe dá força, cimentando-a a massa, aos outros. Pelo sentido que damos à ideologia, não é o homem que transforma que faz a história, mas a massa de homens, isto é, os homens juntos (GADOTTI, 1969, p. 68).

Embasados em um ideal coletivo, os Movimentos Sociais do campo buscaram superar os interesses individuais e as necessidades locais, para alcançar uma mudança muito mais ampla e profunda: a transformação do cenário rural brasileiro, percebido por eles como injusto em sua distribuição. Para isso, a necessidade de união e de atuação prática alavancou os

⁴ Ao usar a terminologia “exclusão” neste trabalho, compreende-se a negação de direitos básicos, inclusive de participação efetiva na tomada de decisões na sociedade. Entretanto, sabe-se que embora não tendo acesso a direitos, os camponeses continuavam incluídos na sociedade e relacionando-se com a mesma. Apesar da complexidade deste conceito, este é o que melhor retrata a situação.

Movimentos Sociais, entendendo que a teorização de questões era importante, mas as ações práticas também seriam uma forma de pressionar os governos e a sociedade em geral por mudanças.

1.2 DÉCADA DE 1980 E A RECONFIGURAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA

A partir de 1960, vários foram os Movimentos Sociais do Campo que se organizaram e ganharam destaque regional ou nacional. Dentre eles, é importante citar as Ligas Camponesas⁵ que buscavam mudanças imediatas para o homem do campo, mas também pregavam a necessidade de uma revolução no campo.

Já na década de 1980, outros Movimentos surgiram ligados, principalmente ao sindicalismo, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG). Também surgem Movimentos com causas mais específicas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), partindo de uma realidade mais atual.

Acentua-se a força que tais Movimentos já exerceram sobre a sociedade. Ainda na década de 1980, Martins (1986, p. 9) comentava: “Fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o de que os Movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos.” É nesse período histórico que se concentrará a reflexão a partir de agora.

Na década de 1980, a população pôde revelar, durante o período da ditadura militar, um sentimento de insatisfação com o governo e com a realidade social do país. É através do plano político que a população passa a organizar-se e mostrar seu descontentamento.

Ao tratar do período histórico que compreende os anos de 1980, especialmente tratando do ano de 1983, Coletti (2009) afirma que, no plano político, o início dos anos 80 é marcado pela crise do regime ditatorial militar e pela ascensão, em 1983, de vários governos "de oposição" em vários estados do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, por exemplo). Esses governos foram eleitos com promessas que incluíam mudanças políticas, econômicas e sociais, aí incluídas as demandas por terras. Apesar do caráter meramente retórico de muitos desses compromissos, isso abriu espaço para as ocupações de terras em vários Estados.

Associações de trabalhadores rurais que exerceram intensas atividades sociais do ano de 1955 até 1964. Nascidas no estado de Pernambuco, em pouco tempo espalharam-se por todo o Nordeste e por outros estados do país, como Rio de Janeiro e Goiás.

A pressão exercida pelas pessoas que ocupavam terras auxiliava os governos de oposição ao regime, bem como esses governos fortaleciam os movimentos de ocupação. Essa oposição ao regime era representada pelo PMDB, principal partido contrário ao governo militar. Todavia, os governos de oposição ao regime militar não tiveram neste período nenhuma atitude prática em relação à reforma agrária ou aos assentamentos.

O que vai realmente fazer da década de 1980 um marco em relação à luta pela terra e também em relação à reforma agrária são as diversas manifestações dos camponeses sem acesso à terra que surgem neste período. Buscando o fim de um modelo de governo militar no país, a década de 80 apresentava, não somente a questão econômica como centro das discussões, mas também elementos ideológicos e culturais, o que fortaleceu os movimentos de contestação do modelo vigente.

É neste período que surgem alguns Movimentos Sociais e outros se fortalecem como é o caso dos Movimentos de luta pela terra citados por Grzybowski (1987, p. 23):

As lutas condensadas em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), através de ocupações de fazendas, e o Acampamento de Encruzilhada Natalino, a luta do Mastro (Movimento dos Sem Terra no Oeste do Paraná), desdobramento das lutas dos expropriados pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, e certas ocupações de fazendas no Sudoeste do Paraná e em Santa Catarina, todas no final dos anos 70 e início dos 80, dão a forma inicial ao Movimento ao se articularem.

Esses Movimentos não estiverem restritos a uma região do país. À medida que o processo de migração e colonização de novas terras acontecia também os integrantes de Movimentos deslocavam-se e mais pessoas passavam a integrar os Movimentos de luta pela terra. “O Movimento estende-se para o Oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul, seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos e, através da Igreja, incorpora grupos de Sem Terra em luta em outros Estados” (GRZYBOWSKY, 1987, p.23).

Contudo, os Movimentos que surgiam não possuíam ligação entre si. Surgiam das necessidades locais e regionais e organizavam-se de acordo com as suas possibilidades. Ainda que, muitas vezes, seus problemas e desafios fossem muito parecidos, não havia uma organização a nível nacional, que pudesse tornar as lutas em um Movimento sólido e reconhecido. Dentre os Movimentos⁶ que ganham força na década de 1980, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passa a ser o maior Movimento Social do Brasil.

⁶ Surgem neste período importantes Movimentos Sociais, como: MAB (Movimento dos atingidos por Barragens), MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras) e MPA (Movimento de Pequenos Agricultores).

1.2.1 O surgimento do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é, segundo Cândido Grzybowski (1987, p. 22), “o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isto, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares.” Porém, somente através de uma reconstrução de sua história poderá se entender os fatos que determinam sua prevalência atual.

Afirmar a data do nascimento do Movimento é algo polêmico, porém há consenso de que fora a partir da década de 1970 que o MST ganha força. Isso porque, esta década é marcada pela modernização do país, fato que faz com que a exploração capitalista sobre o campo se intensifique. Em nível de país, surgiam também novos investimentos governamentais que possuíam políticas específicas, como as estradas que deveriam integrar as diversas regiões.

Esse processo de integração nacional, que corresponde ao processo de modernização agrícola no Brasil, intensificou-se durante as décadas de 1960 e 1970, consolidando um período marcado pelo acréscimo de novos objetos no território, em que a região Sudeste tinha a maior quantidade desses objetos (FIORENTIN, 2006, p. 31).

Na região Sul do Brasil, “[...] a mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 15). Sendo assim, existe uma clara explicação para que esta região seja considerada o berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

[...] a origem do Movimento está associada às ações de resistência às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na região Sul e precariamente reintegrados na produção (GRZYBOWSKI, 1987, p. 23).

É percebido que o MST surge em um contexto econômico específico, mas também em um ambiente ideológico específico. Isso é bastante importante, pois como afirma Gramsci:

A mudança histórica não pode ser entendida em termos de um desenvolvimento linear simples [...] mas tem que ser julgada em toda a sua complexidade. Ela é aberta e contingente e existem dimensões políticas, ideológicas e culturais que são cruciais para o desenvolvimento da consciência (TAYLOR apud MARSH & STOKER, 1995, p. 253).

Considerável é reconhecer também que o MST não surge de uma única frente de luta, mas sim de vários movimentos de resistência que estavam agindo no mesmo período. A primeira ocupação efetivada foi em Ronda Alta – RS (1979), embora neste momento ainda não se falasse na nomenclatura “MST”, já era perceptível a formação de um Movimento de

contestação. Nesta região, já no final da década de 1970, duas fazendas foram ocupadas: a Fazenda Macali e a Fazenda Brilhante.

No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, providas de diversas partes do sul do país, reuniram-se em um acampamento, depois denominado de Encruzilhada Natalino:

O referido acampamento se constituiu como agregação e somatório de um conjunto de processos, ações e pessoas; permitiu uma maior visibilidade da questão da terra no Estado, das políticas repressivas do governo militar decadente, da participação ativa e inédita de grupos de apoio da Igreja Católica e de outras entidades ligadas aos direitos humanos, ao mundo acadêmico, de agremiações políticas que estavam se recompondo no país (TEDESCO, 2011, p. 88).

O momento pelo qual passava o Brasil teve grande influência sobre o Movimento. A luta pelo fim da Ditadura Militar deu força aos camponeses que também simbolizaram a luta por grandes transformações na sociedade brasileira. Buscar maior democracia e participação em diversos segmentos da sociedade fez com que a luta pela terra e por reforma agrária ganhasse força.

[...] ele só pôde se constituir como movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país [...]. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade [...]. Se a luta contra a ditadura não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 15-23).

A Igreja Católica também desempenhou um importante papel de apoio ao Movimento, mas não teve sua ação limitada ao MST. Como o momento era de enfraquecimento da ditadura militar, grupos da Igreja Católica optaram em envolver-se em diversos Movimentos Sociais.

Protestos contra o regime existiam em todo o país; havia pressão para que a oficialidade da Igreja saísse da omissão e engrossasse a fileira dos que lutavam contra a opressão, as tortura e o cerceamento da liberdade de imprensa e dos indivíduos. Membros da Igreja católica latino-americana tornaram-se mártires na luta social (TEDESCO, 2011, p. 60).

Com relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o envolvimento da Igreja esteve voltado à Comissão Pastoral da Terra (CPT): “Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de abrangência nacional e reconhecida pela CNBB, tendo como inspiração a experiência do Conselho Nacional Indígena e a sua existência pioneira nas primeiras ações isoladas no início da década” (TEDESCO, 2011, p. 69).

Baseados na Teologia da Libertação⁷, os religiosos encarregavam-se de auxiliar na organização e articulação do Movimento, buscando melhorias nas condições de trabalho, melhorias nos preços pagos aos produtores e recebimento de indenizações. Muitos religiosos tiveram papel de liderança nos acampamentos, papel este que será discutido no capítulo seguinte.

Embora o acampamento em Encruzilhada Natalino seja um marco, o embrião do Movimento pode ser reconhecido ainda no ano de 1979, quando acontecem diversas ocupações em cinco estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). “As experiências dessas lutas foram reunidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em julho de 1982, no município de Medianeira (PR) foi realizado o primeiro encontro para discutir o crescimento da luta pela terra” (FERNANDES, 2008, p.31).

A partir desse momento, passam a emergir ocupações em diversos locais do país. A nomenclatura “MST” surge dos comentários da mídia, que chamava o Movimento como “os Sem Terra”. Grzybowski (1987, p.23) explica que “O Movimento estende-se para o Oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul, seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos e, através da Igreja, incorpora grupos de Sem Terra em luta em outros Estados.”

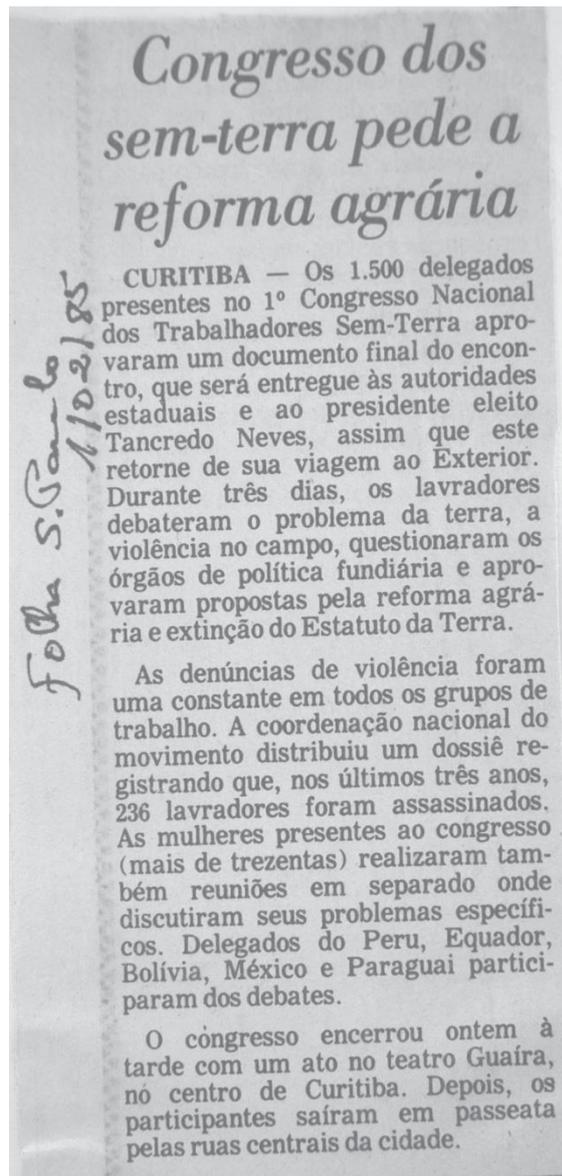
O ano de 1985 trouxe mais um marco para o MST já que “acontece o primeiro congresso com a palavra de ordem ‘*Sem reforma agrária não há democracia*’” [...]. O tema do Congresso também demonstra a relação com o momento vivido no país, visto que no ano de 1985 a Ditadura Militar estava sendo contestada por vários grupos da sociedade e a democracia era uma solicitação cada vez mais abrangente.

“Estiveram presentes 1500 delegados e foi criada a Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra com representantes de 13 estados do Brasil” (FONTANA, 1999, p. 52).

Naquele período, o Movimento Social já chamava atenção da sociedade em geral, sendo que seu Congresso foi noticiado pela Folha de São Paulo, em 01 de fevereiro de 1985. A Folha de São Paulo era, na década de 1980, um dos jornais de maior circulação no Brasil. Com isso, percebe-se que o Movimento Social nascido no Sul do país já estava sendo notado nas demais regiões.

⁷ Corrente teológica que englobou diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir da década de 1970 (MOURA, 1991, p.39). A Teologia da Libertação tenta articular suas ações a partir do propósito de libertação dos pobres, através de suas próprias ações.

Figura 1 - Reportagem sobre Congresso dos sem-terra



Fonte: CEOM, Fundo/coleção: Movimentos Sociais, Série: MST. 01/02/1985.

Definindo seus princípios enquanto Movimento Social, os anos de 1985 a 1990 foram tempos de consolidação do MST. Muitas famílias reconheceram como única alternativa viável para uma melhoria na qualidade de vida envolver-se com o MST. Nesse sentido, nota-se uma quebra nas relações de dominação e de hegemonia da classe dominante.

Gramsci (1971, p. 60), fala em hegemonia ético-política, mas reconhece que “ela também tem que ser econômica, tem necessariamente que ser baseada na função decisiva exercida pelo grupo líder no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Mesmo com o cenário político ainda tumultuado, o Brasil já demonstrava avanços na questão dos direitos sociais, como a elaboração da Constituição de 1988. Com a instalação da Assembleia Constituinte, o MST atua para a efetivação de uma reforma agrária.

Os movimentos no campo, com a participação ativa do MST, prepararam uma proposta de reforma agrária popular, colhendo 1.600.000 assinaturas de eleitores. Foi a proposta que recebeu mais adesão na Constituinte, mostrando assim a grande organização popular. Mesmo assim, as forças conservadoras impuseram uma lei agrária que ficou aquém da proposta popular. (FONTANA, 1999, p. 54)

Até esse momento, a grande característica da atuação MST era a ocupação de terras. Fernandes (2008, p. 33) explica que “O MST se territorializa por meio da ocupação da terra. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. Porém, a partir do II Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 1990 em Curitiba-PR, o Movimento adota o lema: ‘Ocupar, Resistir e Produzir’”. Ou seja, é a partir do Segundo Congresso realizado pelo Movimento que se define pela manutenção de sua principal forma de pressão: a ocupação.

Fontana, (1999, p. 55) mostra que “Esse Congresso Nacional significou a disposição de continuar sempre com ocupações de terra, resistir à violência da UDR e do projeto governamental, organizar a produção, como prova para a sociedade de que a reforma agrária dá certo.” A preocupação em dar provas à sociedade de que o movimento era legítimo e que a reforma agrária traria bons resultados tem relação direta com os ataques que começavam a ser realizados por setores conservadores de mídias locais e pela mídia nacional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é hoje um dos símbolos da resistência ao modelo de agricultura que defendem as grandes empresas e latifundiários. E “buscam construir no seu cotidiano a sua inserção na sociedade [...], criam formas de produção e de consumo, que têm como princípio valorizar a população, a sabedoria e a cultura local, num movimento de dentro para fora” (FIORENTIN, 2006, p. 39).

Ou seja, o MST é hoje o maior movimento de contestação da distribuição da terra no Brasil, buscando em sua prática aliar as experiências de sua história e as possibilidades de atualização. Enfrenta hoje grandes desafios para manter uma ideologia e uma metodologia clara, em um sistema que busca mudanças constantemente.

1.2.2 A violência como expediente para coibir as lutas sociais

Todo o processo que aconteceu no campo a partir da década de 1970 acabou por desencadear muito conflito neste espaço. Sabe-se que as disputas por terra e os confrontos que

acabaram sendo deflagrados já aconteciam muito antes deste período, isso porque a distribuição da terra em todo o território brasileiro é muito desigual. Porém, o que se percebe neste período histórico é um aumento no número de conflitos e uma diversificação de agentes e formas de atuação.

O primeiro aspecto que colaborou para a intensificação dos conflitos e da violência no campo é a própria exclusão do camponês, transformado em objeto nos processos produtivos capitalistas. Martins (1986, p.25) explica que “é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos.” Isso porque, neste período o camponês é tratado como “alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando.”

Essa exclusão econômica revertia-se também em outras formas de exclusão, adentrando no universo cultural e político. As ações governamentais postas em prática no estado de Santa Catarina e a agudização do modelo capitalista organizaram um sistema excludente. Scherer - Warren (1993) coloca que “[...] essa situação refere-se à existência de uma tripla exclusão relativa – econômica política e cultural/ideológica presente em toda a história brasileira”.

Juntamente com a exclusão do camponês das decisões políticas e econômicas, a expropriação da terra aparece como fator determinante para o aumento da violência⁸. Ainda no início do período militar, quando se iniciaram as ações voltadas à modernização do campo e a priorização da grande empresa rural, a expropriação da terra já acontecia e com isso surgiam também os movimentos de reação às ações do governo. Martins (1981, p.75) fala sobre a relação entre o governo militar e as lutas no campo.

Foi o próprio capital incentivado pelo Estado Militar, que sem desejar, liberou o demônio político das lutas camponesas em todas as regiões do País. Paralelamente à expansão do capitalismo no campo houve a expansão das lutas dos trabalhadores. Houve também, disseminação da luta pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas do direito vigente e dominante.

A partir desse contexto, dois grupos de camponeses foram alvo de violência: aqueles que foram para as cidades e os que permaneceram no campo. Os trabalhadores rurais que partiram para as cidades sofreram com o desemprego e a falta de condições dignas de vida, que geraram inclusive a criação de favelas.

Já o segundo grupo, que permaneceu no espaço rural, subdivide-se em dois grandes grupos: os pequenos proprietários de terra e os integrantes de Movimentos Sociais de luta pela

⁸ Entende-se por violência ações de opressão, tirania, constrangimento físico ou moral cometido a alguém. Nesse sentido, a negação de direitos também pode ser subentendida como uma violência.

terra. Os pequenos proprietários continuaram a sofrer com a exclusão social e com as dificuldades financeiras, advindas do processo capitalista no campo. Lisboa (1988, p. 56) fala sobre os tipos de violência em relação ao camponês:

O trabalhador do campo, geralmente sofreu de violência tríplice, quando nos embates ostensivos ocorreram assassinatos, espancamentos e prisões, que se manifestaram nos atos de grilagem, expulsões, assassinatos, queima de casas, destruição de roças e despejos.

Os camponeses que buscaram ou se inseriram nos Movimentos Sociais sofreram perseguições mais evidentes, até porque criavam situações de conflito como forma de pressionar as autoridades locais e regionais. Pagoto (2009, p. 29) chama a atenção para o fato de que violência cometida contra os camponeses não se limitava à agressão física:

[...] mas existiu, e não em menor proporção, a chamada violência judicial, aquele em que o trabalhador enfrentou uma justiça comprometida com grandes proprietários e juízes corruptos. E a terceira foi a violência governamental que, ao invés de intervir junto à justiça em favor do trabalhador, passou a interferir administrativa e militarmente contra ele.

A convivência do Estado com os processos abusivos contra os camponeses acabou por gerar reflexos na sociedade como um todo. Havia um esforço também por parte da mídia para que as lutas dos trabalhadores rurais não fossem legitimadas perante a sociedade. Lisboa (1988, p. 54) explica que havia um “esforço direcionado para silenciar a voz dos trabalhadores do campo, evitando assim, que se utilize das mídias, para que ideologicamente se crie uma falsa teia de solidariedade”.

O Estado vivenciava os conflitos no campo e não demonstrava interesse de resolvê-los de forma efetiva. Isso pode ser compreendido quando reconhecida a definição das esferas do Estado em Gramsci, expostas por Coutinho (1989, p. 76 e 77):

O Estado em sentido, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado coerção”), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis elaboração e/ou difusão das ideologias [...].

O Estado, representado pelas forças policiais, nada mais é do que as classes dirigentes fazendo imposições de formas coercitivas. Já quando se fala do Estado no sentido ideológico, percebe-se que os aparelhos de hegemonia estão sob o controle da mesma classe dominante.

Com isso, os casos de abuso de poder e violência no campo passam a ser mais uma forma de tentar impor a hegemonia dessa classe social.

Ao analisar os dados da violência no campo, Martins (1981, p. 12) mostra a relação entre o agravamento da condição do camponês e o aumento da violência: “ [...] no período de 1971 a 1976, em cada um dos conflitos noticiados teve vítimas, das quais mais de 50% corresponderam casos de morte, o que indicou um alto grau de violência atingido na disputa pela terra”.

Especificamente em Santa Catarina os conflitos pela terra estavam bastante acirrados. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanhou os confrontos no Estado e relacionou os municípios em que eram maiores, sendo eles: Campo Erê, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Matos Costa, Lauro Muller, Orleans, Três Barras, Monte Castelo, Águas Mornas, Urussanga e Abelardo Luz.

Os focos de conflito geralmente tinham relação com grandes empresas rurais, frigoríficos e madeireiros que buscavam instalar-se em áreas ocupadas por posseiros. Outro fator de destaque para o surgimento dos embates era a instalação de Usinas Hidroelétricas, que através da construção de barragens interferiu na vida de cerca de 40.000 famílias em 77 municípios, segundo estimativas do MAB⁹.

Como forma de reação às inúmeras agressões sofridas, os trabalhadores do campo passaram a buscar a organização em Movimentos Sociais. Através destes, buscavam a reversão de um processo de violência para com o camponês e também a construção de novas propostas de agricultura familiar para o contexto vivenciado.

Para entender esse processo de luta pela terra no Brasil e em Santa Catarina, em particular, deve-se, ainda que de forma breve, analisar aspectos históricos do oeste de Santa Catarina. Salientamos que há uma vasta literatura sobre o tema; para efeito de nossa análise localizaremos apenas alguns aspectos, como as características agrícolas e fundiárias da região e sua história econômica, pois os mesmos possuem relação com a constituição dos Movimentos Sociais de luta pela terra na região.

⁹ Movimento dos Atingidos por Barragens.

Região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos, por possuírem modos de vida diferente, não produziram excedentes para comercialização, e não possuírem títulos de propriedade eram desconsiderados pelas autoridades.

Santa Catarina tem a definição de seu espaço territorial somente no século XX, após resolver os conflitos de legitimação de suas terras. No ano de 1917, é firmado o Acordo de Limites, demarcando as fronteiras dos países e dos Estados de Santa Catarina e Paraná, resolvendo os conflitos na região do Contestado¹¹. Com isso, 29,8% do território atual foram somados à Santa Catarina.

Essa região foi explorada inicialmente pelos madeireiros. O fato da extração da madeira ser a primeira atividade econômica sistemática a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área está intimamente ligado a uma série de medidas adotadas pelo Governo do Estado. Este, percebendo a necessidade de ocupação da terra que já havia sido alvo de conflitos, contrata empresas particulares para promoverem a colonização do espaço.

Tais empresas organizam a ocupação do espaço trazendo prioritariamente colonos vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Mira (2000, p. 127) explica que “no século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não são realizados no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral em direção ao interior, mas sim, pelos meridianos, com fluxos provindos do sul (Rio Grande do Sul) e do Norte (Paraná)”.

A ida dos migrantes para a região e a forte atuação das empresas colonizadoras, acarretou em mudanças no espaço físico regional e também nas relações interpessoais.

A forma como a ocupação do Oeste catarinense foi realizada, principalmente a partir da atuação das empresas colonizadoras, não definiu somente o sistema econômico e político da região, mas possibilitou a constituição de um sistema de valores culturais baseado nas relações interétnicas e mais especificamente na construção de representações contrastivas entre os colonos ou conforme sua autodenominação, os de “origem” e os “brasileiros” (BADALOTTI et al, 2007, p. 5).

Essas representações passaram a incorporar o discurso proposto pelas companhias de colonização: a exclusão dos “brasileiros” (caboclos e nativos) para a inserção dos de “origem” (descendentes de imigrantes) representava a construção de um modelo de colono.

muitos conflitos, entre eles o de terras, constituindo-se numa das razões para a Guerra do Contestado, entre os anos de 1914 a 1916.

¹¹ A Região do Contestado é a área fronteira entre Santa Catarina e Paraná, disputada por estes dois estados. Com cerca de 40 mil quilômetros quadrados, a região foi palco da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916.

As empresas que promoveram a colonização do Oeste Catarinense receberam inúmeros benefícios. Com o dever de povoar a área, recebiam grandes porções de terras e podiam explorar todas as suas riquezas. Era dado o poder de participar das decisões “aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões” (Poli, 1991, p. 69). Com isso, inicia-se um processo de degradação ambiental muito grande, visto que a riqueza a ser explorada era, sobretudo, a madeira.

As migrações vivenciadas no Oeste catarinense são vistas por alguns autores como parte de um processo maior, que acontecia no país. Goularti Filho (2002) afirma que a ocupação da fronteira agrícola brasileira foi o fruto do deslocamento de um grupo social de mesma origem, partindo do Rio Grande do Sul e alcançando o Norte do Brasil.

Outro aspecto interessante da colonização do Oeste Catarinense é a sua forma de reprodução. Mira (2000) e Stropasolas (2002) apontam à existência de um padrão tradicional de comportamento migratório nas populações colonizadoras do Oeste, onde cada filho dos agricultores normalmente receberia ou compraria um lote de terra de tamanho proporcional ao que a família possuía.

Com a ocupação do território constituído, as propriedades organizaram-se sob um modelo minifundista de estrutura agrária.

A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses na década seguinte [...] (ALVES; MATTEI, 2006, p. 6).

Esse modelo de produção, baseado na policultura e nos minifúndios desenvolveu-se na região, sendo a produção de grãos a base da economia local até a década de 1940. A exploração da madeira ainda era extremamente importante para a região e a partir da década de 1950, com a melhoria de estradas locais e regionais, seu transporte foi facilitado, o que possibilitou um acúmulo de capital por parte de madeireiros e colonizadores.

As propriedades rurais do Oeste catarinense possuíam características bastante claras: eram propriedades familiares, voltadas para a subsistência e para o abastecimento local. E também para a troca, quando existia a necessidade. Moreira (2009, p.58) explica como eram as propriedades características da região, com mais detalhes:

A estrutura fundiária de cada propriedade compunha-se de lotes com, no máximo, três dezenas de hectares em que o planejamento territorial, bem como as ações era realizadas com a participação dos membros da família. Em primeiro lugar, no processo produtivo aparecia a produção para a subsistência da família e, posteriormente, necessitava-se produzir um excedente para trocar por produtos incapazes de serem produzidos na propriedade rural [...].

O agricultor tradicional do Oeste Catarinense mantinha muitos hábitos de proximidade com a natureza e vínculos fortes com a comunidade em que estava instalado. Cada grupo de famílias de agricultores, por proximidade, tratava de construir Igrejas e escolas para o convívio em comunidade.

A formação cultural do colonizador do Estremo Oeste catarinense, denominado, também, de agricultor tradicional, assemelha-se com a cultura do camponês, constituído entre o nativo e o caboclo. Muito embora o agricultor tradicional tenha atuado com a família, de forma individual, e acumulado pequenas posses, trocando produtos por moedas, e utilizando técnicas mais avançadas, sua vida dependia da terra e seu convívio estava muito vinculado com o campo. (MOREIRA, 2009, p. 62)

Entrementes, a partir da década de 1970, a região sofre grandes alterações, tanto em seu quadro econômico como nas relações sociais. Isso devido ao processo de modernização do campo posto em prática em todo o país, que acabou trazendo reflexos também para a região do Oeste de Santa Catarina. A seguir, são mostrados os processos desenvolvidos na região e no Estado, durante as décadas de 1970 e 1980, que influenciaram na agricultura.

1.3.1 A inserção da região no macro-processo de transformação da agricultura brasileira: 1970/1980

A consolidação do Oeste Catarinense como uma região de vocação agrícola e de produção familiar é descrita por diversos autores. De acordo com Campos (1987, p. 142), “a pequena produção familiar presente na região Oeste apresenta uma diversidade interna, existindo desde o agricultor “sem terra” até o produtor familiar modernizado, diversidade esta que não corresponde a uma concepção homogênea do campesinato”.

Apesar da característica inicial de minifúndio, a partir da década de 1970, o quadro sofre alterações. Pozzobon (1986), mostra em seus estudos que “a partir de 1970, a concentração de terras tendeu a aumentar, resultado de uma política que privilegiou os grandes investimentos e o grande capital em detrimento da democratização da pequena propriedade”.

Tabela 2 – Índices de concentração da terra em diferentes níveis

	1960	1970	1980
Brasil	0,842	0,844	0,859
Região Sul	0,727	0,727	0,746
Santa Catarina	0,667	0,647	0,676

Fonte dos dados: Cadastro de Imóveis rurais – INCRA, de 1960, 1970 e 1980¹².

Como é possível perceber na tabela, mesmo tendo características fundiárias diferentes de outras localidades do país, pois Santa Catarina possuía em sua maioria minifúndios e o restante do país caracterizava-se por latifúndios, o estado segue a tendência nacional. Os dados da década de 1970 e 1980 mostram que a concentração fundiária aumentou no Estado, ficando superior ao dado de 1960. A modernização pode ter sido um dos fatos causadores desta concentração fundiária.

Outra mudança muito significativa para a região Oeste de Santa Catarina a partir da década de 1970 foi à introdução do sistema integrado de produção.¹³ Com o incentivo do governo do Estado, grandes empreendimentos agroindustriais foram implantados na região, destacando-se a Perdigão, Sadia e Aurora. Com o intuito de promover o desenvolvimento da região, que venderia o produto já industrializado, tais empresas organizaram o sistema de produção de integração.

Este sistema de produção possuía bases políticas de apoio, tanto que “Em 1974, Antônio Carlos Konder Reis foi indicado para Governador, e, para Vice-Governador, o empresário Atilio Fontana, proprietário da Sadia.”(GOULARTI FILHO, p. 2005. 639). O sistema integrado de produção era um dos instrumentos elencados pelo governo como maneiras de

¹² Dados produzidos com base no índice de Gini: calcula o grau de concentração de renda que pode variar de zero a um. Indicando o grau de desigualdades que existe numa distribuição de renda. Neste caso, aplica-se o índice em relação à distribuição da propriedade da terra. Se ele for zero, significa uma distribuição justa e igualitária. Se ele for um, significa a concentração máxima da propriedade. Portanto, quanto mais próximo de zero for o índice de Gini, melhor é a distribuição.

¹³ O sistema integrado de produção chegou ao Brasil na década de 1950, tendo como diferencial a dispensa de financiamentos bancários rurais ou subsídios. Os investimentos da empresa vinculam-se ao produtor integrado, da mesma forma que o produtor deve se adequar às condições e orientações da empresa. A produção de suínos e aves é a mais ligada ao sistema de integração, com a empresa fornecendo os recursos necessários à produção dos animais e o produtor tendo a organização da produção determinada pela empresa.

desenvolver e modernizar o estado de Santa Catarina. Observando o Plano de Governo (1975-1979), Goularti Filho (2002, p. 990) aponta quatro grandes áreas de atuação governamental:

- a) financeira - dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos;
- b) transporte - integrar as mesorregiões produtoras aos mercados nacional e estadual;
- c) energia - ampliar a área de atuação da Celesc, distribuindo e gerando mais energia;
- e
- d) telecomunicações - aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas.

Percebe-se claramente a preocupação por parte do governo em promover elementos modernos para as regiões menos desenvolvidas, porém sem uma preocupação com os choques que essas mudanças poderiam trazer no modo de vida e produção local.

O grande impacto que essa nova forma de produzir e comercializar trouxeram foi que o pequeno agricultor, mesmo sendo proprietário de terras e dos meios de produção, passou a seguir normas do sistema de integração. Com isso, o pequeno produtor se viu preso às orientações e exigências da grande empresa para a qual produz.

Como consequência desse processo, a concentração da terra aumenta na região e também começaram a aparecer excedentes populacionais. A situação foi agravada pela mecanização e modernização da propriedade rural, o que acaba levando ao êxodo rural, como será visto adiante.

Estudos realizados com base em dados do IBGE, que realiza os Censos Agropecuários, demonstram com clareza o processo de concentração fundiária que se desenvolveu no Oeste de Santa Catarina. Pertile (2008) revela que os estabelecimentos rurais com 200 hectares ou mais representavam, no ano de 1960, 11,9 % da área agricultável de Santa Catarina, passando a representar 21,6% no ano de 1980 e 25,9% no ano de 1996.

No mesmo estudo, a pesquisadora mostra que as propriedades rurais com até 10 hectares representavam 9,9% da ocupação do espaço catarinense em 1960, tendo no ano de 1980 uma pequena melhora com representatividade de 10,8%. Mas, no ano de 1996 o número cai, passando a apenas 7,7%.

O fato é que as pequenas propriedades catarinenses estavam cada vez mais encurraladas diante das grandes empresas agroindustriais e dos grandes proprietários, como mostram as informações da Secretaria Nacional do Movimento dos Sem Terra, o número de famílias sem terras também crescia:

Só em Santa Catarina, segundo a mesma fonte, esse número é de 140 mil famílias. Além disso, o Cadastro Nacional do INCRA revela em 1985, que em Santa Catarina, 92.629 imóveis rurais possuíam menos de 10 hectares, insuficientes, portanto, para

uma família se desenvolver econômica e socialmente, segundo os critérios do próprio INCRA.

Os números da Secretaria Nacional do Movimento dos Sem Terra são confirmados pelos dados da FETAESC¹⁴. Conforme Lisboa (1988, p. 52):

Cerca de 200 mil pessoas migraram dos campos para as cidades, no Estado. A FETAESC estima em 100 mil o número de bóias-frias existentes no Oeste catarinense e em torno de 140 mil famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, entre bóias-frias, meeiros e posseiros, sem contar um grosso contingente de jovens em idade de casamento que também precisavam de um pedaço de chão para morar e trabalhar.

As mudanças em curso no campo afetavam também as cidades, principalmente devido ao êxodo rural. A população catarinense, na década de 1970, estava em sua maioria vivendo na zona rural, o que muda na década seguinte. Os dados do IBGE mostram uma reversão: a população rural passou de 57% em 1970, para 40,62% em 1980.

Uma das grandes causas do êxodo rural percebido no Estado, nas décadas de 1970 e 1980, foi a modernização do processo produtivo da agricultura e da suinocultura. Essa modernização forçou os agricultores a comprarem equipamentos, que acabaram substituindo a mão-de-obra artesanal. Caso um agricultor não se adequasse a essa exigência, não poderia continuar fazendo parte dos sistemas de integração. Todavia, a modernização não garantiu melhores rendas ao agricultor, que além dos gastos habituais, agora precisava pagar o investimento nos equipamentos.

A modernização do campo foi, sem dúvida, um dos fatores de repulsão de seus trabalhadores. Lisboa (1988, p.48) estabelece uma comparação simples, mas reveladora: “entre 1970 e 1980, enquanto a população rural migrava para a cidade, eram introduzidos no campo 364.821 tratores, resultando em 3.650.000 camponeses desempregados”.

O êxodo que se percebeu neste período não aconteceu apenas dos espaços rurais para os centros urbanos, mas também de região para região. Ao mesmo tempo em que as cidades viam-se acrescidas de novos atores sociais, também as fronteiras agrícolas ampliavam-se no Centro-Norte do país. Apoiados por políticas governamentais, muitos colonos evadidos do Oeste Catarinense dirigiram-se ao centro do país, na chamada frente pioneira.

Esses se dirigiram para os espaços até então vazios da área de expansão da fronteira agrícola fazendo uso das vantagens que o governo oferecia com relação ao preço da terra e aos incentivos para o desenvolvimento de uma agricultura tecnicamente tecnificada, voltada para a exportação. A mesma modernização que de certa forma o expulsou, estava servindo como meio de lhe garantir acesso a essas novas áreas (MEDEIROS, 2003, p. 178).

¹⁴ Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

No entanto, esse processo de modernização poderia ter trazido impactos positivos para o dia-a-dia do agricultor, possibilitando novas formas de atuação e geração de renda. Mas, o que se viu foi que a modernização exigia altos níveis de produção, o que não pode ser alcançado pelo pequeno produtor que não detinha recursos suficientes para os investimentos.

Essa introdução da perspectiva capitalista no campo acaba por abalar a economia tradicional camponesa e força os agricultores a buscarem saídas alternativas. Poli (2008, p.62 e 63) explica que:

Essa foi precisamente a lógica da modernização agrícola em todo o País. A entrada de máquinas e insumos industrializados na produção agrícola diminuiu os ganhos unitários sobre cada produto, o que devia ser compensado pelos ganhos de produtividade. Ou seja, o mercado dos produtos agrícolas começou a trabalhar com expectativas de produtividade maiores, superiores às que grande parte dos camponeses da região conseguia atingir em média.

A lógica capitalista que estava sendo implantada no campo, baseava-se nas ideias de “mercado” e de lucro, o que até então não era o foco principal das práticas cotidianas do camponês oestino e nem mesmo era o que as famílias de agricultores colonizadores da região praticavam. Moura (1986, p.11-12) afirma que:

O mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca face a face dominante e dominado, produtores e comunicadores. Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionada por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como acontece nas formações capitalistas.

Para que a modernização da produção acontecesse, os agricultores precisaram investir em equipamentos. Pagoto (2009, p. 38) diz que “nos primeiros anos, os empréstimos bancários, com juros baixos e pré-fixados, eram realmente um estímulo à realização de melhorias nas propriedades.”

Com investimentos feitos a partir de dívidas com bancos, muitos agricultores passaram a se ver em uma situação complicada: haviam investido nas propriedades, participam de um sistema de integração, mas não conseguiam obter uma renda mínima para manterem-se no campo. A fim de saldar suas dívidas, muito venderam as propriedades e partiram para a cidade, outros permaneceram no campo, agora na condição de Sem Terra.

O que se percebe é que a região Oeste, para inserir-se no processo de transformação do campo pelo qual passava o país, teve que promover uma série de mudanças no dia-a-dia do agricultor. Tais mudanças não estavam restritas às práticas de produção, mas atingiam outras

áreas da vida social. A partir de Gramsci percebe-se que além do fator econômico, outras dimensões precisam ser analisadas:

A chave para entender a originalidade teórica de Gramsci reside no fato de que a propriedade privada dos meios de produção é uma base necessária, mas não suficiente para a dominação capitalista [...] Se quisermos entender a complexidade de qualquer conjuntura particular, então é essencial, na opinião de Gramsci, examinar as dimensões política, cultural e ideológica da luta de classes (TAYLOR apud MARSH & STOKER, 1995, p. 253).

Ou seja, as imposições realizadas pela classe dominante, ligada aos grandes proprietários de terra, foram determinantes para o desenvolvimento da história do Oeste catarinense, também no campo das ideias. Para isso, foram usadas as mídias locais, as escolas e até mesmo os encontros religiosos como forma de convencer os agricultores do caráter positivo das mudanças que ocorriam e, em vários casos, o uso da força foi constante como forma de coibir os questionamentos e as resistências.

1.3.2 O MST no Oeste de Santa Catarina

A realidade do Oeste Catarinense, descrita no subtítulo anterior, aponta para as dificuldades enfrentadas pelos camponeses da região, o que acaba os mobilizando para a luta pela terra. Nesse sentido, o MST encontra bases fortes para atuação no Oeste Catarinense. O Movimento já estava organizado em nível de região Sul do Brasil e agora a organização partiu para âmbitos mais locais.

A organização dos trabalhadores do Sul do Brasil, começa praticamente, em janeiro de 1983, quando aconteceu o primeiro encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul. Nesse encontro eles definiram as diretrizes básicas do Movimento e decidiram que a ocupação de terras era uma das formas de fazer pressão para a solução do problema (PAGOTO, 2009, p. 59).

Ainda no ano de 1984 foi realizado um Congresso Estadual, onde se definiram as estratégias de atuação no estado de Santa Catarina e também foram escolhidos os delegados para participarem do Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985.

O desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste de Santa Catarina está ligado a um processo que vinha sido desenvolvido em todo o país. Stédile e Fernandes (1999) também citam o próprio processo de redemocratização pelo qual vinha passando o país, no qual os movimentos sociais tiveram um importante papel. Não podemos

nos esquecer das Ligas Camponesas, que já nas décadas de 1950/60 lutavam pela reforma agrária e, mesmo extintas com o golpe de 1964, deixaram um caminho aberto e uma legislação mais favorável para aqueles que depois dela vieram a lutar pela terra.

O primeiro grande marco da presença do movimento do MST em Santa Catarina foi a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, no ano de 1980. Sendo o município parte da região Oeste, já se pode perceber a importância da região como berço do movimento social no Estado. Poli (2008, p. 70) reafirma que “[...] a ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1983, foi a primeira experiência conduzida no sentido de organização de um movimento maior de luta pela terra”.

A ocupação da Fazenda “Burro Branco” levou as famílias a serem assentadas na própria área, que foi desapropriada. Lisboa (1988, p. 71) afirma que “[...] a vitória dos pequenos produtores de Campo Erê passou a ser exemplo para os Sem Terra que começaram a se estruturar com preponderância no Oeste Catarinense”.

É a partir da segunda metade da década de oitenta, que os Sem Terra constroem-se como Movimento nacional. No dia 25 de maio de 1985, 1.659 famílias ocupam sete áreas em municípios da região Oeste de Santa Catarina.

Nos anos subsequentes, os Sem Terra continuam a ocupar outras áreas e até 1990, por meio de ocupações o movimento territorializou-se em três regiões (oeste, planalto e norte do estado), conquistando 50 assentamentos com 2.030 famílias. Atualmente, segundo os dados do INCRA, o estado possui 113 assentamentos, muitos dos quais são organizados em cooperativas de produção ou de distribuição, e mais de uma dezena de acampamentos distribuídos em todo o território catarinense. (VENDRAMINI, 2007, p. 3)

Os vários congressos do Movimento que aconteceram na década de 1980, tanto em âmbito local, estadual e nacional, foram muito importantes para definir as estratégias de atuação do Movimento bem como suas diretrizes básicas. Através de estudos, os integrantes passaram a conhecer com profundidade a realidade fundiária do Oeste Catarinense. Fruto desses estudos foi a apresentação de um quadro de áreas improdutivas ao então governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin, contendo áreas que poderiam ser desapropriadas na região para a Reforma Agrária.

Sem um retorno do governo do Estado sobre as áreas destinadas à reforma agrária, o MST opta pela ocupação das terras, como forma de forçar uma decisão política.

Lisboa (1988, p. 8) explica que:

No dia 7 de maio de 1985, duas semanas antes da posse, a Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra manteve uma audiência com o novo Ministro da Reforma

e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, e com o presidente nacional do INCRA. José Gomes participa, na tentativa de sugerir a solução para a questão dos Sem Terra e cobrar de ambas as partes a imediata solução do problema.

O que se viu foi o descaso com a questão, e então, o MST organiza a série de ocupações ocorridas no Oeste Catarinense no ano de 1985. A decisão pelas ocupações está ligada as diretrizes definidas no Congresso Nacional, em Curitiba. Fernandes (1996, p. 133) com relação ao MST, afirma que:

O MST sai desse Congresso com uma atitude forte: a decisão política de não se iludir com o governo da Nova República. Porém, com a convicção de que a Reforma Agrária só iria avançar se houvesse ocupação, luta de massa. Nasce a primeira bandeira de luta “Ocupação é a única Solução”, “Terra não se ganha, se Conquista”.

Para que as ocupações acontecessem no Oeste Catarinense foi necessária muita organização. Para não levantar suspeitas, os líderes do Movimento decidem pela participação dos trabalhadores Sem Terra na Festa de Nossa Senhora do Caravágio – Romaria da Terra, no município de Guaraciaba, Extremo-Oeste.

O dia da ocupação foi muito marcante, pois exigiu grandes sacrifícios por parte dos Sem Terra. Dezenas de famílias em cima de caminhões, inúmeras crianças, mulheres grávidas, viajando a noite inteira para chegar ao lugar determinado. O frio era intenso, em alguns lugares chovia. Optamos em viajar durante a noite para não despertar suspeitas, além, da festa de Nossa Senhora do Caravágio. Muitos caminhões se perderam dos demais e rodaram a noite inteira sem achar o local. (LISBOA, 1988, p. 8)

Este processo de ocupação de terras foi desencadeado baseado nas necessidades dos trabalhadores Sem Terra e também como uma forma de responder a apatia das autoridades e dos governos. Com isso, organizavam manifestações e eram obrigados a enfrentar, inclusive, forças policiais.

O Estado, ao deixar de atender as necessidades básicas dos Sem Terra, seja por não dar prioridade à questão ou por não encontrar meios de fazê-lo, gerava nos acampamentos condições precárias. A falta de alimentação, agasalho e remédio eram constantes. Porém, esse tempo de ocupações no Oeste provocou o amadurecimento do MST enquanto Movimento e sua consolidação.

Todo o movimento feito através das ocupações pressionou o governo que, no mês de junho de 1985, compromete-se com os trabalhadores Sem Terra. O Jornal *O Estado*¹⁵, de circulação Estadual, trazia a seguinte manchete:

¹⁵ Jornal O Estado. Santa Catarina. Florianópolis: jun. 1985, p.11.

O Governo do Estado de Santa Catarina comprometeu-se a providenciar 1.000 hectares de terras, em caráter emergencial, nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel do Oeste – pólo dos recentes conflitos – para assentar ali, provisoriamente, as famílias que ocuparam a área até 03 de junho. Essas famílias seriam cadastradas pelo INCRA e este estudaria a aquisição e desapropriação de 20.000 hectares de terra, estendendo o assentamento a outros municípios vizinhos, Romelândia, Mondai, Descanso e Quilombo.

A partir do firmado pelo Governo do Estado, as famílias seriam encaminhadas para uma área de passagem, de onde seriam levadas posteriormente para os assentamentos. Além disso, o Governo comprometeu-se em promover assistência médica e garantir alimentação para as famílias, enquanto essas não estivessem em suas terras. Fechando um acordo entre MST e Governo Estadual, o Movimento comprometeu-se em não promover mais ocupações no Oeste e o Governo assegurou que assentaria 2000 famílias acampadas na região em um prazo de 120 dias.

Entretanto, o Governo não cumpriu com sua parte do acordo dentro dos prazos estabelecidos e o MST retornou à prática das ocupações. Pagoto (2009, p. 65) relata que “Em São Miguel do Oeste, trinta famílias estabeleceram-se na propriedade de Lourival José Sestugati, na localidade de Treze de Maio, a 15 km do centro da cidade.”.

O retorno da prática de ocupação já havia sido relatado em um documento lançado pela Comissão Estadual da Terra, para a sociedade em geral e também para o governo, alertando para a urgência de resolução dos conflitos desencadeados no Oeste catarinense. Um trecho do documento¹⁶ diz “[...] ou o governo leva a cabo sua promessa de assentar os agricultores, conforme acordo selado, em Florianópolis, de assentar as famílias acampadas, ou retornariam as invasões.”.

Diante de tanta pressão, o Governo via-se obrigado a agir. Diversas situações de desrespeito para com os Sem Terra aconteciam, como o caso relatado pelo próprio jornal¹⁷ do MST: Em junho de 1985, 2000 famílias foram deslocadas para áreas de assentamentos provisórios: 500 famílias dirigiram-se para uma área em São Miguel do Oeste e 1500 famílias foram para Abelardo Luz. Após três dias de acampamentos nessas terras, foram despejadas, pois os advogados dos proprietários anteriores da terra haviam desfeito o contrato de compra e venda com o Governo do Estado.

As ocupações, alicerces do MST no Oeste Catarinense, continuavam acontecendo e nos acampamentos os trabalhadores reforçavam sua organização. Era na resistência para a continuidade dos acampamentos que o Movimento se fortalecia e definia suas bases.

¹⁶ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo: mar. 1986, nº 50, p.14.

¹⁷ Jornal do MST, em Santa Catarina. Secretaria Estadual. Notícias, jun. 1985, p.3-5.

Em virtude disso, o texto seguinte tratará da consolidação dos acampamentos que foram a base para o Assentamento Conquista na Fronteira, pois o mesmo conta com membros oriundos de diversos acampamentos. Porém, prevalecem dois acampamentos com destaque: o acampamento da cidade de Abelardo Luz e o da cidade de Itaiópolis.

A constituição dos acampamentos, berços do Assentamento Conquista na Fronteira, serão descritos a seguir. Sem dúvida, o contexto vivenciado pelo Brasil na década de 1980, a história do Oeste Catarinense e a forma como nasce o MST no Estado são decisivos para a constituição do Assentamento Conquista na Fronteira, tal qual como será relatado no terceiro capítulo.

O que fica evidente após o reconhecimento dos elementos constitutivos da história do Oeste Catarinense, com destaque para a década de 1980, foi o fato de que existiram grupos hegemônicos na região e no Estado. Por interesses econômicos, promoveram mudanças na agricultura que forçaram a organização do movimento social do MST. Ou seja, como os proprietários de terras e seus apoiadores que instituíram formas de repressão e maneiras de dificultar a sobrevivência do agricultor tradicional, foram responsáveis por viabilizar um movimento de contra-hegemonia. Foram dadas as condições materiais para que as revoltas acontecessem e o Movimento Social passou a ser seu viabilizador ideológico.

Entretanto, o papel do MST não se resumiu à aglutinação de ideologias, mas também foi um despertar de lideranças para uma organização efetiva. Através do MST, os indivíduos expropriados da terra encontravam os espaços de formação político-ideológica, onde era formada e consolidada a consciência de classe.

Enfim, o Oeste de Santa Catarina viu nascer, na década de 1980, um movimento de contestação à hegemonia dominante, baseado na formação de uma nova consciência social e reconhecendo a ineficácia do Estado para a resolução dos problemas de acesso à terra de forma pacífica. Sendo assim, promovem ocupações e criam o espaço do acampamento como etapa evolutiva para o acesso permanente à terra e embrião de ideias e lideranças.

2. A CONSTITUIÇÃO DE UM COLETIVO DE SEM TERRAS

Este segundo capítulo é determinante para o desenvolvimento deste trabalho, pois quer compreender a dinâmica dos acampamentos, parte importante no processo de luta pela terra. Como o foco da pesquisa é o Assentamento Conquista na Fronteira, será necessário compreender o funcionamento dos acampamentos de forma geral, pois os integrantes do Assentamento estudado não vieram todos do mesmo acampamento.

Na construção deste capítulo foram usadas entrevistas realizadas com as pessoas mais velhas no assentamento, pois foram aquelas que participaram dos primeiros acampamentos. O relato que nos é dado por elas permite reconhecer a vivência nos acampamentos, bem como suas impressões atuais sobre aquele momento vivido. O trabalho com entrevistas que recorrem à memória é importante para reconhecer quais os marcos para os integrantes do Movimento, já que para a memória “o que fica é o que significa”. Ou seja, foi possível reconhecer os aspectos do dia-a-dia dos acampamentos que realmente marcaram a memória e a vida de seus integrantes.

Embora esse capítulo trate da constituição dos acampamentos de onde eram oriundos os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, é importante lembrar que não foram apenas pessoas oriundas dos acampamentos que o formaram, como será especificado no capítulo três. Porém, a maior parte dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira têm sua origem nos acampamentos e, devido a isso, esse é um momento de importante compreensão para o estudo.

2.1 O CAMINHO PARA AS OCUPAÇÕES

Ao tratar das condições preliminares para a consolidação dos acampamentos no Oeste Catarinense, faz-se necessário reconhecer quem eram os atores sociais dessas ocupações. Decorrentes de todo o processo histórico do Oeste Catarinense, já descrito anteriormente, as famílias de Sem Terra foram produzidas pelo próprio contexto histórico do estado de Santa Catarina e por opções pessoais.

As ocupações de terras que vinham acontecendo no Oeste de Santa Catarina e o fortalecimento do MST na região se devem muito às expulsões de uma grande massa de trabalhadores rurais do campo, decorrentes do processo de colonização e de arrendamentos concedidos a empresas, que agora dispensavam a mão-de-obra dos trabalhadores. As famílias

que participavam das ocupações eram de posseiros, agregados, peões ou bóias-frias, que viram seus contratos de trabalho terminar e não sabiam para onde ir.

Concomitante às ocupações, o governo brasileiro buscou a construção de uma nova política pública para a questão fundiária: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Em 25 de maio de 1985 é lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que havia sido elaborado pelo MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário). Devido às mudanças estruturais previstas na propriedade da terra e ao forte conteúdo político, o Plano acabou por polarizar as discussões.

Soares (2004) detalha parte do conteúdo do Plano Nacional de Reforma Agrária, demonstrando que o plano previa o assentamento de mais de 7 milhões de famílias até o ano 2000:

O PNRA tinha como prioridades: assentamento de 100 mil famílias até agosto de 1986, 7,1 milhões até o ano 2000; revisão das concessões de terras públicas a grupos econômicos; utilização de 409,5 milhões de hectares privados e 7,1 milhões da União; levantamentos dos latifúndios em torno de açudes no polígono das secas – NE e providências para desativar milícias privadas nas áreas de latifúndio. Em 28 de maio de 1985, o MIRAD anuncia a primeira ação: começar a Reforma Agrária em 395 propriedades rurais envolvidas em conflitos e tensão social, num total de três milhões 934 mil 232 hectares, envolvendo 73.561 famílias. Inclusive, Santa Catarina possuía vários focos de tensão (SOARES, 2004, p. 1).

Apesar de seu conteúdo ter dado novas esperanças aos trabalhadores Sem Terra, o PNRA não trouxe mudanças significativas ao campo. Isso acontece, principalmente, em virtude da força política que tinham os latifundiários, e ainda têm, no país. Foi essa pressão exercida pelos grandes proprietários de terras que fez com que a versão final do documento fosse bastante diferente da ideia inicial. Poli (2008, p. 37) explica que:

A centralização pelo presidente da república da decisão sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária; a não fixação das áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária e a preservação dos chamados latifúndios de dimensão. De uma proposta inicial de um plano centrado na questão da democracia e da justiça social tem-se, no final um plano que priorizou as questões da produção e da produtividade.

Dessa forma, o PNRA configurou-se como mais uma decepção para os trabalhadores Sem Terra. Entretanto, a interferência dos grandes latifundiários nas decisões políticas não se deu apenas no plano nacional, mas também em âmbito local e regional. O Oeste Catarinense viu nascer a UDR (União Democrática Ruralista), que por muitas vezes manipulou a opinião pública acusando os integrantes do MST de serem contra a produção de alimentos e de ferirem o direito à propriedade, garantido pela Constituição Brasileira.

Segundo a própria Constituição, no Artigo 5º, inciso XXII: “é garantido o direito de propriedade”, porém o inciso seguinte alerta que “a propriedade atenderá a sua função social”. Como exigências para o cumprimento de sua função social estão os aproveitamentos adequados e racionais da área, a preservação ambiental, a observância das leis nas relações de trabalho e o bem estar de proprietários e trabalhadores. Nesse sentido, o Movimento Social questionava o cumprimento da função social.

Enquanto o Movimento dos Sem Terra se organizava para ocupações e buscava organizar estratégias de luta já no acampamento, a UDR promovia manifestações contrárias ao MST, objetivando garantir apoio dos demais setores da sociedade. Os integrantes da UDR organizaram várias vezes, passeatas e desfiles tentando provar à sociedade o impacto negativo da presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pagoto (2009, p. 67) relata como eram esses desfiles:

Reunidos e solidários entre si, desfilavam com seus equipamentos agrícolas, com seus carros importados, com a imprensa do Sul acompanhando-lhes e fazendo cobertura. Em seus discursos, exigiam providências das autoridades, no sentido da não desapropriação de suas terras, alegando serem os mantenedores do desenvolvimento e do progresso do País. Após as passeatas, o merecido descanso: ao meio-dia, a festa era churrasco regado à bebida à vontade para os participantes.

Outros meio de atuação também faziam parte da organização da UDR, com destaque para a eleição de deputados e senadores que os representassem e defendessem as posições dos grandes proprietários e fossem contrários a qualquer tipo de reforma agrária. Além disso, as ações criminosas envolvendo a UDR aconteceram em diversas regiões do país. A aliança com forças políticas pode ser percebida no artigo do *Jornal de Santa Catarina*, do dia 05 de novembro de 1987:

Notícia sobre Sem Terras e deputados

Sem-terra decepcionados com deputados

Os sem-terra estão decepcionados com os seus representantes na Assembleia Legislativa que, procurados anteontem e ontem, "não mostraram o mínimo interesse" por seus problemas, com exceção da deputada Luci Choinaski (PT), que viajou para as áreas de conflito. Alguns deputados até se manifestaram contra os acampamentos, "achando que temos que morrer de fome, esperando que resolvam fazer uma reforma agrária. Já não cumpriram promessa de dois anos atrás. O que se pode esperar?", diz um dos acampados.

Lamentaram que o deputado Nodgi Pellizzetti (sem partido) tenha condenado o bispo dom José Gomes pe-

las ocupações, como vem fazendo a UDR, mostrando-se completamente desinformado. Também estão revoltados com o deputado Gasparino Raimondi (PMDB) que é natural de Campo Erê, por ter colaborado ontem no despejo das duas mil famílias. Ele forneceu toda a infra-estrutura para isto, inclusive, o primeiro caminhão a levar os despejados pertence a ele.

Os despejados, na sua maioria, levados de volta a seus locais de origem, pela UDR e policiais, não têm mais casa, pois desmontaram seus casebres para levar para o acampamento. Comida também não possuem mais e muito menos dinheiro

para comprá-la. Durante o despejo foram presos quatro acampados: Benjamin Paza, Argemiro Marins, Valter Ruas e Vilmar Guzi, este último ferido por espancamento.

Quanto aos dois presos, quando da chegada no sábado dos sem-terra, a CPT, segundo seu representante, Carlos Pelle, só conseguiu obter do delegado da cidade a informação de que durante as últimas 48 horas, ninguém havia sido preso, com exceção de um motoqueiro, que suspeitavam, havia roubado a moto que pilotava e após a comprovação dos documentos, foi embora. Só que até agora, seus companheiros e a família não têm notícias.

Fi

gura 3 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 05/11/1987.

Enfrentando os movimentos de oposição e a resistência existente por algumas camadas da sociedade o MST promovia as ocupações, com muitas dificuldades. Até mesmo as mudanças de uma área para outra eram dificultadas pela falta de estrutura. Lisboa relata os desafios de locomoção na transferência de famílias para uma área de acampamento em Abelardo Luz:

Chovia, era inverno e o frio era muito intenso. A lama quase impedia a operação de transferência. Em razão dessa dificuldade, a Prefeitura de Abelardo Luz colaborou com o fornecimento de agasalhos, remédios e alimentação. Como a remoção era efetuada por caminhoneiros ou pequenos proprietários, o processo demorou quatro dias (LISBOA, 1988, p. 58).

Apesar do MST ser, na época, um movimento social novo, já contava com apoio de entidades. Isso porque o próprio contexto da década de 1980, de luta por um governo democrático e por maior liberdade, fazia com que a sociedade civil estivesse mais sensível para as temáticas sociais. Grupos de Igrejas, como a Comissão Pastoral da Terra e adeptos da Teologia da Libertação, foram de extrema importância na garantia das necessidades básicas dos trabalhadores Sem Terra.

2.2 OS ACAMPAMENTOS: ESPAÇOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Após o reconhecimento da necessidade de lutar pela terra e a entrada das pessoas no movimento social do MST, acontecem às invasões e a construção dos acampamentos. "Os Sem Terra não se defendem, mas tomam a iniciativa ocupando áreas e, sobretudo, organizando

acampamentos. Criam situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, INCRA, políticos” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 24).

O acampamento torna-se um espaço decisivo na luta pela terra, pois a sua criação deflagra a luta para o restante da sociedade e pressiona o governo para as desapropriações e a criação dos assentamentos. Além disso, é no período de acampamento que acontecem as maiores discussões e tomadas de decisão enquanto Movimento Social, afinal é neste espaço que as ações precisam ir ao encontro aos ideais do Movimento.

Para o Movimento¹⁸, o acampamento “[...] é uma nova forma de luta e de resistência por parte dos trabalhadores rurais que reivindicam terra. São também formas de pressão pacífica e ordeira, que os trabalhadores rurais exercem sobre as autoridades e a sociedade com o objetivo de garantirem seus direitos”. Tendo clareza da importância dos acampamentos criados no oeste catarinense, este capítulo vem sendo dedicado à compreensão dos mesmos. Inicialmente se falará da constituição desses acampamentos, buscando reconhecer quem são os atores sociais que os integram e como chegam até o Movimento Social e ao acampamento.

Após ter clareza de quem eram os integrantes dos acampamentos, quer-se compreender quem eram os líderes e de que forma essa liderança era exercida. É importante reconhecer como esse processo acontecia para que depois se possa entender quem são as lideranças do Assentamento e quais os processos envolvidos na tomada de decisões. Além disso, buscam-se reconhecer quais eram as estratégias elaboradas no acampamento para dar força à luta pela terra e acelerar o processo de assentamento.

Ao tratar dos acampamentos foi impossível ignorar as mediações estabelecidas neste espaço, especialmente o papel das igrejas, destacando-se a Igreja Católica. Embora os movimentos de luta pela terra estivessem em processo de fortalecimento, o campo das mediações foi determinante para que a sociedade nacional compreendesse os Movimentos Sociais e até mesmo para suprir necessidades materiais e espirituais dos integrantes dos acampamentos. Além da Igreja, busca-se reconhecer os demais organismos que tiveram interferência do momento dos acampamentos, inclusive o poder público das diversas localidades onde surgiram os acampamentos.

Os integrantes do Assentamento Conquista, na Fronteira iniciaram sua trajetória no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas ocupações ocorridas em Maio de 1985. Duas grandes ocupações, dois grandes acampamentos, marcam os integrantes deste

¹⁸ Folder de propaganda e conscientização. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Dez. 1984

assentamento: Abelardo Luz e Mondai. Entretanto, depois destes acampamentos, as mesmas pessoas passaram também por outros acampamentos.

Isso acontece porque os integrantes do Assentamento estudado eram, na época, os casais mais jovens e com menos filhos. Como era dada preferência para os mais velhos e com mais filhos, essas pessoas acabaram passando por vários acampamentos até serem assentados. Embora esta trajetória tenha sido mais penosa, fez com que os integrantes tivessem ainda mais clareza de seus objetivos ao chegarem à terra em que foram assentados.

É relevante deixar claro que hoje, no Assentamento Conquista na Fronteira, há pessoas que entraram no MST em um período posterior e não passaram pelos acampamentos da década de 1980. Entretanto, neste momento da pesquisa serão estudados os pioneiros do acampamento e os processos de inserção no decorrer do tempo serão analisados no capítulo seguinte.

2.3 OS INTEGRANTES DOS ACAMPAMENTOS

Ao falar dos integrantes do MST de Santa Catarina de um modo geral, Vendramini traz dados interessantes colhidos durante anos de pesquisa dedicados ao Movimento Social:

Encontramos nos acampamentos e assentamentos do MST descendentes de imigrantes, com seus sotaques e expressões características, bem como, descendentes dos chamados caboclos e também dos indígenas. Com base em nossa pesquisa, constatamos, quanto à sua origem, que 41% dos Sem Terra acampados e assentados identificam-se como caboclos, 34,5% manifestam sua origem entre os imigrantes italianos e alemães e 14% dizem ter origem indígena. Outro dado revela que 85,7% dos Sem Terra acampados e assentados no estado nunca foram donos de terras, o que revela uma trajetória de submissão, de trabalho para os outros (os patrões), de pouca experiência em autogestão e administração. (VENDRAMINI, 2005, p. 68)

Pode-se ter clareza de que não há homogeneidade no Movimento Social, nem quanto à identidade étnica, nem quanto ao local de origem. A maioria dos integrantes do Movimento define-se como “caboclos”, termo criado para designar aquele que não era de origem europeia, na maioria das vezes mestiço de indígenas, negros e europeus. Embora a identidade étnica do caboclo não seja tão definida, seu lugar social na história de Santa Catarina é bastante claro: faz parte da classe mais pobre e poucas vezes na história do Estado pode exercer participação nas decisões políticas.

Esta exclusão dos integrantes do MST da sociedade é percebida na sua exclusão no acesso à terra: 85,7% dessas pessoas nunca tiveram oportunidade de adquirir ou receber um

pedaço de terra. Ou seja, os componentes do MST e, conseqüentemente, dos acampamentos, eram pessoas que viram seu acesso à terra ser negado e tiveram que submeter-se ao trabalho rural assalariado ou ao arrendamento de terras.

Segundo Morissawa (2001, p. 199) “[...] há acampamentos que parecem cidades: só que, em lugar de casas ou edifícios, há barracos de lona e muita improvisação. Com uma diversidade de pessoas não só em número, mas em cultura, em gênero, em ideologias”.

A decisão de fazer parte do Movimento Social e seguir para o acampamento vem de tentativas frustradas de ter acesso a terra e conseguir produzir minimamente para a subsistência. O relato dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, que será trabalhado na parte seguinte do texto, deixa claro qual a origem de seus integrantes e o porquê de sua entrada no MST.

Os acampamentos que deram origem ao Assentamento Conquista na Fronteira datam de 1985, quando uma série de ocupações simultâneas marcou a luta dos trabalhadores Sem Terra. O dia 25 de Maio ficou conhecido pelas ocupações, principalmente em Abelardo Luz, no Oeste Catarinense, onde cerca de duas mil famílias participaram da ocupação.

Três dias após essa ocupação em Abelardo Luz, mais duas ocupações aconteceram em Romelândia e Águas de Chapecó. As sucessivas ocupações que aconteceram forçaram o governo a reagir, fazendo com que o INCRA acelerasse o processo de desapropriação de terras. Grande parte dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira estavam presentes na ocupação em Abelardo Luz e outros estavam em uma ocupação no município de Mondai.

O governo iniciou processos de negociação para compra de terras e assentamento dos Sem Terra, entretanto os proprietários das terras de Abelardo Luz desfizeram as transações de compra e venda e acabaram despejando os acampados. As famílias que compunham o assentamento foram então encaminhadas para outras áreas, sendo uma delas em Faxinal dos Guedes, por onde passaram boa parte dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira.

Os acampamentos, seja em Abelardo Luz, Mondai ou Faxinal dos Guedes, não tinham a mínima infraestrutura. Eram barracos feitos de lona preta, com sanitários improvisados e pouca proteção da chuva e do frio, característicos dos meses das ocupações. A menos de dois meses das primeiras ocupações de 1985, o Movimento já denunciava a precariedade dos acampamentos, conforme mostra o artigo do *Jornal de Santa Catarina*, de 19 de julho de 1985.

Notícia sobre situação precária dos acampamentos

Movimento dos Sem-Terra denuncia situação precária com dois mortos

Chapecó — O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense denunciou ontem a péssima condição sanitária dos acampamentos de São Miguel do Oeste, Abelardo Luz e Fachinal dos Guedes, a falta de médicos e remédios e a morte de dois recém-nascidos. O Movimento considera que o acordo firmado com o Governo do Estado não está sendo cumprido no aspecto da assistência médica e alimentar.

As informações foram transmitidas ontem durante entrevista coletiva à imprensa concedida por grupo coordenador dos acampados, tendo à frente os agricultores Egidio Brunetto, Ademar Trentin e Francisco Dalchivon, além do coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra), José Fritsch.

Eles revelaram que os dois óbitos ocorreram por falta de pronta assistência médica e hospitalar. Um bebê recém-nascido morreu na última segunda-feira no acampamento de Abelardo Luz (transferido para Fachinal dos Guedes) e o outro, em São Miguel do Oeste, há dois me-

ses. Criticaram a falta de médicos, enfermeiras e remédios para os acampamentos. Essa assistência foi mantida nas primeiras semanas e depois suspensa sem explicação. A própria Cruz Vermelha abandonou os acampamentos.

Além do problema sanitário, os Sem Terra reclamaram da falta de alimentos. Segundo eles, o acordo com o Governo do Estado estabelecia que os agricultores trabalhariam nas áreas de assentamento provisório e receberiam alimentação do Governo nesse período de transitoriedade. Somente para Abelardo Luz/Fachinal dos Guedes são necessários Cr\$ 150 milhões mensais para alimentar as 800 famílias, mas o auxílio financeiro concedido desde o dia 25 de maio (início das ocupações) até agora limitou-se a Cr\$ 15 milhões.

Os colonos estão vivendo graças ao auxílio de sindicatos e campanhas que a Igreja e a comunidade rural faz em alguns municípios para arrecadação de fundos e alimentos. Mesmo assim, o alimento se reduz à cangica e uma dieta pobre em quantidade e qualidade. Chás caseiros estão sendo em-

pregados à falta de remédios. Para tumultuar ainda mais a situação, proprietários de terras estão fazendo provocações. Em Fachinal dos Guedes e em Abelardo Luz, os Sem Terra acusaram os fazendeiros Honorino Bortoluzzi e Francisco Paglia.

A terceira e última fase do acordo assinado entre os Sem Terra, o Estado e a União — a aquisição/desapropriação de 20 mil hectares de terras pelo Incra, no Oeste — será cumprido até o dia 3 de setembro. Os coordenadores do Movimento não estão acompanhando as ações do Incra para identificação/aquisição/desapropriação das terras, mas acreditam que elas estão em plena execução.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aguarda para hoje a chegada do Assessor Especial da Secretaria da Agricultura, Paulo Henrique Simon, que vem coordenando o apoio do Estado aos agricultores. Simon deve trazer dinheiro para a aquisição de alimentos e providenciar o restabelecimento da assistência médica aos acampamentos.

Santa Catarina

19-07-85

Figura 4 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 19/06/1985.

As dificuldades eram muitas, “mas é no mês de agosto que a situação dos acampados começa a ficar realmente crítica. Isso não quer dizer que até então não fosse, mas nesse período inicia o término da comida nos acampamentos e os Sem Terra começam a passar fome” (BAZOTTI, 2007, p. 47).

Apesar de todos os desafios enfrentados nos acampamentos, estes aparecem como um momento de extrema importância para os integrantes do MST, pois funcionam como uma espécie de preparação para o momento de assentar. Todavia, estando no acampamento as diferenças pessoais surgem e a convivência em um ambiente hostil nem sempre é fácil.

Além disso, as famílias não sabiam por quanto tempo ficariam acampadas e sob quais condições viveriam os próximos tempos. É comum ouvir relatos de pessoas que pensavam em desistir da luta pela terra, devido à lentidão nos processos de assentamento.

Os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira ficaram, em média, de três anos a três anos e meio em acampamentos. Após as primeiras ocupações em Abelardo Luz e a transferência pra Faxinal dos Guedes, houve ainda uma segunda transferência para uma área em Itaiópolis.

Após chegar a terra, os integrantes do Movimento constataram que o local era nascente do Rio Itajaí-açu, o que impedia a utilização de grande parte da área. Passaram então a buscar

alternativas para que a área pudesse ser utilizada, pelo menos por parte das famílias para lá destinadas.

É a região da cabeceira do rio Itajaí-açú e têm 11 mil hectares de terra. Foi desapropriada pra 350 famílias porque era muito grande a área. Aí começamos a fazer um estudo com o movimento, ter uma relação mais próxima com o IBAMA, a FATMA e chegamos à conclusão que daquelas 350 famílias, aquela área podia comportar o máximo de 50 famílias¹⁹.

Essas constantes transferências de áreas de acampamentos e a falta de critério na escolha das áreas por parte do INCRA são alvo de críticas dos integrantes dos Sem Terra atualmente. Em entrevista, um integrante do assentamento expõe essa situação, relatando-a como desgastante:

Sáímos da Bandeirante, fomos pro Cedro, ficamos mais 6 meses no Cedro, aí no Cedro eles desapropriaram a área lá em Itaiópolis. Aí juntou as famílias que tinha sobrado no extremo-oeste e em Abelardo Luz e fizeram um assentamento lá em Itaiópolis. Aí ficamos acampados lá mais dois anos e meio. Então foi 3 anos e meio de acampamento. Nesse meio de tempo, e esse foi o mal do movimento aceitar jogar as famílias, desapropriar qualquer área e jogar o povo²⁰.

O acampamento, “Bandeirantes”, citado pelo interlocutor e localizado no município de Bandeirante-SC, teve registro fotográfico pelo Jornal *O Estado*, de 09 de junho de 1985. Na imagem é possível perceber as péssimas condições de sobrevivência, com moradias improvisadas, sem acesso a água encanada e muito menos com saneamento básico.

Foto do Acampamento Bandeirantes



¹⁹ Neudi Guindani, integrante do Movimento dos Sem Terra, morador do Assentamento Conquista na Fronteira. Exerceu papel de liderança nos processos de ocupação da terra e, atualmente, é uma liderança interna. Em entrevista direta á autora, em julho de 2012.

²⁰ Idem.

Figura 5 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 09/06/1985.

Também percebidas as dificuldades encontradas pelos acampados nas imagens da época, que mostram as desapropriações e os transtornos por elas trazidos, principalmente para as crianças.

Foto de pai e filho acampados



Figura 6 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 19/06/1985

Com a desapropriação de uma fazenda em Dionísio Cerqueira, as famílias foram mais uma vez transferidas, agora para que formassem o assentamento de fato. A data de criação do Assentamento Conquista na Fronteira é de 24 de junho de 1988, tendo como área 1198 hectares.

2.3.1 Relatos de trajetórias: a memória da ocupação e dos acampamentos

Conhecer a trajetória particular de parte dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, principalmente suas vivências enquanto acampados, faz com que se consiga melhor compreender de que forma o processo de ocupação de terras teve origem e porque ganhou força. As entrevistas utilizadas a partir deste momento mostram um pouco da história de famílias que, na maioria das vezes, buscaram a transformação de suas vidas através do Movimento Sem Terra.

O uso da história oral torna o trabalho ainda mais profundo e rico em detalhes, por outro lado as impressões pessoais dos interlocutores podem mesclarem-se aos fatos. Consciente disso prefere-se utilizar entrevistas variadas e realizar a comparação entre elas, para que as lembranças particulares possam ajudar a construir a história do todo, que é coletiva.

Nos acampamentos do Oeste de Santa Catarina estão presentes, sobretudo, dois atores sociais: o caboclo e o agricultor migrante, que se deslocou ao Oeste através das companhias colonizadoras. Benincá (1987, p.36) fala sobre estes dois grupos:

É preciso saber como os caboclos chegam ao acampamento e se denominam Sem Terra. E como os colonos foram desapropriados da terra para se encontrarem no acampamento e se denominarem Sem Terra, ao lado do caboclo. Os dois grupos possuíam em comum a experiência de trabalhar a terra, mas distanciavam-se no conceito de posse da terra. Os caboclos viviam da terra e não tinham outra finalidade que não fosse o seu sustento, enquanto que os colonos traziam no seu inconsciente a ideia de apropriação. Ideia que se traduz, na experiência do colono, em propriedade privada. Não bastava o uso da terra, era preciso possuí-la.

Ao tratar de sua origem, anterior à entrada no Movimento Social, os interlocutores costumam destacar uma realidade bastante parecida: “A gente era de família de pequeno agricultor, tanto eu como ela”²¹ ou então “Nós era arrendatário, trabalhava a meio: o que plantava nós dava meio pra patrão”²². Embora a forma de organização e produção variasse, os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira faziam parte de famílias que não possuíam terra própria e dependiam de áreas arrendadas ou alugadas para produzir para a subsistência.

Esse era o contexto do Oeste Catarinense, como já se viu no capítulo anterior: apesar do Estado ser caracterizado pelos minifúndios, o acesso a terra foi extremamente prejudicado pelo processo de modernização da agricultura, a partir da década de 1970.

No relato do interlocutor sobre sua família, consta: “pequeno agricultor, pobre, oito alqueires de terra, dez filhos. Meu pai era de origem italiana, daqueles que gostavam de progredir bastante e tal, mas só que na época era: trabalhar, trabalhar, trabalhar, mas não saía do chão”²³.

Os integrantes do assentamento que acreditam ser de origem alemã ou italiana, normalmente fazem parte de famílias que vivenciaram o processo de migração de grupos do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense. Esses migrantes iam até o Oeste de Santa Catarina através de promessas de terras, sendo que as terras no Rio Grande do Sul já não comportavam mais todos os filhos, que estavam adultos e formando novas famílias, ou então porque as terras já não estavam produzindo bem.

No Oeste Catarinense essas pessoas recebiam terras de companhias colonizadoras, pequenas propriedades que eram insuficientes para o desenvolvimento de sua família. Como

²¹ Altidor Matt, integrante que fazia parte das primeiras famílias do MST a chegar à terra em Dionísio Cerqueira, em entrevista direta à autora, em julho de 2012.

²² Celis Maria Pedrosos de Assis, integrante do MST desde as primeiras ocupações no oeste catarinense. Em entrevista à autora, em julho de 2012.

²³ Neudi Guindani, já mencionado.

relata o interlocutor: oito alqueires de terra e dez filhos. Ou seja, tanto os migrantes dos Estados vizinhos quanto os caboclos nativos da região não haviam tido oportunidade de vida digna na região, muito menos acesso a uma terra própria que garantisse com tranquilidade a subsistência da família.

Nesse sentido, iniciou-se também um processo de êxodo rural que se estendeu por toda a década de 1980 e ainda é enfrentado na atualidade. Matérias de jornais de diversos períodos denunciavam esse processo, principalmente entre os jovens, como é o caso desta manchete do *Jornal Diário Catarinense*, de 1986:

Manchete de jornal sobre êxodo rural de jovens no oeste de Santa Catarina

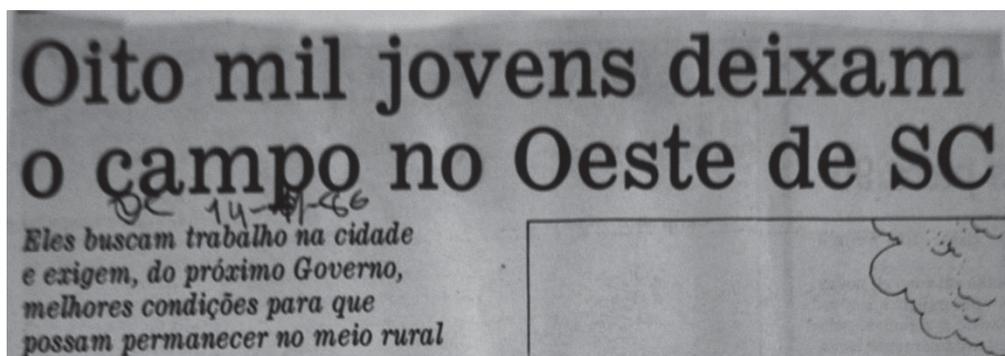


Figura 7 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 14/11/1986.

Sobre a forma de produção de sua família, o mesmo integrante do assentamento relata: “Naquela época era produzir pra comer. Mas só que hoje, caiu a ficha da gente que eles ‘tavam’ certo, que eles eram o agricultor familiar de verdade, porque eles produziam pra família e não produziam pra integração.” Com isso, já demonstra a forte crítica construída pelos integrantes do Movimento Social em relação ao sistema de integração, algo que prejudicou muitas famílias e também foi responsável pelo êxodo rural.

Em relação à entrada efetiva no Movimento Sem Terra, aparece muitas vezes como decisiva a ação de lideranças sindicais, vinculadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. Essas

lideranças eram, muitas vezes, as responsáveis pelas reuniões nas comunidades e a apresentação do movimento social do MST para os pequenos agricultores. Muitas vezes a habilidade dessas lideranças no momento do primeiro contato com os agricultores era importante para a decisão de fazer ou não parte do Movimento Social.

Na verdade a gente tava trabalhando de agregado, aí veio um cara ligado ao sindicato de Chapecó e colocou pra gente, pra mim e pra mulher, que se nós quisesse alguma coisa de Reforma Agrária nós tinha que ir pras ocupação. Que foi na época que tiveram um Congresso em Curitiba e o Lula²⁴ disse que a Reforma Agrária só saia através de ocupar a terra. E daí a gente se organizou, eu e mais umas famílias que tinha na comunidade e fomos no acampamento em Abelardo Luz e ocupamos a terra lá²⁵.

Em diversos relatos aparecem os sindicalistas como peças importantes no incentivo ao ingresso no Movimento Social e na luta pela terra. Esses agentes faziam parte dos sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente do município de Chapecó. Nesse sentido, os jovens também tiveram papel importante no ingresso de pessoas no Movimento. O contato dos jovens com as ideias que ganhavam força no período, como o direito do acesso a terra, direito à participação política e reforma agrária fazia com que influenciassem em suas famílias, muitas vezes encorajando os pais, como mostra o relato a seguir:

O meu início veio por parte do meu rapaz mais velho, que tava estudando e um dia chegou em casa e disse: pai, vamos ocupar um pedaço de terra, que o pai não tem condição de dá a terra pra todos nós (Eram em 4 irmãos homem) e eu vou ocupar um pedaço de terra. Daí no início até nós era meio contra, mas depois ele me insistiu pra participar de uma reunião do Movimento Sem Terra, daí eu fui e participei. E me interessei muito na proposta deles, objetivos, porque que era, porque que eles estavam articulando gente sem terra pra ocupar, que se tinha direito de um pedaço de terra e daí chegamos a conclusão de incentivar ele e de ajudar a ocupar²⁶.

A presença das lideranças do Movimento Social nas comunidades, organizando reuniões e explicando os objetivos do Movimento é sempre lembrada pelos interlocutores. O papel destas lideranças a partir da teoria gramsciana de “intelectuais orgânicos” será pensado mais adiante no texto. Essa presença constante fazia com que as ideias do Movimento ganhassem força e fossem conquistando mais adeptos, visto que somente a falta de acesso à terra, não necessariamente produziria uma reação organizada.

As razões e causas não são o mesmo que atos. Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou

²⁴ Luís Inácio Lula da Silva (Lula) era, nesse, período um sindicalista de São Paulo que começara a ganhar espaço nos movimentos sociais, inclusive no campo. Em 2002, elegeu-se presidente do Brasil, reelegendo-se em 2006.

²⁵ Celso Rabaioli, integrante do Assentamento proveniente de Abelardo Luz, em entrevista direta à autora, em julho de 2012.

²⁶ Fermino Lovello Boiani, um dos integrantes de maior idade do assentamento, em entrevista direta à autora, em julho de 2012.

estandardizada de revolta. O que eles fazem, ou deixam de fazer, depende da sua situação histórica entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência (HOBSBAWM e RUDÉ, 1982, p. 58).

O envolvimento das pessoas na organização coletiva que começava a ganhar força possibilitou a organização das lutas, ocupações e acampamentos. Mas, também há relatos de pessoas que já possuíam exemplos de luta na família.

Meu pai sempre foi de esquerda [...] ele sempre foi uma pessoa que lutou por uma questão mais justa e sempre foi defensor dos partidos de esquerda. Quando nós chegamos do Paraná, porque o pai é do Rio Grande do Sul e foi pro Paraná. Do Paraná, veio pra Santa Catarina. Como nós morávamos na costa do Rio Uruguai, tinha muito projeto de barragem e ele criou um grupo lá pra discutir a questão das barragens, pra criar um projeto contra o projeto das barragens. Aí tinha na época o presidente do sindicato que era um cara bom, tal de Manica, o pastor Lobo, dom José Gomes, eles fincaram uma cruz na barranca do rio. [...] aí veio os padre da região que era defensor dos movimentos sociais na época.²⁷

Embora nem todos os integrantes do Movimento Social tivessem exemplos de pessoas envolvidas em lutas sociais, a partir da entrada no Movimento, buscaram construir suas próprias trajetórias de luta. Embora seja inegável a importância das lideranças, é necessário compreender que os integrantes do Movimento não eram apenas “seguidores passivos ou obedientes”. Os momentos de debates e decisões conjuntas são marcantes no decorrer do processo de luta pela terra, fazendo com que as lideranças agissem como mediadores.

Ao entrar no MST, os indivíduos já possuíam certa clareza de que precisavam de mudanças imediatas no acesso à terra, porém na maioria das vezes desconheciam os caminhos para buscar as transformações. Ter lideranças respeitadas, fossem elas ligadas ao Movimento Social ou à Igreja, possibilitava o fortalecimento da coletividade e aumentava o respaldo do Movimento diante da sociedade civil.

A partir do próximo subtítulo, compreende-se a formação de lideranças atuando como “intelectuais orgânicos”, segundo a definição de Gramsci. Ou seja, como os líderes do acampamento atuaram no sentido de promover a superação da hegemonia da classe dominante e desenvolver uma consciência coletiva ou consciência de classe.

2.4 A ORGANIZAÇÃO INTERNA: O PAPEL DAS LIDERANÇAS

A organização é fator determinante para as ocupações de terra e também para o dia-a-dia nos acampamentos do MST. Desde as reuniões de planejamento de ações para a ocupação

²⁷ Neudi Guindani, já mencionado.

até o momento de vivência no assentamento, a figura de líderes é de extrema importância para manter a organização e direcionar sua filosofia enquanto Movimento.

A ocupação em si é um ato radical e coletivo, que expressa, envolto em muito temor e sofrimento, uma grande desigualdade social: milhares de famílias ocupam uma área privada, considerada um latifúndio. Algo que só é possível com uma grande massa de pessoas, com organização, com coesão em torno de objetivos em comum (pelo menos neste momento) e com lideranças à frente. (VENDRAMINI, 2005, p. 70)

As lideranças que estão à frente no processo de ocupação continuam tendo papel importante dentro dos acampamentos. As lideranças eram responsáveis por buscar a conscientização das famílias e promover o diálogo sobre a forma que se buscaria a terra e como nela se trabalharia.

As pessoas mais da linha de frente começaram a organizar de que forma a gente ia pra terra, “batiam” muito a gente trabalhar no coletivo e foi ali onde a gente saiu com a organização de 35 famílias que veio pra essa terra que tá aí hoje e a gente tá trabalhando no coletivo até hoje²⁸.

Dentro dos acampamentos, a discussão não se limitava a pensar a situação vivenciada naquele momento, mas também projetar o que se queria para o futuro, quando se estivesse na própria terra. As famílias compostas por pessoas de menos idade ou que tinham menos filhos permaneceram por mais tempo acampadas e, conseqüentemente, aprofundaram mais as discussões.

E nós mais jovem fomos ficando e começamos a discutir novas maneiras de se relacionar com a terra, novas maneiras de se relacionar com as famílias, maneiras de relacionar com a sociedade, como que nós íamos encarar porque a gente tinha uma rejeição muito grande das comunidades com relação aos assentados, porque eles achavam que os assentados eram pessoas que não faziam parte da sociedade, por causa do cheiro da fumaça e não tinha nada a ver, eram pessoas que estavam começando uma luta²⁹.

Além desse importante papel na organização interna, as lideranças destacam-se nos momentos de negociação com os organismos e com o governo.

As lideranças tinha mais pessoal apontado pelo Movimento, que trabalhavam mais negociar com o governo, negociar com o INCRA, a questão da alimentação e depois daí então o pessoal que vivia com nós saiu daí pra organizar outros acampamentos, outros assentamentos, outras ocupações pra gente ter a voz da reforma agrária. Se fosse só nós ali, não ia ter a voz da reforma agrária. E essas pessoas, essas lideranças, através da nossa cooperativa nós liberava pra trabalhar no Movimento e tocar a organização.³⁰

²⁸ Celso Rabaioli, já mencionado.

²⁹ Neudi Guindani, já mencionado.

³⁰ Celso Rabaioli, já mencionado.

A função das lideranças de estabelecer o diálogo com a sociedade civil e com os organismos de governo era extremamente importante e, por muitas vezes, foram registrados estes momentos. Na figura abaixo, aparece uma das lideranças mais lembradas pelos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira: Egídio Brunetto. O encontro com representantes do governo do Estado foi registrado pelo jornal *O Estado*, de 20 de junho de 1985.

Notícia sobre encontro de lideranças do MST com o governo

Movimento dos sem-terra considera que o Governo não cumpre o acordo

Marco Cezar

O Governo do Estado não está cumprindo sua parte no acordo firmado por escrito no início do mês. A conclusão foi tirada pelo Movimento de Sem Terra, reunido ontem pela manhã em Florianópolis, representado por dois membros, com o Secretário da Agricultura, Vilson Kleinubing, Jorge Lorenzetti, presidente estadual da CUT, Vilson Colatto, novo coordenador estadual do Inca e Edelvino Furlanetto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Oeste, além do presidente da CPT, Francisco Veríssimo.

Segundo os dois representantes do Movimento, José Fritz e Egidio Brunetto, que está acampado com a família em Abelardo Luz, o Governo ainda não comprou os 1 mil hectares de terra, conforme se comprometeu no acordo, para assentar provisoriamente os sem-terra. Cerca de 5 mil e 500 pessoas continuam aglomeradas em área insuficiente e em condições precárias de vida.

De acordo com o cadastramento feito pelo Governo e Movimento 530 famílias estão acampadas em 166 hectares únicos comprados pelo Governo Estadual, no município de São Miguel do Oeste, ao invés de 300, segundo tratado no documento. Em Abelardo Luz mais 871 acampam em apenas 10 hectares, alugados pelo Governo contrariando os 700 hectares firmado no início do mês. Na reunião o Secretário da Agricultura prometeu solucionar o problema no máximo até o final da



Brunetto e Fritz, representando os sem-terra estiveram ontem na Capital

semana, distribuindo as famílias em espaço maior.

“Estamos fazendo a nossa parte”, disse o representante do movimento, “desde a assinatura do acordo não houve mais invasões e cumprimos a ajuda de cadastramento das famílias”. Além disso afirmou que o policiamento dos acampamentos está sendo feito pelo movimento na tentativa de conter a entrada de pessoas estranhas.

Hoje uma nova reunião deve acontecer em Chapecó, onde a conclusão

será levada e novas alternativas devem ser tiradas. “Já fizemos um sacrifício dobrado ao concordar em ficarmos em áreas menores que as esperadas”, afirmou Brunetto, enfatizando que “o que o movimento tem não é promessa do Governo, mas um documento assinado”. Em Abelardo Luz as condições são até piores que de São Miguel do Oeste. O riacho que corta o acampamento das 530 famílias, serve ao mesmo tempo de fonte de água potável e lavatório de roupa, principal problema.

Figura 8 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 20/06/1985.

Como se percebe na fala dos interlocutores, muitas pessoas que foram lideranças importantes nos momentos de ocupação e acampamento, após terem sua família assentada continuam a trabalhar com os demais acampamentos, prestando serviço ao MST. Também há nomes lideranças que é constantemente lembrado pelos integrantes do Assentamento, como a senhora Irma que, segundo eles “São lideranças que já ocuparam junto com nós e tão até hoje, do acampamento e assentamento”³¹.

O fato de as lideranças serem integrantes ativas do Movimento Social e também agricultores Sem Terra caracteriza-as como “intelectuais orgânicos”. Gramsci explica que todo grupo social tem seus intelectuais:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria

³¹ Idem.

função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1979, p. 03).

Os intelectuais do Movimento Sem Terra, ou então lideranças dos acampamentos, tinha a característica da organicidade:

Orgânico, em síntese, é o intelectual que participa, que age, que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se engaja na manutenção da hegemonia existente. De um lado e do outro, a organicidade vem do comprometimento, da participação, na formulação de idéia que ajudem na ação política, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica (RESENDE, 2006, p. 6).

As lideranças dos acampamentos mostravam-se preocupadas com o acampamento, buscando não apenas as questões de ordem material e econômica (desde alimentação e mantimentos até a terra onde seriam assentados), mas também buscavam promover a conscientização dos integrantes do Movimento.

Coutinho (1989, p. 106 e 107) afirma que, para Gramsci, a classe operária precisa obter, além da hegemonia econômica, social e política, a direção cultural da sociedade capitalista, e é neste aspecto que ele atribui importância ao papel desempenhado pelos intelectuais, atores essenciais para que a classe trabalhadora consiga impor sua hegemonia.

Nesse sentido, as lideranças dos acampamentos acabavam incentivando a construção de uma contra-hegemonia e lutavam para a superação da lógica de exploração capitalista tanto dentro do grupo acampado, quanto nos encontros dos demais espaços da sociedade civil. Gramsci (1971, p. 3) dizia que os intelectuais orgânicos eram diferenciados “menos por sua profissão, que pode ser qualquer trabalho característico de sua classe, do que por sua função de dirigir as ideias e aspirações da classe à qual pertencem organicamente”.

Outras pessoas que exerceram forte liderança sobre os Sem Terra foram os religiosos, tanto nos momentos de ocupação, quanto nos acampamentos. O Bispo Dom José Gomes³², de Chapecó, é lembrado constantemente pelos interlocutores como uma liderança forte e capaz de mobilizar as pessoas.

E aí começamos a ter uma relação mais forte com o sindicato, com a Igreja porque se tem uma das coisas que mais ajudou pra construir o Movimento foi a Igreja. A Pastoral da Terra foi muito importante, foi o carro-chefe, por que daí juntou: os sindicatos combativos, o partido dos trabalhadores e foi engrossando uma massa de lideranças fortes. Naquela época a gente sonhava com um projeto meio único, que era transformar a sociedade. Então nós, fomos discutindo dentro desse contexto³³.

³² Dom José Gomes nasceu em Erechim, no ano de 1921. Estudou filosofia e teologia, vindo a ser bispo da Igreja Católica. Destacou-se nacionalmente por ser presidente da Comissão Pastoral da Terra, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e do Conselho Indigenista Missionário.

³³ Neudi Guindani, já mencionado.

O papel da Igreja e suas lideranças, tratado a seguir destacam a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos diversos acampamentos que existiram no Oeste Catarinense.

2.5 O CAMPO DAS MEDIAÇÕES E O PAPEL DOS GRUPOS RELIGIOSOS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve uma forte ligação com grupos da Igreja Católica desde o seu surgimento. Entretanto, é importante esclarecer que a Igreja Católica não representava um grupo homogêneo e, nem mesmo, teve a mesma postura durante todo o período dos acampamentos.

No início do período militar, por exemplo, grande parte dos grupos da Igreja adota uma postura mais conservadora, apesar de existir grupos em seu interior que já atuavam de maneira crítica. No documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é possível ver a forma tímida como a Igreja Católica expressava-se, agora já na década de 1980:

Vincular o homem da terra como seu proprietário; possibilitar em larga escala o acesso a terra àqueles que estejam aptos a se tornar proprietários; criar condições para que o homem obtenha, pela posse e pelo uso adequado da terra, os meios de proporcionar uma existência digna e a si e à sua família, sem ferir as legítimas exigências do bem comum. (CNBB, 1981, p.43)

A Igreja Católica, não fazia críticas abertas ao latifúndio ou às desigualdades no acesso a terra, apenas defendia a possibilidade de vida digna. Com isso, não expressava de que forma o sem-terra teria acesso à propriedade da terra e conseqüente dignidade. Isso acontecia, pois o discurso anticomunista era bastante forte entre as principais lideranças da Igreja Católica da época.

Essa postura da Igreja pode ser facilmente compreendida, visto que o país vivenciava o período de ditadura militar. Porém, de dentro da própria Igreja surgiam grupos que declaravam ter posições diferentes em relação às questões sociais e defendiam abertamente a reforma agrária, por exemplo. Prova disso é o documento lançado após uma assembleia geral da Comissão Pastoral da Terra, que denunciava os ataques sofridos pelos Sem Terra e foi destaque no jornal *O Estado*, de 09 de agosto de 1985:

Notícia com denúncia da Igreja sobre acampamentos

Concentração de terras e expulsão de famílias no documento da Igreja

A Comissão Pastoral da Terra, regional de Santa Catarina, denunciou a crescente concentração da terra e a expulsão de famílias de trabalhadores rurais, inclusive com o uso de violência. Como participantes desta violência, a comissão acusa latifundiários, fazendeiros, órgãos públicos e o Exército. A denúncia está contida num documento que reúne as conclusões de uma assembleia geral realizada entre 5 e 7 deste mês em Rio do Sul. Da assembleia participaram 84 agricultores e 29 agentes de pastoral representando as dioceses de Rio do Sul, Florianópolis, Tubarão, Chapecó, Lages,

Joinville, Joaçaba e Caçador.

O documento divulgado pela Pastoral está dividido em três pontos. No primeiro, é denunciada a concentração da terra e a violência no meio rural, representadas pela existência, em Santa Catarina, de cerca de trinta focos de conflito e mais de 140 mil famílias sem terras. Também são citados “o clima de violência e de tensão vividos hoje no meio rural, provocado pelo armamento dos fazendeiros e latifundiários com o intuito de impedir a reforma agrária”, e os projetos de barragens, a política agrícola e a destruição do meio ambiente, como responsáveis pelo êxodo rural e pela falta

de condições de trabalho do homem do campo.

Num segundo ponto, a Comissão Pastoral da Terra manifesta apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, à forma utilizada para conquistar espaço para plantar, ao Movimento das Mulheres Agricultoras, ao Movimento Contra as Barragens e aos sindicatos de trabalhadores rurais envolvidos nas questões agrárias. O documento finaliza com o compromisso de lutar pelos trabalhadores, estimular a participação de agricultores na Constituinte, defender a reforma agrária e lutar por uma Igreja a serviço dos oprimidos.

Figura 9 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 09/08/1985.

No relato de um interlocutor, fica muito clara a existência de grupos da Igreja apoiadores: “Quem que defendia o Movimento: A Igreja e o Sindicato, essas entidades. A prefeitura não, porque a prefeitura não era do nosso lado, na época. E aí tinha sindicato de Xanxerê na época, sindicalista de São Miguel [...]”.³⁴ Os sindicatos e a Igreja aparecem, nos relatos, como os maiores mediadores dos Sem Terra para com a sociedade nacional.

Ao indicar que a prefeitura não os apoiava por “não ser do seu lado”, o interlocutor traz à tona a questão político partidária. Os acampamentos sempre tiveram forte ligação com os partidos políticos de contestação do modelo capitalista e considerados de esquerda.³⁵ Sobre a relação dos acampados com o Estado e com os governos se falará no final deste capítulo.

Ainda sobre a relação com a Igreja, destaca-se na fala dos interlocutores a importância de uma pessoa: Dom José Gomes³⁶. Este atuava na região do extremo-oeste de Santa Catarina e era adepto dos movimentos da Igreja que apoiavam a luta dos Sem Terra, principalmente a CPT.

Na verdade quem deu maior força pra nós foi o falecido Dom José Gomes. [...] O Bispo Dom José Gomes já naquela época disse pra mim: vocês têm direito, é só vocês

³⁴ Altidor Matt, já mencionado.

³⁵ A nomenclatura “partido de esquerda” refere-se aos partidos políticos mais voltados às questões sociais. Essa nomenclatura foi criada ainda na Revolução Francesa, quando os Jacobinos (classe mais pobre) sentavam-se à esquerda e os Girondinos (classe mais rica) sentavam-se à direita. Apesar de ter sido usada durante muito tempo, na atual conjuntura política essa diferenciação entre partidos de esquerda e de direita vem perdendo força, visto que não há mais uma clara diferenciação ideológica entre os mesmos.

procurar que tem terra pra vocês também. Aí dom José Gomes começou a dar força e mostrar a realidade como era³⁷.

O trabalho desenvolvido pelas lideranças religiosas não iniciava nos acampamentos, mas ainda antes de sua constituição. Dom José Gomes aparece como um incentivador da luta pela terra e também como um motivador do grupo: “A gente era de família de pequeno agricultor, tanto eu como ela. Então a gente se organizou por sindicato e tinha alguém da Pastoral da Terra, ligada a Igreja e a Dom José Gomes. E aí fizemos reunião, tudo com sigilo”³⁸.

Dentro das categorias trabalhadas por Gramsci, parece que o religioso atuava como um intelectual, porém não se enquadra na categoria da organicidade por não pertencer de forma direta ao grupo social. Dom José Gomes era um direcionar dos ideais do grupo dos Sem Terra, sendo que é lembrado pelos interlocutores com grande estima:

A Igreja tinha participação: sim, bastante, forte. Dom José pra nós foi um pai, Dom José de Chapecó. Dom José o que lutou por Reforma Agrária! Apesar de que o dia que ele faleceu, tinha mais gente do Movimento Sem Terra no enterro dele do que da própria Igreja. Mas ele era uma pessoa muito importante pra nós³⁹.

É importante entender que a Igreja Católica havia passado por várias mudanças desde a década de 1960 até o final da década de 1980. Mas, nesse período de tempo que surge uma importante forma de organização, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). As CEBs surgiram em regiões pouco atendidas por religiosos, com o propósito de serem espaços religiosos, mas também espaços de atuações políticas.

Os camponeses, com a palavra do padre ou do bispo, foram se conscientizando e, assim, se organizando para reivindicar seus justos direitos e espalhar os movimentos e organizações populares também no campo. O homem do campo (pequeno agricultor, boia-fria, assalariado rural), encontrando apoio na Igreja, passou a ter uma aliada que o estimulava na busca de seus justos direitos. (DALLAGNOL, 1989, p. 33)

Outra entidade de grande atuação nos acampamentos foi a CPT (Comissão Pastoral da Terra) vinculada a Igreja Católica. Esta era uma comissão específica da Igreja, que buscava auxiliar na luta contra a grilagem de terras e por reforma agrária. Assim como os membros destas comissões passavam a auxiliar nos acampamentos, também houve membros da Igreja que foram auxiliados pelos acampados.

³⁷ Fermino Lovello Boiani, já mencionado.

³⁸ Altidor Matt, já mencionado.

³⁹ Celso Rabaioli, já mencionado.

Como exemplo, tem-se um integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, que se envolveu com o Movimento e reside no mesmo até hoje, devido à Igreja: “Eu na época, eu era liderança de Igreja. Eu não passei por esse processo de ocupação, mas eu ajudei no processo de ocupação, ajudei a discutir desde quando se discutia o Movimento Sem Terra”⁴⁰.

A Igreja assume nos acampamentos dois importantes papéis: dá apoio aos acampamentos ajudando a suprir as necessidades básicas e debatendo ideias e também possibilita uma mediação para com o restante da sociedade que, até então, só sabem do MST e dos acampamentos o que as classes dominadoras querem que saibam.

Até mesmo as canções da Comissão Pastoral da Terra, seus hinos, costumavam demonstrar outra imagem do agricultor sem terra, como alguém em busca de seus direitos. Exemplo “disso, tem-se a música”: “A classe roceira”, muito popular nas celebrações religiosas da época:

A classe roceira e a classe operária, ansiosas esperam a reforma agrária. Sabendo que ela dará solução para a situação que está precária. Saindo o projeto do chão brasileiro, de cada roceiro plantar sua área. Sei que na miséria ninguém viveria e a produção já aumentaria Quinhentos por cento até na pecuária.⁴¹

Através de cantos, celebrações ou qualquer ação desenvolvida dentro dos acampamentos, a CPT conseguia trazer novas esperanças para as famílias que pertenciam a esta realidade. Muitas vezes, usava-se de metáforas com as histórias bíblicas para justificar a luta e dar força aos integrantes do Movimento.

A comparação mais comum era de que, assim como na passagem bíblica que os hebreus caminhavam em busca da “terra prometida”, os Sem Terra também estariam em marcha para uma terra própria, onde viveriam com dignidade. Ou seja, como povo cristão, deveria continuar lutando por sua terra, pois essa não seria somente fruto da reforma agrária, mas também uma “obra de deus”.

A Igreja Católica foi, sem dúvida, a instituição religiosa que teve maior envolvimento nos acampamentos. Porém, outras denominações religiosas também puderam manifestar-se, como é o caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana que, através da Pastoral Popular Luterana divulgou um manifesto de repúdio à situação em que se encontravam os acampados.

Publicada no jornal *A Notícia*, de 7 de novembro de 1987, a matéria sobre a postura da Pastoral Popular Luterana falava, inclusive, em forças anticristãs. Segundo a mesma, quem

⁴⁰ Marcos Antônio Dreher, integrante do assentamento que veio a integrar-se por intermédio da Igreja Católica, em entrevista direta à autora, em julho de 2012.

⁴¹ Trecho do hino “A Classe Roceira”.

defendesse as ideias capitalistas e não buscasse a justiça social não poderia ser considerado cristão:

Notícia de manifesto da Igreja Luterana contra a concentração fundiária



Figura 10 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 07/11/1987.

O acampamento mostrava como as igrejas, principalmente a Igreja Católica, poderiam pôr em prática alguns ideais, desenvolvidos especialmente pela Teologia da Libertação, que foi “uma corrente teológica que englobou diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir da década de 1970” (MOURA, 1981, p. 39).

Esta corrente teológica trouxe uma vertente mais social para a Igreja Católica e influenciada por outros movimentos de contestação que surgiam no mesmo período, ganhou força e atuou de forma intensa junto aos Movimentos Sociais. Os acampamentos do MST no Oeste de Santa Catarina encontraram na CPT e em sua corrente doutrinária baseada na Teologia da Libertação uma fonte de apoio e esperança para prosseguir na luta. Afinal, o acampamento era somente mais um passo na luta pela terra, entretanto era um dos passos mais importantes para a sua formação.

2.6 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE SEM TERRA NOS ACAMPAMENTOS

Dentro dos acampamentos formados no Oeste Catarinense havia pessoas das mais diversas origens étnicas e históricas, com os mais diversos conceitos e visões do mundo. Ao entrar nos acampamentos, todos esses atores sociais precisavam submeter-se às convivências com os demais, necessitando aprender a tolerar e aceitar as diferenças que existiam.

Os acampamentos foram o início de um processo de identificação entre os envolvidos, que viria a materializar-se ainda mais após a conquista da terra. Segundo Castells (2002, p.22) a identidade é “o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalecem sobre outras fontes de significados”.

O espaço do acampamento aparecia como o lugar onde existia a oportunidade para encontrar semelhanças entre seus atores sociais. Muito além das diferenças existentes entre os acampados, o acampamento mostrava o que havia de semelhante na história e na situação social das pessoas que o compunham:

Nesse tempo e nesse espaço, tem lugar um importante momento de constituição da identidade Sem Terra, de criação de um elo entre trabalhadores que têm em comum uma história de exploração, de miséria, de violência e de desilusão. Está em jogo a possibilidade de tornar a experiência do acampamento num aprendizado, o que significa dar sentido a ela, potencializá-la. (VENDRAMINI, 2005)

Os acampamentos tornavam-se espaços de compreensão da realidade, de entendimento de sua verdadeira situação histórica, seja enquanto indivíduo ou enquanto grupo social. Esta “tomada de consciência” é definida por Gramsci como um entendimento não só da exploração econômica, mas também de como as pessoas estão sujeitas aos efeitos de visões ideológicas concorrentes em relação ao mundo.

Ou seja, assim como se tornava importante entender, nos espaços de acampamentos, a dominação econômica exercida pela classe dominante e lutar pela propriedade dos meios de produção, também era importante lutar pela consciência. Para que o desenvolvimento de uma consciência grupal acontecesse, os acampamentos eram palco de diversas formações.

Os momentos chamados de “formação” pelos integrantes do MST são as reuniões, os encontros, palestras e discussões. Antes de compreender o que se discutia nestes momentos de formação é preciso entender a sua importância para os assentados e também para a relação com a sociedade nacional. Como já foi dito, as formações serviam como um momento de formação

de consciência grupal para os integrantes dos acampamentos, porém elas também eram essenciais para o embate com as forças contrárias ao Movimento.

Para entender esta relação é necessário compreender o conceito dado ao Estado em Gramsci: “o Estado consiste de todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjogados as suas regras” (GRAMSCI, 1971, p. 244). Ou seja, é preciso vencer a ideia de que o Estado esteja restrito ao aparato burocrático de poder, mas perceber sua atuação no que comumente chamamos de sociedade civil.

Essa sociedade civil, também precisa compreender a luta dos Sem Terra e libertar-se da visão dominadora do Estado. As formações eram um passo importante para o embate ideológico com a sociedade em geral, pois como explica Coutinho (1989, p. 92), na sociedade ocidental “O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requeria um cuidadoso reconhecimento do caráter nacional”.

Nas formações eram debatidos diversos assuntos, desde a organização interna do acampamento, passando pelos planos para o assentamento, até o debate sobre a conjuntura política nacional.

E nós mais jovem fomos ficando e começamos a discutir novas maneiras de se relacionar com a terra, novas maneiras de se relacionar com as famílias, maneiras de relacionar com a sociedade, como que nós íamos encarar porque a gente tinha uma rejeição muito grande das comunidades com relação aos assentados, porque eles achavam que os assentados eram pessoas que não faziam parte da sociedade, por causa do cheiro da fumaça e não tinha nada a ver, eram pessoas que tavam começando uma luta⁴².

Neste período, recebiam notícias dos demais integrantes que já haviam sido assentados, o que acabava sendo outro motivo para discussão, como explica uma entrevistada: “Em 1985/1986 mesmo teve uma parte que foi pra assentamento e a gente foi aprendendo muita coisa com eles, o que dava certo e o que não dava[...]”⁴³.

Devido ao fato da política de Reforma Agrária não estar sendo cumprida na íntegra, os assentados recebiam somente a terra e não recebiam nenhum apoio para iniciar a produção, muitos assentamentos enfrentavam problemas. Ao receber tais notícias, os acampados

⁴² Neudi Guindani, já mencionado.

⁴³ Fátima Matt, integrante do MST e pioneira na ocupação da área do assentamento em Dionísio Cerqueira, em entrevista direta à autora, em julho de 2012.

realizavam as reflexões: afinal, o que querem os Sem Terra? Como iniciar uma produção sem apoio do governo? Qual a melhor forma de organizar o assentamento?

A partir das reflexões é que surgiu a ideia de um trabalho coletivizado. Além disso, havia uma política do próprio Movimento Social que incentivava esta forma de produção, sendo estimulada pelas lideranças locais: “As pessoas mais da linha de frente começaram a organizar de que forma a gente ia pra terra, ‘batiam’ muito a gente trabalhar no coletivo e foi ali onde a gente saiu com a organização de 35 famílias que veio pra essa terra que tá aí hoje e a gente tá trabalhando no coletivo até hoje”⁴⁴.

Muito do que se vive no Assentamento Conquista na Fronteira é resultado das experiências desenvolvidas nos acampamentos. Um exemplo relatado por um entrevistado, referindo-se ao acampamento em Itaiópolis:

A gente sonhava. Esse grupo aqui sonhava em ser assentado e produzir diferente. Aí criamos três núcleos diferentes lá em Itaiópolis: grupo 1, grupo 2 e grupo 3. E nesses grupos nós fazia discussão, fomos fomentado a ideia de produzir diferente, de se relacionar diferente, de fazer as moradias diferente com mais proximidade, pra gente ter uma relação mais próxima com o vizinho, aquela ideia das agrovilas era muito forte⁴⁵.

Para a formação de uma consciência de grupo ou de uma identidade comum, foram muito importantes as parcerias e o apoio que o Movimento recebeu de algumas entidades. No relato do interlocutor isto fica bastante claro:

A Pastoral da Terra foi muito importante, foi o carro-chefe, por que daí juntou: os sindicatos combativos, o partido dos trabalhadores e foi engrossando uma massa de lideranças fortes. Naquela época a gente sonhava com um projeto meio único, que era transformar a sociedade. Então nós, fomos discutindo dentro desse contexto⁴⁶.

Fica evidente que a formação que ocorria dentro dos acampamentos foi fundamental para a constituição do Assentamento e, principalmente, que a possibilidade de pensar e construir uma nova sociedade eram a grande esperança dos acampados. Porém, isso não significou a plena adesão das pessoas aos seus projetos. Pelo contrário, foram muitas as forças de resistência e repressão.

2.7 AS FORÇAS REPRESSIVAS E SUAS AÇÕES NO ACAMPAMENTO

Os acampamentos no Oeste Catarinense representavam para a região muito mais do que uma luta por terra e reforma agrária, mas uma afronta aos grupos hegemônicos. Devido a isso,

⁴⁴ Celso Rabaioli, já mencionado.

⁴⁵ Neudi Guindani, já mencionado.

⁴⁶ Neudi Guindani, já mencionado.

existem muito relatos do emprego de violência contra os integrantes do MST, como constatou Vendramini (2005, p.70), em pesquisa realizada através da Universidade Federal de Santa Catarina: “Em nossa pesquisa, constatamos que 41,2% dos assentados e acampados já enfrentaram a polícia em confronto direto e 26,6% enfrentou o proprietário de terras”.

A força policial é o braço armado do Estado. Isso porque, representa o Estado e sua forma de atuação, muitas vezes, está baseada nos princípios do Estado. Já os grandes proprietários representam as classes economicamente dominadoras, que resistem às mudanças pelas quais lutam os Sem Terra. Sobre a ação dos fazendeiros se falará mais adiante, pois primeiro é importante reconhecer a ação estatal como forma de repressão.

O Estado normalmente tem uma grande representação da classe dominadora, visto que quem tem, normalmente, acesso aos cargos políticos e às instituições que compõem o aparelho estatal são as pessoas dessa classe. A primeira forma de o Estado tentar manipular os acampados e infringir seus direitos era a maneira como tratava os acampados. As constantes mudanças nas áreas destinadas a essas pessoas eram uma forma de desmotivá-las:

Saímos da Bandeirante, fomos pro Cedro, ficamos mais 6 meses no Cedro, aí no Cedro eles desapropriaram a área lá em Itaiópolis. Aí juntou as famílias que tinha sobrado no extremo-oeste e em Abelardo Luz e fizeram um assentamento lá em Itaiópolis. Aí ficamos acampados lá mais dois anos e meio. Então foi 3 anos e meio de acampamento. Nesse meio de tempo, e esse foi o mal do Movimento aceitar jogar as famílias, desapropriar qualquer área e jogar o povo⁴⁷.

Outra forma de atuação do poder público foi criar polêmicas que dificultassem o processo de assentar. Uma delas foi o debate sobre quem teria prioridade em ser assentado pela reforma agrária, ou seja, os Sem Terra acampados ou Sem Terra que trabalhavam de forma terceirizada? Com isso criaram categorias de invasores e não-invasores, gerando discórdia entre os próprios trabalhadores rurais.

Ao questionar os interlocutores que participaram das ocupações e dos acampamentos na década de 1980 sobre as categorias de Sem Terras invasores e não-invasores, expuseram-nos que estas eram categorias de linguagem jornalística. Entre eles, envolvidos na luta pela terra, tal nomenclatura não era utilizada e o direito à terra era visto como algo comum a todos. Porém, em cada processo de assentamento era desencadeada uma negociação própria com as forças políticas locais para definir para quem a terra seria destinada.

O jornal *O Estado*, de 28 de agosto de 1985, noticiava o surgimento de um movimento de Sem Terras não-invasores que questionavam a distribuição das terras aos invasores:

⁴⁷ Neudi Guindani, já mencionado.

Notícia sobre Sem Terras não invasores

Sem-terra 'não invasores' querem mais atenção

Surgiu um novo movimento de base no Oeste: é o movimento dos agricultores sem terra "não-invasores", de Abelardo Luz. Eles fizeram um manifesto público manifestando estranheza porque "as autoridades estão só preocupadas com os acampados sem terra que representam apenas 1% das 120 mil famílias sem terra de Santa Catarina, e se esquecem da grande maioria". Reclamam que "a imprensa faz manchetes, o

governo dá alimentos, agasalhos e educação, médicos e medicamentos gratuitamente e nós, que não invadimos, não ganhamos nada."

Depois de indagar se é preciso invadir para ser lembrado, o movimento dos não-invasores pede prioridade para serem assentados, a partir das primeiras desapropriações. O movimento pede justiça e justifica a prioridade pretendida: "Nós ajudamos a manter a ordem e a

paz não acarretando despesas a quem quer que seja e não incomodando as autoridades municipais, estaduais ou federais e nem os proprietários. Respeitamos os direitos constitucionais. É por isso que queremos ser atendidos em primeiro lugar."

O movimento tem sede em Abelardo Luz e representa 600 famílias. Seu protesto já chegou ao diretor regional do Incra que o considerou muito justo.

Figura 11 – Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 28/08/1985.

Esclarece-se aqui que muitas vezes, os próprios veículos de comunicação poderiam estar trabalhando em favor de interesses particulares, por isso buscavam difundir boatos que dificultassem um entendimento para o desenvolvimento do processo de reforma agrária. Porém, menos de um mês após a publicação do surgimento do novo Movimento, o mesmo jornal já falava em acertos por partes dos Movimentos Sociais, demonstrando que o que faltava era a vontade política em assentar e não entendimento entre os Sem Terra.

Notícia sobre divisão de terras para assentados



Sem-terras invasores dividirão áreas com os "não invasores"

Chapecó - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra explicou ontem, em Chapecó, que os acampados de São Miguel, Abelardo Luz e Fachinal dos Guedes terão prioridade no assentamento mas negou que os sem-terra não invasores serão preteridos.

Francisco Dalchiavon, membros da Comissão Nacional dos Sem-Terra, justificou a prioridade que os invasores terão: eles estão acampados em situações precárias e precisam urgentemente melhorar suas condições de saúde, habitação e alimentação. Com a sua transferência para as áreas de assentamento definitivo, eles passam a contar com a base física necessária para o encaminhamento de suas vidas, construção de casa e preparação das lavouras.

Dalchiavon destaca que das 2.000 mil famílias que serão assentadas, 1.400 serão de sem-terra que participaram de ações de ocupações e 600 de sem-terra não invasores. Ele disse que está havendo integração e não divergências entre invasores e não-invasores e observou que a comissão de assentamento tem representantes dos dois grupos. Negou que esteja ocorrendo qualquer boicote aos sem-terra não invasores e lembrou que a conquista da reforma agrária no Oeste catarinense - que agora se inicia - deve-se a corajosa ação dos agricultores que ocuparam, pacificamente, terras na região e mostraram ao País a face mais grave do setor rural, exigindo uma reforma da estrutura de exploração das terras agrícolas.

Figura 12 – Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 06/09/1985.

As mudanças nos acampamentos e o abandono em relação às condições dignas de vida em um acampamento (alimentação, saneamento básico, vestimenta), não eram as únicas violências cometidas. Depois de muita luta, ao conseguir ser assentado, o integrante do MST não recebia nenhuma ajuda do Estado: “O nosso grupo foi assentado entre aspas, que era desapropriar a área e jogar o povo lá em cima. Área desapropriada, mas as condições de acampamento”.

As falas se repetem entre os interlocutores, deixando claro que a repressão e a violência eram marcas dos acampamentos:

Isso tu não imagina esses 3 anos e meio o sofrimento, de humilhação, de sacanagem, de perseguição, de fome, de miséria [...] Tudo consequência da desgraça, de maus tratos, de frio, de muda hoje pra cá amanhã pra lá, isso não falando da perseguição de pistoleiros, foi muito terrível.⁴⁸

Imagens resgatadas de jornais da época dão conta do abandono em que se encontravam os acampamentos. Não são raras as cenas de crianças mal vestidas e mal alimentadas, nem mesmo são raros os relatos de abortos e mortes pelas mais diversas doenças dentro dos acampamentos. As duas imagens seguintes mostram a situação das crianças e também as habitações precárias dos acampamentos:

Foto de crianças acampadas



Figuras 13 – Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 1986.

⁴⁸ Neudi Guindani, já mencionado.



Figura 14 – Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 1986.

As perseguições de pistoleiros eram uma forma de violência bastante comum, mas agora partindo dos próprios fazendeiros. Estes contratavam pessoas para vigiar os limites de suas terras e impedir a entrada dos integrantes do Movimento Social. Caso o grupo tentasse algo, o pistoleiro tinha ordem para impedir da forma que fosse necessário, até mesmo matando as pessoas.

Comuns são as histórias dos integrantes do MST que envolvem a ação de proprietários de terras e pessoas armadas. Normalmente o primeiro enfrentamento já acontecia na ocupação da terra, que sempre era um momento de grande tensão entre os Sem Terra, já que não sabia qual seria a reação do fazendeiro e de seus ordenados. Um interlocutor, conta sobre o momento de ocupação da terra:

Aí nós saímos de casa, deixei a mulher e mais três filhos em casa e eu e o rapaz mais velho fomos ocupar. O nosso caminhão foi o primeiro caminhão a chegar ao destino onde nós tinha planejado pra ir. Daí chegamos lá, não aparecia caminhão, não aparecia nada, voltamos. Quando nós voltamos, que passamos a ponte os pistoleiros cercaram pro outro lado na ponte. Aí começou a chegar caminhão, chegar caminhão e o nosso caminhão era o da frente de todo ele e eles botaram fogo na cabeceira da ponte pra amedrontar nós pra não passar pro outro lado. Daí como nós tinha umas companheiras muito de coragem junto, às 2 e meia da madrugada se articulamos com o nosso caminhão e cruzamos a ponte. Aí os pistoleiros quando viram que nós ia atacar mesmo, daí eles correram, não enfrentaram.⁴⁹

Embora o relato fale de uma vitória dos Sem Terras contra os pistoleiros, é importante reconhecer que muitas vezes o conflito era realmente deflagrado. Seja o enfrentamento com a

⁴⁹ Firmino Novello Goerim, já mencionado.

polícia ou então com os pistoleiros, contratados pelos grandes proprietários, estes eram momentos de desespero e até mesmo de perda de integrantes do Movimento. Um fato de violência foi noticiado pelo jornal *O Estado*, de 22 de agosto de 1985:

Notícia sobre morte de Sem Terras por pistoleiros

Sem-Terra de Abelardo Luz baleado por pistoleiros de fazenda vizinha

Chapecó — Os acampados de Abelardo Luz denunciaram ontem que um proprietário do Oeste contratou 15 pistoleiros e cercou 2 hectares adquiridos pelo governo do estado, onde estão as famílias dos trabalhadores rurais sem-terra.



A denúncia é de um acampado, Brito dos Santos, que afirmou terem os capangas atirado contra um trabalhador. O próprio Brito disse que já foi e está sendo alvo de perseguições. De acordo com o denunciante dois dos 100 hectares comprados pelo Governo do Estado, de Santa Ursula Florestal, na localidade de Margarida Alves, distrito de Araçá, em Abelardo Luz, foram invadidos por Francisco Paglia, que é proprietário de terras vizinhas. Essa extensão de terra, dois hectares, foi cercada e quinze pistoleiros a vigiam as 24 horas do dia. Os pistoleiros estão ameaçando constantemente os sem-terra, que para saírem da área onde estão acampados, forçosamente devem passar pelo local onde estão os pistoleiros contratados.

Os capangas de Francisco Paglia, diz Brito dos Santos, já atiraram em pelo menos uma pessoa, sem no entanto alvejá-la. O próprio Brito dos Santos, foi seguido por diversas vezes até mesmo no centro da cidade de

Abelardo Luz, porém em nenhuma oportunidade foi abordado pelos pistoleiros. Conta o sem-terra, que os capangas estão fortemente armados, com revólveres, espingardas, facas e até um fuzil e uma carabina 25 tiros.

A atitude do proprietário Francisco Paglia, foi denunciada ao Secretário Adjunto de segurança, Manoel Antonio Fogaça. Ele prometeu aos sem-terra tomar alguma providência, porém até agora nada foi feito. A ação dos pistoleiros foi denunciada também ao delegado regional de Polícia em Chapecó, Pedro Fernandes Pereira, que igualmente, de acordo com os acampados, nada fez. Brito dos Santos, criticou atitude tomada pelo Delegado Pedro Pereira, que teria dito aos próprios sem-terra que somente registraria a ocorrência se houvesse sangue ou morte. Os acampados exigiram a presença da polícia no local e deram um prazo até o último sábado. Foram para Margarida Alves 3 policiais que afirmaram aos acampados: tomariam posição firme no sentido de desarmar o bando que protege os dois hectares, até segunda-feira. No entanto, nada foi feito.

Brito dos Santos observou ainda que o Estado não cumpriu com a promessa de mandar para os acampados alimentação. Uma reunião no dia 5 deste mês definiu a remessa de alimentação por parte do Governo do Estado. Os trabalhadores rurais deveriam receber sacolões com a alimenta-

ção básica, no entanto o Estado remeteu somente 3 mil quilos de feijão e arroz. Os sem-terra estão se mantendo somente com a coleta feita junto a algumas comunidades do Oeste.

Além de pedirem a retirada dos pistoleiros da área de 2 hectares, os sem-terra reivindicarão ao Secretário da Agricultura, hoje, alimentação e que o trabalho visando encontrar os 20 mil hectares para o assentamento definitivo das duas mil famílias, seja agilizado. Em Abelardo Luz, estão acampados 150 famílias, de sem-terra. O prazo estipulado no acordo firmado entre o Governo do Estado, da União e o Movimento dos Sem-Terra, expira dia 3 do mês que vem, até lá, devem ser adquiridos ou desapropriados 20 mil hectares para onde irão as duas mil famílias que ocuparam várias áreas na região. Outro problema que o Governo deve resolver é a ampliação da área a ser comprada ou desapropriada. O acordo prevê que cada família deverá receber o módulo mínimo da região, no caso de 12 hectares e meio. Assim sendo, o total de terra que deve ser conseguido não é de 20 mil e sim 25 mil hectares.

O atendimento médico dos sem-terra é satisfatório. Uma farmácia está funcionando no acampamento, porém médicos não aparecem a duas semanas. Existem contudo, somente alguns casos de diarreia, gripes e resfriados, devido à oscilação de temperatura.

Figura 15 – Fonte: Arquivo histórico do MST. Chapecó: CEOM, 22/08/1985.

Embora seja possível entender o porquê das reações, visto que interesses econômicos estavam em jogo, há de se questionar a origem da violência. Nesse sentido, recorre-se a Gramsci e seus conceitos acerca de hegemonia, segundo a interpretação de Fiori:

Se, para Gramsci, o poder da classe dominante está no controle ideológico, justamente a percepção de que não estaria mais com este poder foi que fez surgir às reações violentas.

Segundo o mesmo autor, toda a sociedade passa por momentos de crise, inclusive crises de hegemonia. Então, ao perceber que estava enfraquecendo-se como classe dominadora a partir do movimento de contestação, a classe dominante busca reagir de todas as formas possíveis: com violência, inclusive.

Ao reconhecer a crise de hegemonia, a classe dominadora tem alguns momentos de reação. Coutinho (1989, p. 93) explica como acontecem as reações:

De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; em médio prazo, ela pode certamente recompor sua hegemonia, por meio de concessões, de manobras reformistas, etc., para o quê contará com a incapacidade das forças adversárias de apresentar soluções positivas e construtivas. Mas a tendência dominante, ainda que não inevitável, é de que as classes dominadas - favorecidas pelo caráter estrutural da crise - ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor as relações de hegemonia e, desse modo, ao se tornarem classes dirigentes (ao apresentarem e conquistarem consenso para propostas de solução dos problemas do conjunto da nação), criem condições para chegarem à situação de classes dominantes.

As práticas violentas nada mais foram do que ações imediatas da classe dominadora. O que se vivenciou e, ainda se vivencia, dentro do próprio Movimento Social é o processo desenvolvimento pela classe dominante em médio prazo: as concessões e manobras reformistas. Nos acampamentos do MST muitas vezes houve a tentativa de coagir os seus integrantes ou então abafar sua luta através de políticas conservadoras.

Em relação ao que Coutinho, baseando-se em Gramsci, prevê como futuro desta luta por hegemonia não há certezas. Entretanto, é possível perceber com clareza a importância destes enfrentamentos para a consolidação do movimento do MST.

A diversidade de experiências vividas não impediu, entretanto que o Movimento avançasse, pois o objetivo comum era o da conquista de um pedaço de terra. Isso até deu ao Movimento mais força, consistência e subsídio para o questionamento das propostas do governo de desapropriação ou assentamento. As sofridas experiências de vida possibilitaram ao Movimento resistir às adversidades climáticas, aos conflitos internos, as acusações da imprensa e da sociedade civil e a repressão policial-militar. (MARCON, 1997, p. 77)

Embora hoje a fala dos interlocutores demonstre satisfação com a caminhada enquanto integrante do MST, os conflitos eram constantes dentro dos acampamentos. Não havia enfrentamentos apenas com a força policial ou com os latifundiários, mas também conflitos no dia-a-dia entre os próprios integrantes. A seguir, serão reconhecidos esses conflitos internos, suas formas de resolução e o significado destes para o desenvolvimento do Movimento Social.

2.8 DIVERGÊNCIAS INTERNAS: DOS CONFLITOS À CONSCIÊNCIA DE CLASSE

As divergências internas foram constantes nos acampamentos, acontecendo pelos mais diversos motivos: diferenças culturais, dificuldades econômicas, posições políticas. Entretanto, ao mesmo tempo em que os elementos citados geravam conflitos internos, eles também traziam contribuições, à medida que faziam o grupo refletir e posicionar-se.

Na história do Assentamento Conquista na Fronteira torna-se importante diferenciar o momento dos acampamentos, do assentamento. Esclarece-se esta diferença, pois no momento dos acampamentos, que vêm sendo trabalhado neste capítulo, temos como integrantes do grupo pessoas que estão ligadas ao MST. Já ao tratar do assentamento, teremos também a presença de agricultores do município de Dionísio Cerqueira, que não possuem ligação com o movimento social do MST.

Com isso, percebe-se que os conflitos que acontecem após estarem assentados são de natureza diferente dos conflitos tratados neste momento. Este texto, irá se limitar aos conflitos e divergências internas dos acampamentos. Inicialmente, busca-se a concepção de “classe social” em Thompson, para teorizar o que acontecia nos acampamentos:

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (...). A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus) (THOMPSON: 1987, p. 9-10)

Thompson percebe a classe social nas relações humanas e nas relações históricas. Ou seja, uma classe social é composta por homens que mantém relações entre si e que possuem experiências históricas em comum. Não necessariamente essas experiências sejam do presente ou estejam sendo partilhadas, podendo também ser herdadas de uma condição histórica anterior.

No caso dos integrantes dos acampamentos do MST do Oeste de Santa Catarina, as experiências em comum tratavam da dificuldade do trabalho no campo, da concentração da terra e da exclusão social. Formalizam-se como uma fração social da classe trabalhadora do campo a partir do momento em que se dão conta de suas similaridades e definem um objetivo comum: uma terra própria.

Mesmo constituindo uma fração social com muitas experiências comuns, os acampados tinham origens e valores diferentes. Muitas vezes, os preconceitos oriundos da própria família

sobre determinada etnia e seus hábitos, desencadearam desentendimentos entre os acampados. Além disso, o próprio ambiente de tensão, visto que um conflito com a polícia ou os fazendeiros poderia acontecer a qualquer momento, fazia com que as divergências surgissem com maior facilidade.

Embora essa classe estivesse propondo um modelo diferente de sociedade, com maior distribuição de renda e mais igualdade, seus integrantes tinham como origem a sociedade capitalista. Um exemplo claro é: como decidir as famílias que iriam para os assentamentos? Inicialmente, algumas fazendas foram desapropriadas abrigando algumas famílias, mas as terras repassadas pelo INCRA não comportavam todas as famílias acampadas.

Para resolver esta questão, buscou-se definir alguns critérios de prioridade, como: pessoas em idade mais avançada ou famílias com maior número de filhos. Para as famílias mais jovens, o tempo nos acampamentos variou entre 3 e 4 anos. Com isso, podem-se ter mais momentos de formação e discussão, conseguindo alcançar certa “consciência de classe”. De acordo com Thompson (1987, p. 10) “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

A consciência de classe surgira não somente nos estudos e leituras realizados sobre a sociedade, mas também no tratamento das situações cotidianas. Não foi a toa que os acampados que vieram a integrar o Assentamento Conquista na Fronteira optaram por um sistema coletivo: foi uma consequência do processo de conscientização em relação à sociedade que esta classe desejava.

Esta consciência de classe passava a ser mobilizadora nas lutas diárias e para os grandes enfrentamentos, porém novamente destaca-se o papel das lideranças para despertá-lo para esta consciência. Eram os líderes que buscavam apaziguar os conflitos e encontrar soluções viáveis, porém nem mesmo entre eles havia unanimidade sempre. Uma interlocutora dá, inclusive, um exemplo de liderança que deixou o Movimento.

Aí ficamos três anos acampados, até que surgiu a oportunidade de nós vir pra cá. [...]Na época quem coordenava nós era a Irma e o Egídio, hoje falecido. E daí tinha o Pedrão também que acompanhava, hoje ele não é mais do Movimento.⁵⁰

O fato de estar em constante luta e de ser o início de um grande Movimento, fez com que muitas pessoas entrassem no Movimento Social e acabassem desistindo de seu objetivo. Além de todas as situações externas aos acampamentos, o fato de viver em condições precárias

⁵⁰ Celis Maria Pedrosos de Assis, já mencionada.

e com pessoas bastante diferentes entre si dificultava a convivência. Porém, foram estes conflitos que trouxeram à tona as diferenças e semelhanças entre as pessoas e as famílias, fazendo com que houvesse muita franqueza nas relações humanas.

Viu-se nesse capítulo que o espaço dos acampamentos foi de extrema importância para a consolidação da luta pela terra, pois a partir dessa experiência surge a organização própria e a forma de atuação do Movimento. Pode-se perceber que a memória do acampamento é bastante presente, pois foi nos acampamentos que se tomou consciência, de fato, de sua condição social.

Pode-se notar o quanto entidades ligadas a igrejas foram importantes para fortalecer a luta pela terra nos acampamentos e até dar sentido aos constantes embates. A Comissão Pastoral da Terra e a figura de D. José Gomes foram, sem dúvida, pilares para a persistência na busca pela terra e por uma nova forma de produzir e sobreviver. Foi possível reconhecer o quanto a ação dos líderes era interessante, pois buscavam organizar a coletividade e representá-las nas demais instâncias da sociedade.

Depois do acampamento, os integrantes do Movimento partem para o momento de assentar-se. Após a consolidação do acampamento, outros conflitos surgem: como organizar a produção? Quais as funções exercidas por cada integrante? Como dividir os grupos de trabalho? Como tratar as questões religiosas? Quem serão os primeiros beneficiados nas moradias?

Esse processo desenvolvido no assentamento, tão complexo e rico quanto o acampamento, será detalhado e analisado no próximo capítulo, buscando compreender também os aspectos culturais, à luz de Thompson e Gramsci.

3 O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

O Assentamento Conquista na Fronteira foi consolidado no dia 24 de junho de 1988, recebendo o nome de Assentamento Tracutinga. O Estado definiu o nome oficial Tracutinga⁵¹ vinculando a um elemento da natureza, mas os assentados adotam um nome que tenham relação com sua história de luta pela terra. Segundo Moreira (2009, p.80) “o nome Conquista na Fronteira transformou-se num símbolo que significa um território reconstruído com intencionalidades divergentes ao que desejava o grande capital.”

A área, que contava com cerca de 1180 hectares de terras, foi desapropriada para fins da Reforma Agrária. Seu proprietário havia empenhorado as terras e, por não cumprir com o pagamento, as perdeu para o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Sendo assim, o Incra comprou a área do próprio banco e a destinou para a constituição de um assentamento, buscando amenizar os problemas que enfrentava com o MST e cumprir com sua missão que era viabilizar a reforma agrária.

Entretanto, vieram para o Assentamento não apenas os integrantes do Movimento do MST, mas também famílias do município de Dionísio Cerqueira, que não possuíam terras próprias. Das 60 famílias assentadas, 35 pertenciam ao MST e 25 famílias vieram de comunidades do município. Airton Fontana (1999, p.77) explica que “As 25 famílias que não estavam ligadas ao MST, foram fruto de manobras políticas do prefeito⁵² daquele município, pertencente ao partido do governo estadual (PMDB), com objetivos de fazer seu sucessor.”

A relação entre integrantes do MST e famílias do município de Dionísio Cerqueira, dentro do Assentamento Conquista na Fronteira, será um dos aspectos analisados neste capítulo. Também serão analisados diversos aspectos que haviam sido planejados nos acampamentos e as respectivas execuções no Assentamento. Para isso, será feita uma descrição da realocação e da territorialização dos integrantes do Assentamento, buscando compreender os fatos de forma integral: aspectos econômicos, políticos e culturais envolvidos.

Não se limitando à descrição dos fatos, este capítulo quer também encontrar relações entre a prática social vivenciada e conceitos teóricos elaborados por autores que estudam a sociedade. Para isso, recorre-se a Gramsci e Thompson, que trabalham conceitos como: classe social, experiência e revolução passiva. A partir destas ideias, o capítulo busca compreender de

⁵¹ Tracutinga é a denominação dada a uma formiga da região, que anteriormente teria inspirado a definição da Fazenda que existia nesse local.

⁵² O prefeito citado era Valdomiro Furini, eleito pelo PMDB.

forma mais aprofundada a construção do Assentamento Conquista na Fronteira e seu significado hoje para seus integrantes e para a sociedade em geral.

3.1 DE SEM PARA COM TERRA

O processo de construção do Assentamento, de sua organização interna e suas características que o definem na atualidade, foi desencadeado aos poucos. Inicialmente, ao ser realizada a destinação da terra para a Reforma Agrária, foram enviadas famílias para fazer o que o grupo chama de “a segurança do local”, ou seja, garantir a posse através de ocupação do espaço.

Foi no mês de Maio que o INCRA comprou essa terra que tava empenhada no BANERJ, no Rio de Janeiro e nós viemos pra cá. Aí o Incra trouxe nós pra cá com uma Kombi e uma caminhoneta, 17 famílias pra garantir a área. E depois, em Setembro do mesmo ano, aí veio o restante.⁵³

As pessoas que passaram a integrar, no mês de Setembro de 1988, o Assentamento Conquista na Fronteira tinham duas origens distintas. Um grupo de pessoas vinha do MST e de seus acampamentos, já outro grupo de famílias tinham como origem as comunidades de Dionísio Cerqueira. O interlocutor, a seguir, explica porque houve dois grupos:

Quando o pessoal do Movimento Sem Terra começou a chegar aqui houve uma intervenção das autoridades municipais, pois eles não queriam que aqui fossem assentadas famílias de fora. Eles queriam que aqui fossem assentadas as famílias sem terra do município. Mas aí foi uma situação bem difícil. Mas depois de muita conversa, de muita negociação, se chegou num acordo: a área aqui comporta 60 famílias, então viria 25 famílias do município e 35 família do Movimento sem terra.⁵⁴

De acordo com os relatos, as autoridades municipais viram na criação do Assentamento uma forma de também promoverem-se. Com isso, queriam que as famílias assentadas fossem oriundas do próprio município, independente de existir ou não um vínculo com o MST. Entretanto, o Movimento Social não abriu mão das terras e iniciou-se um processo de negociação.

A situação, relatada pelo interlocutor como “bem difícil” foi um jogo de interesses políticos e sociais. A decisão tomada de que parte da área seria ocupada pelos agricultores do município e parte seria destinada aos Sem-terra foi uma forma de não prolongar o atrito de

⁵³ Neudi Guindani, já mencionado.

⁵⁴ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

interesses. A seleção das famílias do município que fariam parte do Assentamento acontece através de votações nas comunidades rurais.

A forma que eles fizeram pra selecionar as famílias do município que vinham pra cá foi que mandaram cada comunidade do interior escolher duas famílias pra vir pra cá, a primeira e a segunda. Se a primeira não desse, tinha a segunda.⁵⁵

Como o município de Dionísio Cerqueira possuía 25 comunidades rurais, cada uma delas poderia indicar uma família e, de certa forma, todas seriam beneficiadas. Cientes de que a família poderia não adequar-se à organização interna do Assentamento, as comunidades já escolhiam uma segunda família para tentar assumir a vaga. Sobre esse processo de escolha, um dos interlocutores que veio das famílias do município, relata:

Então teve comunidades assim que escolheram o melhor, por exemplo: em tal comunidade tinha um cara trabalhador, caprichoso e então a comunidade entendeu “vamos dar a vez pra esse, esse merece”. Como teve comunidades que escolheram quem tava incomodando lá na comunidade pra sair, se livrar. Tinha alguém lá na comunidade, um sem terra, que perturbava então, pra se livrar, “teu lugar é lá no assentamento”. E essas famílias não ficaram muito tempo aqui.⁵⁶

Segundo o interlocutor, as famílias que já não possuíam bons relacionamentos na sua comunidade de origem e que haviam sido escolhidas para ir para o Assentamento apenas para que deixassem a comunidade, não permaneceram no Assentamento por muito tempo. Entretanto, há algumas famílias do município que permaneceram por longos períodos no Assentamento.

Já do grupo do MST, as famílias que vieram para o Assentamento Conquista na Fronteira haviam passado por diversos acampamentos. Essas famílias já estavam no Movimento Social há mais de 3 anos e, por receber notícias dos integrantes do MST que já haviam sido assentados, conseguiam planejar com clareza o que queriam após conseguir a terra. Foi nesse sentido que, ainda no acampamento, perceberam que uma alternativa para sobreviver nos assentamentos seria o trabalho coletivo.

Na época nós não planejava num grupo grande, nós tínhamos 10 ou 12 famílias da comunidade que planejava um semi-coletivo: comprar maquinário, implemento. E depois quando saiu essa área aqui, até nós viemos nas primeiras famílias que vieram fazer segurança, e daí chegando aqui, vendo a realidade, a situação da terra aí nós começamos com a Irma ali a escrever carta pro restante do pessoal que ficou lá. E daí lá eles selecionaram as famílias que queriam trabalhar coletivo pra vir pra cá, que a ideia era largar já de saída coletivo. Por que na época foi dois grupos: um do município e um do Movimento.⁵⁷

⁵⁵ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Celis Maria Pedrosos de Assis, já mencionada.

No relato da interlocutora percebe-se que o fato de querer trabalhar de forma coletiva e não individual, foi um dos critérios para selecionar as famílias que fariam parte do Assentamento Conquista na Fronteira. A interlocutora relata que a intenção do grupo era já iniciar os trabalhos na nova área de forma coletiva, entretanto formaram-se dois grupos. Isso aconteceu devido à divisão entre assentados do Movimento Social e assentados do município de Dionísio Cerqueira. Apesar do acordo oficial na divisão das terras, os dois grupos permaneceram separados no trabalho.

Outro destaque é o fato de que, observando a área destinada a eles, optou-se pelo trabalho coletivo. Muitos interlocutores falam que se a área fosse dividida por lotes, poderia acontecer uma divisão injusta das terras: “E aí quando o pessoal veio pra essa área eles viram o potencial da terra e viram que era pra ser explorado coletivo, senão uma parte dos companheiros não ia ser bem beneficiada. Uns iam pegar mais terras de planta, outros de açude, erva-mate.”⁵⁸

Tendo formado as 60 famílias do Assentamento e a forma de organização do trabalho, o grupo opta pela permanência de dois grupos coletivos. Talvez o fato de manter dois grupos distintos no primeiro momento tenha sido importante para que não existissem tantos conflitos.

De começo nós tínhamos dois lados: o pessoal que trabalhava num pedaço de terra e o pessoal que trabalhava no outro. E daí foi conversando até que chegamos à conclusão de um estatuto e formar uma cooperativa. Mas foi boa a relação, não teve muitos problemas.⁵⁹

A justificativa para a permanência de dois grupos é dada por um interlocutor:

Eu sempre lembro do dia que se tomou a decisão que a gente ia começar com dois grupos, porque eram duas realidades totalmente diferentes (as famílias dos sem terra já tinham uma caminhada de 3 anos e um mês e o pessoal do município nem se conheciam entre eles e nem tinham a mínima noção do que era trabalhar no coletivo). Então, por esse motivo se começou com dois grupos. Mas no dia que se tomou a definição que nós ia começar com dois grupos, também se tomou a definição que um dia nós ia juntar eles. Mas o entendimento era de que, pra começar, era melhor em dois grupos, em função das duas realidades.⁶⁰

No entendimento dos grupos, o que os diferenciava era o período em acampamentos, tratado pelo interlocutor como “uma caminhada de 3 anos e um mês”. O interlocutor fala que os agricultores oriundos do município nem se conheciam e não tinham noção do que era

⁵⁸ Altidor Matt, já mencionado.

⁵⁹ Celso Rabaioli, já mencionado.

⁶⁰ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

trabalhar coletivo, mostrando mais uma vez a caminhada de estudos e debates vivenciados pelos integrantes do MST no período dos acampamentos.

Chegadas às famílias no Assentamento, cada grupo passou a organizar-se e definir um planejamento próprio. Os grupos mantinham relações entre si e, aqueles que tivessem mais experiência no trabalho coletivo, ajudavam os demais. Segundo o interlocutor: “o pessoal que era do Movimento Sem Terra liberou uma pessoa direto ajudando o pessoal que era do município a se organizar. Nós falava uma, mas tinha dias que era duas, que era três, então conforme a necessidade o pessoal ajudava.”⁶¹

Esta presença de um grupo no outro pode confirmar o que dizia o interlocutor anteriormente, quando afirmava que a intenção era formar um único grupo de trabalho coletivo. Esses grupos já se fortaleciam e definiam metas a serem atingidas, como mostra o relato: “A gente ia briga por recurso, brigar por casa, brigar pela energia elétrica, saúde, escola e tudo o que precisava. E recurso pra continuar a reforma agrária. Nós brigava com o pessoal do município aqui pelo coletivo: trabalhar coletivo e formar uma cooperativa.”⁶²

A partir de 1990, iniciaram as primeiras unificações entre os dois grupos. O relato a seguir fala deste processo:

No ano 90, nós já passamos a entender que quanto mais os grupos ficavam separados, mas difícil ia ser de juntar isso. Aí também se fez estudos, se fez reuniões e tal e chegamos a conclusão que nós tínhamos que unificar os grupos aos poucos, tudo de uma vez podia ser perigoso.⁶³

Os primeiros passos dados para a integração total dos dois grupos começaram em 1990, com a unificação do setor de apicultura. Passaram a comprar maquinário e insumos em conjunto, além de unificar outros setores de produção, como o gado leiteiro. A integração total aconteceu no ano de 1994, com a unificação de todos os setores e a criação de uma cooperativa (Cooperunião), que seria sua representação jurídica.

As conquistas e tensões que permearam todo o processo de organização do Assentamento são relatadas no texto a seguir, dando uma noção geral de como o Assentamento Conquista na Fronteira conseguiu concretizar desejos ainda pensados no acampamento e demonstrando que nem tudo aconteceu conforme o planejado.

A passagem de Sem Terra para proprietários de terra trouxe melhorias na qualidade de vida dos integrantes do assentamento, mas também trouxe muitos desafios e dificuldades: a

⁶¹ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁶² Celso Rabaioli, já mencionado.

⁶³ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

terra era apenas o ponto de partida para a organização da vida em comunidade e do trabalho coletivo.

3.2 ENTRE CONQUISTAS E TENSÕES

O Assentamento era o grande objetivo dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois ele significava uma redistribuição da terra e o suprimento da necessidade pessoal de uma área para retirar o seu sustento. Alcançar a terra própria também significou iniciar uma nova etapa na vida das famílias participantes, mas esta nova etapa não se desenvolveu sem conflitos ou tensões.

O processo de organização desenvolvido durante os quase 25 anos de existência do Assentamento Conquista na Fronteira precisa ser analisado levando em conta diversos fatores, como: de que forma se supriu as necessidades básicas? Houve mudança em relação aos integrantes do Assentamento e de que forma isso interferiu no mesmo? O trabalho coletivo enfrentou problemas? Como se organizou uma produção que fosse coletiva e que desse sustento a 60 famílias? Como foram tratadas as questões de religião, saúde e educação?

Muitas tensões surgiram no decorrer desse processo. A tomada de decisões de forma coletiva instiga a discussão, mas muitas vezes a discordância de ideias pode levar a conflitos internos. Segundo Moreira (2009, p.101), pesquisador do Assentamento Conquista na Fronteira:

Os problemas e pequenos conflitos surgidos no cotidiano, imediatamente recebem atenção especial, pois entendem que as pequenas intrigas podem se transformar em mágoas, em ressentimento, caso as dúvidas e os desentendimentos não sejam esclarecidos assim que surgirem.

Para a resolução dos conflitos existe dentro da própria organização do Assentamento um órgão chamado “Conselho Social e Político”, a seguir o interlocutor explica a sua atuação:

Nós tivemos problemas internamente de brigas entre companheiros, do cara discutir, discordar. Mas tem sempre o lado bom que é a cooperativa. Então o Conselho Social e Político chama a gente e faz uma discussão [...] Chama as partes e discute com um e com o outro primeiro e depois faz uma reunião junto. O objetivo maior é a cooperativa, então não é a minha razão maior ou a do outro companheiro. A razão maior é a cooperativa. Há problema? Há. Hoje a gente ainda enfrenta problemas.⁶⁴

Apesar de existirem muitas conquistas, é necessário compreender que muitas delas só se efetivaram depois de momentos de tensões. Pensando nas questões econômicas, políticas e

⁶⁴ Agassi Ansolin, integrante do Assentamento Conquista na Fronteira desde a sua fundação, proveniente de diversos acampamentos, participando da luta pela terra desde 1985.

culturais esse momento do texto quis encontrar nos relatos dos interlocutores a descrição de todo o processo. Dessa forma, as falas dos interlocutores foram expostas para que se pudesse ter uma noção clara de como o Assentamento foi pensado pelos seus próprios integrantes e de como o mesmo se encontra na atualidade. Para isso subdividiu-se o texto, buscando facilitar a compreensão de todos os aspectos mencionados. Em um momento seguinte, os relatos foram teorizados à luz de alguns autores, buscando compreender de forma mais profunda o processo pelo qual passou o Assentamento Conquista na Fronteira.

3.2.1 As primeiras conquistas: terra, comida e casa

Com a criação do Assentamento Conquista na Fronteira os seus integrantes tiveram a primeira conquista, que foi a terra. Para o grupo de famílias que havia vindo do Movimento Sem Terra, esta conquista era fruto das lutas e ocupações realizadas durante os mais de 3 anos na região Oeste de Santa Catarina. A propriedade da terra significava o alcance de um grande objetivo perseguido por eles, através de privações e sofrimentos.

Embora as privações e sofrimentos fossem diferentes, para o grupo de famílias assentadas oriundas do município a conquista da terra também tinha um sentido parecido. Essas famílias não haviam passado pelos acampamentos ou pelos enfrentamentos diretos, entretanto, também sofreram processos de exclusão social pelo fato de não possuírem autonomia em uma terra.

O inegável é que, para os dois grupos de famílias, a conquista da terra significou o início de um processo novo. Essa primeira conquista representava a possibilidade de se construir algo diferente, um rumo novo para sua própria história. A terra, porém, não veio acompanhada de instrumentos ou meios de fazê-la produtiva. Essa é outra forma de justificar a escolha pelo trabalho coletivo, como se percebe na fala do interlocutor:

A gente, quando veio então pra área aqui, pela necessidade que se tinha e a dificuldade também que nós enfrentava, como você vir de um acampamento, de arrendatário essas coisas assim, sem ter as condições pra tu tocar, nós pensamos que, assim, essa área permitia nós trabalhar melhor ela coletivamente⁶⁵

Tendo a terra era necessário torná-la produtiva rapidamente para garantir a produção de subsistência, ou seja, ter alimentos para os integrantes do assentamento. Como expõe o interlocutor, o planejamento era de que “A curto prazo nós ia produzir pra subsistência, a ideia

⁶⁵ Valdivino de Vargas, integrante do assentamento oriundo dos acampamentos do MST, em entrevista concedida no ano de 2010 e registrada no documentário “Conquista na Fronteira”.

era matar a fome porque a gente passou muita fome, muita necessidade. Então a ideia era produzir comida em abundância.”⁶⁶

As primeiras produções levaram à segunda conquista: a comida. Esse momento é relatado como ainda bastante difícil, mas de grande felicidade:

Bom aí chegamos aqui, chegamos na terra prometida, que era pura grama, terra que precisava muito calcário aqui pra produzir, muita correção de solo. Aí chegamos aqui e, feliz, começamos a fazer algumas rocinhas. Plantar um pouco de amendoim, um pouco de batata doce, um pouco de mandioca, o que mais era de costume.⁶⁷

As primeiras roças eram todas voltadas para o consumo interno. Porém, nos primeiros meses e até mesmo nos primeiros anos do Assentamento, até mesmo a produção de subsistência encontrou dificuldade: “No início até algumas pessoas trabalhavam de diarista fora pra comprar alimentação, os outros trabalhavam em casa. Mas foram, assim, muitos difíceis os primeiros 4 anos.”⁶⁸

Para garantir a sobrevivência das pessoas, os integrantes do Assentamento sentiram a necessidade de exercer funções fora do mesmo. Algumas mulheres trabalhavam em casas na cidade e alguns homens trabalhavam em empreitadas nas lavouras de outras pessoas. Embora essa fosse a situação inicial desses trabalhadores, que tanto queriam mudar, aceitaram isso como uma condição momentânea que garantiria a manutenção de um novo processo, que traria novas oportunidades.

No Assentamento Conquista na Fronteira, com terra e alimentação garantidas, o desafio era abrigar as pessoas. Inicialmente foram construídas, pelos integrantes do Assentamento, casas provisórias muito parecidas com os acampamentos. No decorrer do tempo foram construídas as casas definitivas, todas através de mutirões.

As casas, desde o começo do Assentamento Conquista na Fronteira, foram a parte individualizada por família. Todos produzem coletivamente, mas a residência é o lugar das individualidades. Porém, preocupados em garantir certa igualdade, os integrantes do Assentamento fizeram as casas em conjunto e todas seguiram o mesmo padrão: mesmo tamanho e materiais.

A distribuição das casas na área do Assentamento foi decidida coletivamente, entretanto cada família buscava reconhecer um espaço em que gostaria de morar e em reuniões os integrantes acordavam os lugares. Buscou-se manter as casas mais próximas para facilitar o

⁶⁶ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁶⁷ Neudi Guindani, já mencionado.

⁶⁸ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

trabalho diário, pois, como a produção se dá em conjunto, todos teriam que passar por espaços comuns.

Essa proximidade das casas também facilitou o contato direto e cotidiano entre os integrantes do Assentamento, o que deu ainda mais força aos momentos de reunião e decisões coletivas. As três primeiras conquistas, terra, comida e casa, não estão separadas de outra conquista: a credibilidade perante a comunidade. Garantindo sua terra, fazendo dela produtiva e organizando boas condições de moradia os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira começaram a ser respeitados pela comunidade exterior; “E as coisas devagarzinho foram se conquistando, onde hoje tem uma grande expectativa, o povo repeita muito a Cooperunião e nós fomos conquistando através dos nossos métodos.”⁶⁹

A Cooperunião, citada pelo interlocutor, é a cooperativa existente no Assentamento nos tempos atuais e sobre a qual se falará mais adiante. O que se destaca na fala do interlocutor é o destaque dado ao fato de que as conquistas só vêm através de métodos próprios. Ou seja, a forma como se pensou e executou os processos que desencadeariam conquistas foram muito próprios destas pessoas que compunham o Assentamento.

3.2.2 Idas e vindas de famílias

As famílias que compunham o Assentamento Conquista na Fronteira mantiveram-se no número de 60. Porém, trocas aconteceram. Essas mudanças na composição de seus integrantes aconteceram tanto nas famílias oriundas do Movimento Social, quanto nas famílias oriundas do município de Dionísio Cerqueira.

Saiu tanto do pessoal do município, como também saiu do pessoal que era de 85. Por causa de lotes em outros assentamentos, quanto tinha parentes lá na outra região. E quanto vaga um tem que vir outro pro lugar. Aí qual era a política é de que, no mínimo, tinha que ser assentado ou filho de assentado. No caso, que tivesse alguma informação do que é o assentamento, o que é uma cooperativa. Ver como é que funciona, o regimento interno também a gente dá pra olhar, ver as normas que tem ali dentro, a organização. Por que não é só trabalhar e trabalhar, de repente um trabalha mais e outro menos, aí vão brigar. Tem que ter alguma coisa que garante até onde tem direito e até onde vão os deveres também.⁷⁰

As trocas entre os integrantes do MST aconteciam no caso de mudança de um assentamento para outro. Segundo relatos, algumas famílias mudaram-se para assentamentos na região da cidade de Lebon Régis, mais ao centro do estado catarinense. Isso, devido à existência de parentes envolvidos na luta pela terra que teriam ganhado terras nesse local.

⁶⁹ Sérgio Chiquilera, integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, em fala registrada no documentário “Conquista na Fronteira”.

⁷⁰ Altidor Matt, já mencionado.

Talvez essa também fosse uma forma de voltar ao trabalho individualizado, visto que nestes outros assentamentos o trabalho não era coletivo.

Um dos interlocutores comenta que há grande dificuldade ao entrar em um grupo coletivizado e que nem todas as pessoas conseguem adequar-se a esse modelo:

Primeiro é essa mudança de comportamento que você precisa ter de pensar assim: agora não sou mais eu, somos nós. E você ter a responsabilidade de pensar por um conjunto de companheiros, isso não é uma coisa muito fácil. [...] E também o ser humano é assim mesmo, não é uma coisa que está ali fixa, parada. As pessoas se movimentam. [...] Mas isso não preocupa, por que tendo essa compreensão, quando nós definimos o trabalho coletivo a gente já estipulou lá com muita clareza os direitos de quem entra e de quem sai, por ter essa compreensão de que as pessoas são assim mesmo.⁷¹

Percebe-se na fala do interlocutor que o grupo já tinha clareza de que haveria mudanças nas famílias que o compunham e por isso preocuparam-se em expressar com clareza as regras para a entrada e saída de pessoas do Assentamento. Nesse sentido, ao entrar no Assentamento as pessoas tomam conhecimento do Estatuto por eles criado, onde está descrito, por exemplo, que apesar das terras estarem em seus nomes não é permitido a sua venda, pois as mesmas pertencem, de fato, à coletividade.

Para ocupar a vaga aberta no Assentamento Conquista na Fronteira, alguns critérios eram definidos. O interlocutor relata a preocupação do grupo para que a família que viesse fazer parte do Assentamento tivesse origem no Movimento Social ou, minimamente, compreendesse a organização da vida e da produção no interior do assentamento. Além de estar disposta a trabalhar de forma coletiva, o interlocutor fala da necessidade de saber conviver com as diferenças, quando diz “Ver como é que funciona, o regimento interno também a gente dá pra olhar, ver as normas que tem ali dentro, a organização. Por que não é só trabalhar e trabalhar, de repente um trabalha mais e outro menos, aí vão brigar. Tem que ter alguma coisa que garante até onde tem direito e até onde vão os deveres também.”

Fica claro nos relatos que, o fato de fazer parte do MST não garantia a adequação ou então a permanência no Assentamento Conquista na Fronteira. Devido a isso, a interlocutora relata que nas mudanças que acontecem atualmente, é dada grande importância ao fato de querer trabalhar coletivamente:

Só que no começo a gente pegava mais gente do assentamento. Aí vinha o pessoal e ficava menos tempo: vinha e as vezes ficava 2 ou 3 meses e voltava. Por que o pessoal vinha e eles enxergavam as coisas, mas não sei, não queriam trabalhar. Entravam no

⁷¹ Paulo Acélio César, pertencente ao grupo dos pioneiros na terra, sendo inclusive a primeira pessoa a vir fazer o reconhecimento da área que viria a ser o Assentamento. Hoje, é vereador pelo município de Dionísio Cerqueira e continua residindo no Assentamento Conquista na Fronteira.

coletivo, mas não tinham experiência. Aí eles ficavam aqui um tempo e iam embora. E mais agora, a gente começou a pegar assim: quem quer vir morar pra cá e gostaria de trabalhar no coletivo.⁷²

Na atualidade as mudanças entre famílias do Assentamento são mais raras do que no início. Entretanto, elas ainda podem acontecer. Da mesma forma que as famílias do MST foram mudando, as famílias oriundas do município também alternaram bastante. Em números reais, saíram mais famílias do município do que do MST, fato que tenta ser explicado por um interlocutor da seguinte forma:

Nós, das 35 famílias, éramos gente jovem. Eu tinha 45 anos e era um dos mais velho. Eram tudo gente jovem e uma gente instruída: com três anos e meio de acampamento, discussão bem dizer quase todo dia, o objetivo que nós queria nós tava bem por dentro. E do município foi juntado um daqui, outro de lá e tudo gente de mais idade já. [...] e pra tu fazer a cabeça de uma pessoa mais de idade é mais difícil.⁷³

Ou seja, o interlocutor acredita que as famílias oriundas do município tiveram mais desistências do Assentamento por estarem menos preparadas para as mudanças que a vida e o trabalho coletivo trariam. Seja por falta de discussões e estudos em torno da temática da produção coletiva, ou seja, pelo longo período de produção individual, os assentados oriundos do município encontraram mais dificuldades em adequar-se.

Na atualidade, existem no Assentamento famílias dos dois grupos inicialmente formadas conforme mostra a tabela:

Tabela 3: Família pioneiras que ainda estão no Assentamento

Nº	Município	Nº	Acampamento
1	João R	1	Rudimar
2	Valdivino	2	Iradi
3	Ido	3	Alcides
4	Pedro B	4	Altidor
5	Aleri	5	Danilo
6	Gilson	6	Domingos
7	Markus	7	Pedrinho M
8	Marco N	8	Celso
		9	Irma
		10	Luiz
		11	Neudi
		12	Agassi
		13	Paulo
		14	Selvino

⁷² Fátima Matt. Já mencionada.

⁷³ Firmino Novello, já mencionado.

TOTAL	22
%	36,67
Atualizado em 28/10/13	

Fonte: Arquivo Cooperunião, 2013.

Analisando a tabela percebe-se que das 25 famílias pioneiras oriundas do município, 8 ainda residem no Assentamento. Já das 35 famílias pioneiras do MST, 14 ainda estão residindo no local. Em termos gerais, das famílias que residem no Assentamento hoje, 36,67% faziam parte dos pioneiros do local. Os motivos para as desistências poderiam ser os já citados, mas também existiram casos de famílias que foram retiradas do Assentamento Conquista na Fronteira.

Os casos em que a família fosse mandada embora era por não conseguir seguir as regras definidas coletivamente. Um caso específico foi relatado, contando de um capataz, da antiga fazenda que ocupava a área, que permaneceu morando nas terras como assentado pelo município. Este teria dificuldade em seguir as regras e normas definidas pelo grupo:

Tava morando um tava os do município e os do município não tinha noção assim do que vinha acontecer. Nunca notaram que pra nós podia ser uma coisa ruim. E aí nós começamos a alertar eles “olha isso aí não vai dar bem, nós podemos ser muito prejudicados por isso aí”[...] Aí peguemos o capataz, coloquemos as coisas pra ele “olha é daqui até ali, senão nós vamos te jogar pra fora daqui de dentro” e ele “não, se for preciso eu boto os búfalo em cima de vocês”. Aí nós dissemos, até hoje não tinha precisado fazer confronto com polícia, mas se fosse preciso fazer nós fazia. E aí, ele entrou em negociação com o Incra querendo quatro colônia de terra pra ele e, não tem lógica que era 20 hectare cada um, aí o Incra disse que não tinha lógica. [...] Aí entramo de novo em negociação com ele e falamo “não, se tu quiser os 20 hectares tudo bem, só que tu tem que te comportar como gente aqui dentro.” E daí, com aquela pressão forte que nós fizemos contra ele, ele desistiu, foi embora. Por que pra nós mostrar a verdade pro povo lá fora não foi fácil.⁷⁴

Legalmente o grupo de famílias não tinha forças para expulsar alguém ou alguma família do Assentamento, porém a pressão exercida poderia resultar numa desistência. Essa pressão é justificada no final da fala do interlocutor alegando que ganhar credibilidade com quem não era do Assentamento foi um processo muito difícil e caso alguém não seguisse as normas poderia colocar esta credibilidade a perder.

Para ocupar as vagas abertas por desistência de família do município, outra família das comunidades interioranas era chamada. Conforme relatado anteriormente, no momento de

⁷⁴ Firmino Novello Goeorim, já mencionado.

definir quem iria morar no Assentamento Conquista na Fronteira já se escolhiam duas famílias, pensando na possibilidade de desistência.

Tinha família que chegava aqui, ficava uma semana e ia embora porque não tinha noção do coletivo. E daí com o tempo o pessoal foi acostumando, só que trocou muita gente. No início quando saía alguém vinha outra família do município, porque a comissão agrária do município não abria mão. E daí com o tempo, as discussões e como não ficavam essas famílias aqui, eles foram cedendo pro pessoal do acampamento, era pessoal do Movimento que achava as famílias pra vir preencher as vagas.⁷⁵

Devido ao grande número de desistência, até mesmo a Comissão Agrária do município de Dionísio Cerqueira achou por bem encaminhar as vagas que se abriam para os integrantes do MST, pois estes se adequavam melhor a esta forma de produção e organização social. Nas falas dos interlocutores fica clara a importância da conscientização em relação aos objetivos comuns e à construção de uma proposta de vida alternativa no Assentamento: “Teve alguma família que não foi muito tranquila. Não se adaptaram ao coletivo, que não passaram por um processo de acampamento que nem eu passei e outros companheiros passaram. Vieram “cru” do município.
„76

O que o interlocutor trata como “vieram cru” parece fazer referência a falta de preparo anterior ao Assentamento por parte das famílias oriundas do município. O “processo de acampamento” destacado pelo interlocutor parece fazer a diferença quanto à definição de permanecer ou não no Assentamento. Quem passou pelos acampamentos, teve preparação teórica e não está no Assentamento apenas pela terra, mas também pela opção por uma construção diferente de vida em sociedade e produção coletiva.

O que foi definido como “processo de acampamento” também é chamado por outra interlocutora de “conscientização no acampamento”:

Pra gente que teve uma conscientização no acampamento e tudo, pra nós eu acho que não tem outro lugar melhor pra morar. Porque como nós que já tamo indo pra uma idade pra se aposentar, não tem lugar melhor pra viver. E eu creio que isso continue por muito tempo, que tem que dar certo isso.⁷⁷

Percebe-se que, mesmo com tantas idas e vindas, as famílias que permaneceram no Assentamento Conquista na Fronteira fizeram isso devido a esta conscientização anterior, mas também por uma esperança muito grande de que neste espaço se constrói um jeito diferente de ver e encarar o mundo.

⁷⁵ Celis Maria Pedrosos de Assis, já mencionada.

⁷⁶ Celso Rabaioli, já mencionado.

⁷⁷ Celis Maria Pedrosos de Assis, já mencionada.

3.2.3 Trabalho coletivo: desafios e vitórias

O trabalho coletivo, como já foi exposto anteriormente, foi definido ainda durante os acampamentos. Porém, no momento do Assentamento é que ele foi vivenciado de fato, dando espaço para o aparecimento dos desafios e discordâncias, seja em relação às ideias particulares ou a forma de organização.

Para a organização inicial, ainda no primeiro ano do Assentamento foi elaborado um grande planejamento coletivo. Nele, estavam descritos três grandes passos ou objetivos que seriam perseguidos: num primeiro momento se produziria para a subsistência, após isso se produziria para a comercialização e o último passo seria a industrialização dentro do próprio Assentamento.

Esse planejamento foi organizado de forma coletiva e é seguido por todos: “Hoje nós temos de 25 a 30 tipos de alimentação que a gente produz na terra e é fruto daquele planejamento que a gente fez durante a época de 88, 89.”⁷⁸ Esse planejamento inicial, citado tantas vezes como de grande importância pelos interlocutores é exposto pela interlocutora com a finalidade de melhorar a qualidade de vida:

Esses passos foram dados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias. Melhorar as casas, a questão da saúde, da educação, do esporte, lazer. Que as famílias tivessem melhores condições de vida. Então tudo que é feito nesses três passos hoje, é pensado na qualidade de vida das pessoas que moram aqui.⁷⁹

A intenção do planejamento coletivo vai ao encontro das intenções do Assentamento coletivo, que são melhorar a qualidade de vida das pessoas e proporcionar vida digna a partir da conquista da terra: “Pra nós chegar aonde nós tamo hoje. Tem algumas coisas que são sonhos, que a gente nem pensava ter e teve coisa que a gente planejou de ter, o que era: ter o gado de leite, ter o porco, a junta de boi, ter a casa, ter a água esse tipo de coisa nós planejamos.”⁸⁰

Inicialmente, o planejamento havia sido em conjunto, mas existia a separação entre o grupo de famílias oriundas do município e o grupo de famílias oriundas do MST: “Dois grupos coletivos no início com a intenção de no futuro unificar num só, que isso aconteceu em julho de 1994. Mas claro que, desde 1988/1989 já tinha alguns setores em coletivo. O que aconteceu em 1994 só foi a consolidação total do que restava.”⁸¹

⁷⁸ Neudi Guindani, já mencionado.

⁷⁹ Tatiane Ansolin, integrante do Assentamento Conquista na Fronteira e filha de assentados, em entrevista concedida no ano de 2010 e registrada no documentário “Conquista na Fronteira”.

⁸⁰ Neudi Guindani, já mencionado.

⁸¹ Valdir Martins, presidente da cooperativa Cooperunião, assentado no Assentamento Conquista na Fronteira e filho de assentados, em entrevista concedida no ano de 2010 e registrada no documentário “Conquista na Fronteira”.

No ano de 1990 foi criada a Cooperunião – Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste LTDA. É interessante perceber que a cooperativa aparece como uma consequência de um processo maior, também influenciada pela política de cooperativas nos assentamentos do MST. Essa política foi desenvolvida pelo movimento social do MST, buscando incentivar a organização de cooperativas dentro dos assentamentos rurais, por estas serem vistas como uma forma de sobreviver com menos dificuldades e ter mais acesso à recursos governamentais. Isso porque, embora as práticas de reforma agrária possibilitassem o acesso à terra, não davam as condições suficientes para que os trabalhadores rurais pudessem iniciar um processo produtivo na terra recebida.

Isso é uma questão assim de necessidade. No começo aqui existia essa necessidade de ter alguma coisa pra comercializar, alguma coisa legal. E mesmo porque era tão difícil assim, um ano vender a produção no nome de um, no nome do outro e tal. Os financiamentos também então era uma dificuldade. Então se entendia que era necessário uma cooperativa. E daí não era só nós que tinha essa necessidade, como os demais assentamentos. E daí então, surge a nível nacional as cooperativas de produção agropecuária nos assentamentos. E a nossa aqui foi fundada em 90, no ano 90.⁸²

A forma de organização coletiva do trabalho foi mantida na cooperativa, porém não sem dificuldades. Um integrante da Cooperunião, conta que “Muitos não tinham muita noção do que era trabalhar coletivo, outros tinham, então fomos se ajudando.”⁸³

A Cooperunião é uma representação jurídica das 60 famílias. E é através da Cooperunião que passam todos os investimentos que são destinados aos setores e não só os investimentos, como também o retorno dos setores. Então é através da cooperativa que é feita toda a parte administrativa, tanto das despesas quanto das receitas. E as receitas que se tem, ela é dividida conforme as horas trabalhadas de cada associado, que é feita mensalmente ou a cada seis meses.⁸⁴

Para melhor organização da cooperativa foi criado seu estatuto, baseando-se no estatuto do MST. Este partia dos mesmos pressupostos do regimento interno do assentamento, que entre outras coisas trazia as seguintes diretrizes:

É estipulado que a área pertence à cooperativa como Concessão de Uso, entendendo que a terra é para trabalhar e não para comercializar. Jamais para especulação imobiliária. Nenhuma das famílias tem um título de terra, apenas é individual o lote de 1.000m², onde existe a sua casa, mas mesmo assim não possuem a escritura do lote. (FONTANA, 1999, P.77)

O regimento da Cooperativa passou a ser revisto a cada ano, para que se pudessem melhorar questões que não estivessem funcionando bem. Assim como as demais questões do

⁸² Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁸³ Neudi Guindani, já mencionado.

⁸⁴ Valdir Martins, já mencionado.

Assentamento, as regras e cláusulas do regimento interno são debatidas coletivamente e pensadas por todos as pessoas que compõem a cooperativa.

Atualmente, a cooperativa divide-se em setores de produção, comissões de atuação social e política e núcleos de estudo. Todo cooperado está envolvido nestes três setores, de acordo com suas opções pessoais, para facilitar a adaptação de todos. Para melhor compreender, em seguida está uma imagem do quadro organizacional da cooperativa:

Foto do quadro organizacional do Assentamento Conquista na Fronteira



Figura 16 – Arquivo pessoal, 2010.

Como órgão máximo da cooperativa está a Assembleia, que deve contar com todos os cooperados, tendo na maioria em votação sua democracia. As decisões determinadas em assembleia devem ser cumpridas por todos. Logo após a Assembleia está a direção coletiva, que são as pessoas que coordenam o funcionamento da Cooperunião.

Dentro da cooperativa há uma produção bastante variada. Os setores da produção organizam-se em equipes de trabalho, sendo elas: subsistência e reflorestamento, bovinocultura, avicultura, administração social e grãos. Com esta produção variada, a alimentação dos cooperados é garantida na partilha da produção.

Além da organização para o trabalho, há uma organização social. As comissões são encarregadas de exercerem tarefas relativas a: educação, saúde, esporte e lazer, animação e grupo de jovens. Todo integrante da cooperativa faz parte de uma destas comissões, para contribuir também na vida social dentro do assentamento. Com funções bastante específicas, estas comissões apresentam diferentes tarefas: auxiliar no acesso à saúde pública, organizar momentos de recreação, oportunizar momentos de formação, integrar a comunidade...

Participando de um grupo de trabalho e de uma das comissões, o cooperado também deve fazer parte de um núcleo de estudo. Esses estão organizados conforme a proximidade das residências. A função dos núcleos é promover os debates sobre os assuntos que serão debatidos em assembleia, para que todos possam melhor compreender o andamento da cooperativa. Além disso, os núcleos são uma forma de garantir a participação efetiva de todos os cooperados.

Até os 12 anos de idade, as crianças devem estudar e brincar. Porém, a partir dessa faixa etária, passam a integrar-se na produção. Airton Fontana (1999, p.80), explica que “até essa idade dedicam-se ao estudo e a brincar, porém ao completar os 12 anos podem e são incentivados a continuar os estudos. Sua remuneração varia conforme sua capacidade, ficando entre 60% a 80% em relação a um adulto.”

Os homens costumam trabalhar 8 horas diárias, enquanto às mulheres trabalham 4 horas por dia. Isso porque nas demais horas precisam dedicar-se aos trabalhos do lar. A remuneração se dá a partir das horas trabalhadas, sendo que o controle das mesmas é feito pelo coordenador da equipe de trabalho.

Ao final do mês, a produção é dividida entre os cooperados também segundo as horas trabalhadas. Dessa forma, a alimentação é garantida aos cooperados pela própria produção. Além disso, mensalmente ou a cada seis meses é feita a distribuição dos lucros. Como toda a divisão está baseada nas horas trabalhadas, não há diferenciação de valores das horas, independentemente da função que se exerça.

Embora o Assentamento esteja bastante organizado, principalmente com a criação da cooperativa que oficializou o trabalho coletivo, existem desafios a serem superados. Esses desafios são de toda ordem: econômicos, políticos e culturais. Em relação aos desafios econômicos, o Assentamento enfrenta dificuldades com intempéries climáticas e com os grandes produtores.

Em relação aos desafios políticos e culturais, o trabalho coletivo fez surgir vários. As decisões tomadas em conjunto nos momentos de Assembleia, na maioria das vezes, não agradam a todos. Entretanto, todos devem seguir o que foi decidido pela maioria. Esta situação

é desconfortável e faz com que o exercício de tolerância e aceitação seja constante. Não é incomum acontecerem discussões acaloradas nas assembleias.

Existem também fatores culturais que dificultam o trabalho coletivo. Ao ser questionada sobre as dificuldades do trabalho coletivo, uma interlocutora cita dois desafios:

A gente trabalha tudo junto, homem e mulher, a gente conversa e dá risada. Já tem gente que já “a minha esposa conversar com os outros, deus me livre”, o ciúmes, uma coisa é isso. E outra coisa é trabalhar e completar as horas, tem que fazer o horário, tem um compromisso e o nosso compromisso é sério. Todo mundo tem que cumprir, como vai deixar aberto e um dia vai um dia não vai e daí como é que fica quem trabalha direto?⁸⁵

A primeira dificuldade citada é o fato de ainda existir, em grande parte da sociedade, uma postura machista em relação à vida social da mulher. A interlocutora define como ciúmes, mas pode-se pensar em, até mesmo, preconceito. Segundo ela, as pessoas que pensam assim não se adéquam ao trabalho coletivo e acabam desistindo.

Já a segunda dificuldade diz respeito a rigorosidade no cumprimento de seus deveres e funções. Em um organismo coletivo o não cumprimento de uma tarefa não interfere apenas na individualidade da pessoa, mas traz reflexos para o grupo todo. Sendo assim, é necessário que exista uma cultura de cumprimento de horário e de suas funções muito forte, o que nem sempre pode-se garantir por parte de cada um de seus integrantes.

3.2.4 Religião, saúde e educação: as diferenças e a construção de propostas.

Ao tratar das conquistas e tensões vivenciadas no Assentamento Conquista na Fronteira é importante observar também os aspectos culturais. As temáticas da religião, educação e saúde são importantes para entendermos quais as propostas elaboradas pelo grupo e como foram trabalhadas as diferenças culturais existentes.

Em relação à religião, é inegável a sua influência durante a trajetória do grupo que fazia parte do Movimento Sem Terra. Essa relação já foi bastante detalhada no capítulo que tratava dos acampamentos e, como se pôde perceber, a Igreja Católica trazia sentido e simbologia à luta dos sem terra. Também no momento dos acampamentos, a Igreja Católica desempenhou um papel de apoiadora da luta pela terra, com líderes regionais posicionando-se à favor dos sem terra (como é o caso de d. José Gomes) e ajudando com mantimentos através da Pastoral da Terra.

⁸⁵ Fatima Matt, já mencionada.

A partir da consolidação do Assentamento Conquista na Fronteira, não se percebeu mais a atuação das entidades religiosas junto aos sem terra. Esse distanciamento pode gerar algumas interpretações, como: depois de ter alcançado a terra, os sem terra não “precisam” mais da Igreja? As opções pessoais por outras religiões teriam os afastaram da Igreja Católica?

De acordo com a explicação de um integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, ocorreu apenas uma mudança de hábitos: “Nas igrejas das comunidades por aí as pessoas vão nas missas pra se encontrar, pra conversar com o vizinho e tal. Nós aqui não precisamos disso, porque a gente tá junto sempre, a gente trabalha junto. Não precisamos da Igreja como ponto de encontro.”⁸⁶

Segundo o mesmo interlocutor, as celebrações religiosas acontecem em momentos importantes para o grupo de pessoas: “A gente faz nossas celebrações, nossas místicas, mas não é todo domingo. Por exemplo: quando a gente faz a colheita a gente faz uma celebração lá pra agradecer, quando vai batizar alguém vem um padre aqui e a gente batiza no rio que passa aqui dentro.”⁸⁷

Os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira são, em sua maioria, católicos e há algumas famílias de religiões protestantes. Quanto à religiosidade não se percebeu conflito, pois como não há templos religiosos no Assentamento, cada um pratica sua religiosidade em casa, no seu espaço privado.

Em relação à saúde, há uma comissão específica para orientar em relação à saúde dos integrantes do Assentamento: “Na comissão de saúde se trabalha mais voltado pra questão natural, buscando a prevenção e não mais essa parte da medicação química, mas também dá acompanhamento no atendimento externo, no acompanhamento hospitalar e odontológico”.⁸⁸

O trabalho com as ervas medicinais foi uma opção do grupo, muito influenciado por suas próprias origens culturais, visto que todos os assentados vêm do meio rural, onde há tradição do uso de ervas medicinais. Para que este trabalho acontecesse, foi criada uma horta comunitária onde estão, além das verduras, as ervas medicinais. Os integrantes da comissão de saúde cuidam das ervas e as distribuem conforma a necessidade de cada um.

Percebeu-se, observando o tratamento da saúde, claramente o trabalho coletivo. A existência de uma comissão de saúde já demonstra a preocupação do grupo com a saúde de todos, ou seja, as doenças não são tratadas como problemas pessoais e sim grupais.

⁸⁶ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Valdir Martins, já mencionado.

Assim como a saúde, a educação também conta com uma comissão específica. Esta comissão foi criada para acompanhar os trabalhos desenvolvidos na escola e promover inferências na mesma, bem como dar suporte para os alunos que já precisam deslocar-se do Assentamento para estudar. Dentro do Assentamento Conquista na Fronteira está localizada a Escola Construindo o Caminho, que atende as crianças até a conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental, vinculada a educação municipal.

A forma de organização coletiva da força de trabalho, dos meios de produção e a propriedade coletiva sobre a terra fazem com que a organização social exerça forte influência sobre a educação.

A partir da coletividade no trabalho e na produção, as famílias, por meio da cooperativa, administrada pelo próprio assentamento, perpassam em todas as relações, principalmente na educação, a dinâmica do coletivo com atividades voltadas para essa filosofia pedagógica. (FONTANA, 1999, P.100).

Dentro da escola fica clara a influência da organização da comunidade, pois a própria escola conta com comissões. Nessas, os alunos são desafiados ao comprometimento com o coletivo, envolvendo-se em tarefas cotidianas importantes para o funcionamento da escola.

Percebe-se a importância da participação social, pois a comunidade ajuda a escolher os temas prioritários para a escola. Através de núcleos de debates e discussões em Assembleias, a comissão da educação constrói com a comunidade um plano de ensino para as crianças da Escola Construindo o Caminho. Até mesmo eventuais penalidades por atitudes que não são aprovadas são elaboradas em conjunto. Fontana (1999, p.104) explica que:

Todas as penalidades e regras da escola estão escritas no Regimento Interno do Setor de Educação do Assentamento. As normas prescritas são originárias de discussões nos núcleos e aprovadas em Assembleia, portanto é por esse motivo que as crianças assimilam as eventuais penalidades.

Porém, essa influência da comunidade sobre a educação não se limita à escola que há no assentamento ou então à educação básica. Após a conclusão do ciclo básico da educação, os jovens deslocam-se até uma escola estadual em uma comunidade vizinha, para então cursar o ensino médio. Nesse momento o apoio da comunidade é fundamental, pois as diferenças entre os fazeres pedagógicas são tão grandes, que muitos jovens querem desistir da formação escolar.

No entanto, adequando-se às diferenças do ensino no assentamento e do ensino regular tradicional, os jovens também têm a possibilidade de ingressar no ensino superior. Quando há este interesse, a própria cooperativa do assentamento subsidia a formação superior. Os recursos da coletividade são usados para esse fim, por acreditar que a formação do jovem seja fundamental para a continuidade do processo coletivo do assentamento. Entretanto, o jovem,

precisa também comprometer-se em retornar ao assentamento para, com seus conhecimentos acadêmicos, contribuir para a qualidade de vida na comunidade.

Organizar todo o funcionamento da educação das crianças e jovens do Assentamento não foi algo simples. Até porque, o modelo de educação posta em prática exige a participação da comunidade e nem sempre há disponibilidade para isto. O grande desafio enfrentado no Assentamento, em relação à educação, foi mobilizar a comunidade em torno de uma proposta de educação libertadora.

Eu acho que a nossa educação é bem diferente da convencional lá de fora. Aqui no Assentamento a gente procura trabalhar a realidade, foi desde que eu estudei até agora. A comunidade ajuda a discutir os temas, os temas que vão ser estudado com as crianças na escola. E assim, daqui as crianças saem bem mais desenvolvida, porque aqui ela tem uma liberdade de expressão, aqui se faz música, se faz teatro... então é uma coisa que desenvolve a criança, à ela chegar mais pra frente, em outra escola, e ela talvez até se destacar por aqui ela já começou um trabalho.⁸⁹

Além dessa preocupação com uma educação libertadora, ao pensar a educação os integrantes do Assentamento já pensaram na preparação das crianças e jovens para o trabalho coletivo: “Os alunos são divididos em comissão, que nem fosse da cooperativa, se organiza as equipes de trabalho como se fosse à cooperativa. São eleitos coordenador, vice-coordenador lá dentro, pra que eles também venham crescendo nessa linha e entendendo o processo do Movimento.”⁹⁰

Outra dúvida recorrente diz respeito ao alinhamento político partidário. Questionados sobre uma possível “doutrinação” em relação às opções político-partidárias, os interlocutores afirmam não haver nenhuma sinalização. Porém, explicam que a própria luta pela terra foi os mostrando quais partidos defendiam seus interesses.

Nós, na luta pela terra, tivemos muita dificuldade e ficou muito claro para nós quem era nosso companheiro na luta pela terra, pela reforma agrária e quem não era, isso dentro dos partidos políticos. Como também isso está claro hoje: tem partidos que defendem a reforma agrária e tem partidos que defendem o agronegócio, a concentração da terra. Nós nunca tivemos uma deliberação de dizer que todas as pessoas tem que pertencer ao mesmo partido, mas as pessoas por si, na caminhada, conseguem identificar quem é companheiro e quem não é.⁹¹

Apesar de o Assentamento preocupar-se em ter representação política, visto que há um integrante eleito vereador em Dionísio Cerqueira, afirmam que sua crença é de que a opção

⁸⁹ Cezar Brizollo, integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, em entrevista concedida no ano de 2010 e registrada no documentário Conquista na Fronteira.

⁹⁰ Julio Borba, integrante do Assentamento Conquista na Fronteira, coordenador da comissão de educação, em entrevista concedida no ano de 2010 e registrada no documentário Conquista na Fronteira.

⁹¹ Paulo Acélio César, já mencionado.

política é necessária para a representação de suas ideias, mas não enxergam na política partidária a origem de transformações sociais.

E a gente sabe também que os partidos vão se renovando, se reciclando, vão inchando também e daqui a pouco aquilo que era companheiro pode não ser mais. Por isso é importante a gente ter a compreensão e ter o debate permanente e saber, com clareza, que a reforma agrária não vai ser feita por partido, vai ser feita pela luta concreta do povo.⁹²

As propostas postas em prática em relação à religião, saúde, educação e política no Assentamento Conquista na Fronteira foram construções coletivas e, por isso, demoradas e trabalhosas. Porém, ao trabalhar as diferenças culturais e pessoais puderam construir propostas autênticas e que atendessem as necessidades do grupo. Entretanto, não basta conhecer o Assentamento Conquista na Fronteira, mas sim compreendê-lo, teorizá-lo. A sequência do texto busca o aprofundamento teórico desta experiência prática.

3.3 O TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA “CLASSE” NO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

Depois de passar pelo processo de luta pela terra e pelos acampamentos do MST, os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira chegaram a terra própria e viram outros desafios surgirem. Um desses desafios diz respeito ao trabalho de conscientização de seus integrantes sobre a coletividade e a formação de um grupo, que mesmo não sendo homogêneo fosse coeso.

Esse processo poderia ser apenas uma continuação do trabalho que era desenvolvido nos acampamentos e que já foi relatado, porém o Assentamento Conquista na Fronteira também era constituído por pessoas que não haviam passado pelos acampamentos. Além disso, o ambiente e as condições de vida no Assentamento eram muito diferentes dos acampamentos, o que tornava possível o surgimento da vontade de trabalhar com autonomia e individualidade.

O desenvolvimento de uma consciência individual ou uma consciência de classe ou grupo não foi um movimento espontâneo, pois “[...] o gênero humano se diferencia do animal por apropriar-se da natureza, estabelecendo uma relação indireta, mediatizada, inicialmente, pelo instrumento e pelas práticas produtivas.” (LEONTIEV, 1978, p.76). Ou seja, foi na práxis cotidiana que os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira começaram a desenvolver certa consciência, através das relações que estabeleciam entre si e com o meio externo.

⁹² Idem.

Principalmente através das práticas produtivas, mas também através do contato com os diferentes. Um exemplo bastante claro desta situação é relatado por um interlocutor, quando fala da relação dos assentados com a sociedade civil local:

Na verdade existia aquele preconceito do sem terra. Por exemplo, aqui em Dionísio, nós chegamos aqui tinha duas pessoas que apoiava nós: o padre e um técnico da Epagri. O outros quem não era contra nós, tinha medo de nós. Aquela imagem que a sociedade pregava que os sem terra era perigoso e ali falavam que nós tinha arma, que era perigoso. E nós, nem sequer tinha coragem de ir um sozinho pra cidade.⁹³

Devido a situações como a relatada, os assentados viam-se passando por situações de exclusão ou perseguição e percebiam que sozinhos seria ainda mais difícil superá-las. Entretanto, a simples percepção de sua real situação não fazia com que o integrante do Assentamento adquirisse uma consciência e adotasse uma postura condizente. Era necessária reflexão acerca disso. Daí a importância do papel dos intelectuais do grupo:

Assim, a formação da consciência decorre da reflexão inteligente, primeiro de alguns e depois abrangendo toda uma classe, como parte do processo de reconstrução social. A revolução ou processo de transformação é precedido de um continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de construção de idéias. (OLIVEIRA e NASCIMENTO, p.4, 2008)

Esse trabalho chamado pelas autoras de revolução ou processo de transformação foi bastante importante e foi desenvolvido pelas lideranças do Assentamento. Já conceituadas anteriormente como “intelectuais orgânicos”, coube a essas lideranças orientar em momentos de reflexão e de construção coletiva de propostas. Como toda a organização do Assentamento foi pensada coletivamente, seja ao tratar do trabalho, da saúde, educação ou lazer, também os preceitos que guiariam o Assentamento assim foram criados.

Nesse sentido, recorre-se novamente ao pensamento gramsciano que mostra que o pensar teórico não pode desvincular-se das ações práticas. A filosofia e a política para Gramsci são inseparáveis, pois um grupo social manifesta uma ação a partir de uma concepção de mundo, mesmo que embrionária, de forma descontínua e em conjunto orgânico, significando organicidade de pensamento e solidez cultural, constituem-se assim num bloco cultural e social. (GRAMSCI, 2004, p. 100).

Algumas ideias e concepções verbalizadas pelos interlocutores nos mostram as bases do pensamento dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, caracterizando certa solidez grupal: “Desde que nós começamos a plantar a primeira, e até hoje, a nossa ideia é as

⁹³ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

famílias se sentir bem. Agora dá pra tirar o lucro porque isso aqui foi crescendo com o esforço do povo, todo mundo trabalhando junto, então as coisas só foram indo pra frente.”⁹⁴

Fica clara, na frase do assentado, a comparação entre dois modelos societais: um que vise o bem estar e outro que vise o lucro. O Assentamento é enquadrado como visando o bem estar das pessoas e o lucro só aparece como consequência de um trabalho e não como objetivo. Essa ideia é reafirmada por outra interlocutora, ao tratar dos passos da produção definidos pelo grupo: “Esses passos foram dados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias: melhorar as casas, a questão da saúde, educação, esporte, lazer. Que as famílias tivessem melhores condições de vida. Então tudo o que é feito nesses três passos hoje é pensado nisso, na qualidade de vida das pessoas que vivem aqui.”⁹⁵

Entretanto, a formação de uma consciência não estava vinculada somente aos objetivos do Assentamento, mas também ao reconhecimento de uma situação de exclusão anterior à entrada no Movimento Social. Ao relatar a situação que viveu sua família, o interlocutor afirma sua visão da organização da sociedade capitalista: “Meu pai trabalhava de agregado, sempre trabalhamos pros outros, só construindo riqueza pras outras pessoas e nós lá embaixo.”⁹⁶ Essa construção de uma visão própria sobre a realidade externa ao Assentamento facilitava a permanência no local e sua adequação às regras coletivas, pois o mundo além do Assentamento era visto como injusto e desigual.

Outras declarações também mostram essa construção: “Você tem liberdade de expressar a sua ideia, que em muitos lugares você não teria. Então aqui você tem liberdade de se expressar, todo mundo tem o mesmo direito.”⁹⁷ É importante destacar que essa frase foi dita por um interlocutor que era filho de assentados e, na juventude, optou por sair do assentamento e passou a viver em uma grande cidade do Brasil. Segundo o mesmo, resolveu voltar para o Assentamento pois não conseguiu adequar-se à vida na grande cidade e ao individualismo nela existente.

Em outra declaração, um interlocutor revela que a reflexão para a formação da consciência também era trabalhada no sentido de perspectivas futuras:

Eu sofri muito nas minha épocas, quando fui mais novo, pelas dificuldades que se tinha. E hoje, meus filhos e os filhos dos outros assentados que estão aqui, não estão passando por isso. Então isso, cada vez que a gente sente isso é uma coisa que marca e vai marcar sempre [...]Então eu penso que: se não existisse o Assentamento o que

⁹⁴ Cézár Brizollo, já mencionado.

⁹⁵ Tatiane Anzolin, já mencionada.

⁹⁶ Cézár Brizollo, já mencionado.

⁹⁷ Idem.

seria, não só de mim, mas de tanta gente que tá assentado? Estariam aonde? Na favela?

O trabalho para o desenvolvimento de uma consciência histórica visava a manutenção do Assentamento, mas também ia além: buscava a consolidação do grupo enquanto classe social. Nesse sentido, cabia aos intelectuais estabelecer as relações entre a teoria e as atitudes práticas.

A relação direta entre a teoria e prática estabelece o que Vazquez (1990), chama de práxis, em relação à função dos intelectuais no processo de superação do senso comum e de elaboração de uma concepção própria junto aos demais. Para Vazquez (1990, p. 233-234),

[...] a práxis deve ser compreendida pela prática como fundamento e finalidade da teoria, cuja relação é parte do processo histórico social e não se estabelece direta e imediatamente já que a teoria pode surgir; pressupõe uma íntima vinculação teoria e prática, de forma que a teoria corresponde às necessidades da prática e tem sua fonte na prática.

Dessa forma é que um coletivo foi sendo constituído no Assentamento Conquista na Fronteira: buscando teorias e visões de mundo que correspondessem à realidade vivenciada pelos assentados. Porém, o Assentamento não estava plenamente desvinculado da sociedade geral (capitalista e individualista) e muitas vezes havia contradições entre o que se pensava e a forma como se agia.

Esse fenômeno é explicado por Gramsci, quando diz que na medida em que essa consciência se transforma há a possibilidade de ocorrer a constatação de que sua consciência teórica, historicamente, está em contradição com sua ação. Para Gramsci (2004, p.103),

[...] é possível dizer que ele tem duas consciências teóricas, uma implica em ação, e que realmente une a todos os colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explicada ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.

Em relação aos assentados oriundos do município, esse processo era ainda mais nítido. As heranças culturais e as ideias formadas anteriormente à vinda ao Assentamento Conquista na Fronteira estavam constantemente em choque com as novas concepções que passavam a ser construídas coletivamente. Talvez por isso, o período inicial de separação dos dois grupos que compunham o Assentamento tenha sido importante, visto que foi um período de amadurecimento de suas concepções individuais para a construção de uma classe sólida e unida.

Importante é a formação de uma classe social e de uma consciência de classe não é um processo que se acaba. Os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira continuam a

sofrer interferências de elementos que não compartilham da mesma visão de mundo, como os meios de comunicação. Nesse sentido durante as conversas da pesquisadora com os interlocutores, alguns relatavam as dificuldades encontradas ao receber o aparelho de televisão. A televisão poderia ser importante para receber informações e conhecimentos, porém ela trouxe certa acomodação dos assentados, que “preferiam acompanhar a programação televisiva a participar das reuniões e debates realizados à noite.”⁹⁸

Esse exemplo remete a década de 1990, mas ainda hoje muitas interferências acontecem. Nesses casos, são retomados os princípios que norteiam a vida no Assentamento e reflexões críticas acerca do conteúdo dos meios de comunicação são realizadas. A internet está presente no cotidiano, principalmente dos jovens. Em página de redes sociais os jovens também demonstram sua consciência de classe, como um jovem assentado que nas legendas de fotos do Assentamento, escrevia: “Estamos mostrando que o campo pode ser bonito, alegre e rico”.

Para trabalhar as questões subjetivas na formação de uma classe social, muitas vezes se recorre ao poder simbólico⁹⁹. Este poder pode ser reconhecido em diversos espaços do Assentamento, recorrendo sempre a ideia de um ideal comum, de algo que os une enquanto classe social. A imagem abaixo mostra o portal de entrada, onde está pendurado o grande facão, feito em madeira:

Portal de entrada do Assentamento Conquista na Fronteira



⁹⁸ Marcos Antônio Dreher, já mencionado.

⁹⁹ O termo “poder simbólico” é aqui utilizado referindo-se à conceituação elaborada por Pierre Bourdieu (1930-2002), que o considera como a capacidade de intervir no curso nos acontecimentos, influenciar as ações e crenças de outros e também criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas.

Portal de entrada do Assentamento Conquista na Fronteira



Figura 17 e 18 - acervo pessoal, 25/10/2013.

A parte do portal que está voltada para quem chega no Assentamento contém o seu nome. Já a parte voltada para quem sai, contém a seguinte inscrição: “Da luta não meu retiro”. Em muitas conversas a luta é citada como um elemento aglutinar e de manutenção da coesão do grupo. Ao ser questionado sobre esse simbolo na entrada do Assentamento, o interlocutor explicou: “Aquele facão lá fui eu que fiz. A gente não colocou como a gente quer trabalhar ainda, temos que tirar de lá e arrumar. [...] O facão hoje em dia além de luta é uma ferramenta do trabalho.”¹⁰⁰

Nesse mesmo sentido, em frente a sede da cooperativa há uma grande placa:

Placa presente no interior do Assentamento



Figura 19 – Fonte: acervo pessoal, 2012.

¹⁰⁰ Pedrinho Miotto, integrante do Assentamento desde a sua fundação. Em sua trajetória passou por três diferentes acampamentos, esperando por cerca de 3 anos até ser assentado.

Pela placa pode se perceber a importância dada ao Movimento, uma vez que o mesmo é relacionado a uma família da qual seriam integrantes. Assim, o poder simbólico exercido através das inscrições e frases utilizadas nos locais de uso comum vão fortalecendo a ideia de um grupo social. Porém, não é apenas nos espaços coletivos que o Movimento ganha destaque. Nas casas de pessoas entrevistadas pode-se perceber que algumas imagens de ídolos comuns se repetem. Para exemplificar, trouxemos a imagem abaixo:

Interior da casa de um assentado



Figura 20 – Fonte: acervo pessoal, 26/10/2013.

No interior da casa de um assentado ve-se na parede três pessoas que, segundo ele, são os seus ídolos: Ernesto Guevara, Egídio Brunetto e D. José Gomes. O primeiro a ser citado é considerado um ícone pelo Movimento do MST, o que demonstra uma clara influência da formação ideológica recebida através do Movimento. O segundo é citado pelos interlocutores como um dos maiores líderes do MST na região, era integrante do Assentamento Conquista na Fronteira e faleceu em um acidente de carro no ano de 2011. Já o terceiro, tantas vezes já citado, foi o religioso de maior influência entre os Sem Terras no oeste de Santa Catarina.

O que se quer reconhecer nesta análise é o fato de que as ideias e os valores reforçados no grupo de assentados, acaba influenciando em suas posições pessoais e em seus gostos. Nem sempre pode-se perceber este estímulo de forma clara, mas é aí que as questões simbólicas ganham força. Na tentativa de reforçar a noção de classe social, muitos momentos da coletividade são carregados de simbologia.

Momentos de coletividade



Figura 21 – Fonte: Imagens cedidas pela cooperativa, 2012.

Os momentos de reuniões, discussões, cursos ou comemorações são carregados de simbologia. Datas comemorativas como “dia das mães” são comemoradas em conjunto, reforçando a ideia de coletividade. As místicas realizadas retratam a importância da terra como fonte de vida e as foices e enxadas, consideradas símbolos do MST, estão presentes para reforçar a ideia de classe social envolvida na luta pela terra.

Ao tratar da concepção de classe social e coletividade, Gramsci (2004, p.94), reflete seu pressuposto sobre o homem, como “[...] homem massa ou homem coletivo.” Para ele, o homem massa é aquele que adota uma postura muitas vezes acrítica e incoerente, pois se declara por uma personalidade indefinida. Na diversidade de facetas, preconceitos e dogmas, o homem massa acaba por não assumir uma identidade própria, muito menos visão de mundo própria ou de uma classe.

Já o homem coletivo, é definido por Gramsci como capaz de perceber e elaborar críticas sobre o homem massa. Além disso, o homem coletivo é capaz de transformar e ampliar o pensamento. Nesse sentido, o que parece ter acontecido no Assentamento Conquista na Fronteira foi a busca da formação do homem coletivo, aquele que é capaz de questionar a realidade social e buscar a transformação da sociedade.

Nós batia muito forte na questão da formação político-ideológica das pessoas, de transformar as pessoas. Transformar as crianças em pessoas críticas, não ser a vida inteira subordinado à grande empresa ou grande fazendeiro. Ser pessoas que, se errassem, estar sabendo que estavam errando e não por não saber.¹⁰¹

Esse trabalho de conscientização realizado no Assentamento foi dando origem a um grupo mais homogêneo, que conhecia a realidade social em que estava inserido, reconhecia os desafios a serem enfrentados e organizava-se para o enfrentamento. Apenas o reconhecimento dos problemas da sociedade não criava o homem coletivo, a sua práxis o definiria. Nesse sentido, o Assentamento não significava o fim de uma luta, como explica uma interlocutora: “E assim, como nós estamos assentados, a gente não para. A luta sempre continua porque tem muito mais companheiros que precisam.”¹⁰²

A ideia de que a luta pela terra acabou gerando uma consciência de classe está presente nas falas de vários interlocutores, de forma indireta. Nesse sentido, é importante pensar como surge uma classe social ou então o que é uma classe social. Thompson declara o conceito de classe estreitamente ligado à própria história dos sujeitos e também às experiências por eles construídas:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (Thompson, 1987a, p. 11).

Segundo este autor, a noção de classe surge de acordo com o momento histórico que está sendo vivenciado. Nesse sentido, não é a toa que toda a organização do Movimento dos Sem Terra surge na década de 1980, período de grandes questionamentos no Brasil e de luta por mudanças profundas. É inegável a influência do contexto histórico e social vivenciado na formação dessa classe social, pois o questionamento do sistema vigente deu espaço para a construção de propostas alternativas de vida e organização da sociedade.

¹⁰¹ Neudi Guindani, já mencionado.

¹⁰² Márcia Borba, já mencionada.

A conscientização das pessoas em relação à realidade social e a forma como ela era percebida, juntamente com a construção da noção de classe, caminhavam para uma consciência de classe. Essa, seria a capacidade de reconhecer-se como pertencente a um grupo social, com determinadas características e necessidades, além de desafios específicos a serem superados.

Pensando na formação desta consciência de classe, Thompson traz outro importante conceito: a experiência. Thompson compreende que a classe e a consciência de classe vão se formando juntas na experiência: é uma formação imanente. Observando o Assentamento Conquista na Fronteira, seus integrantes, sua organização e a classe social lá formada, pode-se perceber claramente a importância da experiência.

3.4 O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA COMO AGLUTINADOR

As classes sociais são pensadas por Thompson como um processo em formação, pois é a luta e as vivências que as formam. Gramsci, também já seguia essa noção, pois sugere que os intelectuais, através de sua práxis, sejam os responsáveis por uma construção de uma classe e de uma consciência de classe. O que Thompson vai além é no estudo da formação de classes baseadas na experiência.

Segundo Thompson (1981, p.16) “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” Ou seja, a experiência é definida por Thompson como a capacidade de refletir sobre os acontecimentos que foram vivenciados, suas implicações na própria pessoa e suas implicações no mundo.

Os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira deram origem a uma classe social devido a experiências próximas que tiveram. Porém, detém a mesma experiência não apenas porque vivenciaram situações parecidas, mas porque conseguiram refletir acerca dela de forma parecida. Ou seja, as experiências não aparecem apenas de forma cumulativa, seguindo o padrão de ter mais ou menos experiências, mas também de forma qualitativa, analisando a capacidade de refletir acerca das experiências vividas.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981, *in* Gohn, 1997, p. 204).

Thompson percebe que ela será tratada pela consciência pessoal e pela cultura do sujeito. Sendo assim, pessoas com a mesma vivência, podem ter experiências diferentes. O que

importa não é apenas a situação vivenciada, mas a forma que o indivíduo irá interpretar e agir perante ela.

Analisando o Assentamento Conquista na Fronteira, a experiência parece ter desempenhado um papel aglutinador, visto que a capacidade de refletir acerca dos acontecimentos tornava as ações e mobilizações mais claras e transparentes. As decisões tomadas sobre o funcionamento do Assentamento não estavam baseadas apenas em teorias ou no senso comum, mas seguiam as ideias advindas de reflexões de situações práticas: por já ter passado necessidade nos acampamentos devido ao individualismo, a vida no Assentamento seria baseada na coletividade.

Nem sempre as experiências vivenciadas, seja nos acampamentos ou no Assentamento, eram positivas. Vendramini (2004, p.27) fala que “Retratar as mudanças de vida dos trabalhadores rurais, dos artesãos e tecelões pode parecer um registro de frustrações e fracassos, mas a experiência apresenta muitas tradições que se originam deste período.” Observando o Assentamento Conquista na Fronteira e ouvindo os relatos de seus integrantes, percebe-se que os fracassos também foram importantes para a construção de um grupo ainda mais coeso.

Principalmente sobre os primeiros anos como assentados, os interlocutores costuma destacar as dificuldades e os erros. Mas, tratando de temas atuais, os assentados também relatam dificuldades que estão enfrentando e que tendem a tornar-se experiências importantes. Um exemplo disso é a preocupação existente hoje com a permanência do jovem no campo, pois o Assentamento ainda não consegue definir uma estratégia para mantê-los no campo, levando em conta a pressão exercida pelo mundo externo capitalista.

Percebe-se que a experiência também é uma categoria contínua e formativa. As experiências anteriores ao Assentamento foram importantes, mas as experiências vivenciadas dentro do Assentamento serão definidoras de posturas. A reflexão acerca de situações vivenciadas acontece também dentro do Assentamento, o que faz com que novas mudanças possam surgir.

Essas agitações, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15).

A consciência social existente foi rompida pelos integrantes do MST quando iniciam a luta pela terra e passam a perceber a distribuição da terra como injusta e desigual. Do mesmo

modo que os integrantes do MST “chocaram-se” com a realidade que existia, podem também agora questionar o que se vive no próprio Assentamento. O que se vê, porém, é que devido ao espaço de participação criado no Assentamento as reações perante às situações não são contidas e são discutidas coletivamente.

A relação entre experiência e consciência de classe é uma via de mão dupla: a experiência dos indivíduos interfere em sua postura em relação à classe, mas também a consciência de classe vai modificando as reações dos indivíduos perante as experiências.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16).

Segundo Thompson, somente através da reflexão acerca das experiências é que o ser humano consegue propor novas questões e novos modelos. A própria existência de uma experiência coletiva no Extremo-Oeste de Santa Catarina pode ser o resultado de “exercícios intelectuais mais elaborados” surgidos de experiências de grupos sociais. Ou seja, a proposição de um modelo de organização social baseado na coletividade pode ser resultado direto da exclusão dessas pessoas em um modelo que privilegie o individual.

Ao tratar das experiências dos assentados que têm origem no MST, destaca-se a o acampamento: lugar de grande tensão e de muitas dificuldades. A experiência vivenciada por essas pessoas, seja ao falar do frio, fome, falta de condições dignas de moradia, conflitos com fazendeiros e com a polícia, fez com que uma consciência de classe surgisse de forma mais espontânea, embora os estudos e os intelectuais do grupo tenham sido muito importantes.

Os assentados que têm como origem as comunidades do interior do município de Dionísio Cerqueira, não vivenciaram as mesmas experiências dos acampados. Nesse sentido, precisaram ainda mais da formação teórica para compreender-se como parte desta classe social. Porém, o fato de não ter passado pelas mesmas experiências parece ter sido determinante, pois das 25 famílias que ingressaram no Assentamento através do município, apenas 6 famílias permanecem nos dias atuais.

Neste sentido, a experiência parece ter sido o grande elemento aglutinador, pois a superação do acampamento e de todas as dificuldades nele encontradas, fez com que conseguir sobreviver de forma digna no Assentamento fosse uma coroação de um processo muito maior do que apenas “ter terra”. Construir uma consciência de classe e um Assentamento onde se

tivesse qualidade de vida passou a ser a luta de uma vida, como se pode perceber no relato seguinte:

Nós quando fomos pra ocupação achamos que a gente ia conseguir terra dentro de pouco tempo, 3 ou 4 meses. Ficamos 3 anos. Aí eu tinha meu dois filho pequeno e tava grávida. E começar lá, pra gente foi um choque muito grande e depois que tu tá lá parece que tu enfrenta. Depois que tu tá lá não tem mais dizer “eu vou embora”, porque eu nunca disse isso, não sei como, mas parece que tinha aquela coragem [...]. E depois quando toco de vim pra cá também, fizemos uma meia-aguinha pra nós e a gente nunca desanimou sabe. A gente sempre com aquela esperança e a gente sempre diz, desde o começo, sempre tinha aquela garra. Eu não sei se é porque a gente sofreu bastante ou o que. Mas agora a gente tá em cima do que é nosso, não temos demarcado o pedaço que é nosso, mas é nosso. Estamos morando em cima do que é nosso, temos casa, temos comida e eu pra sair daqui não é fácil, porque a gente nunca conseguiu ter o que tem hoje.¹⁰³

A interlocutora demonstra claramente a força da experiência e do trabalho de consciência, embora sem citar os conceitos nenhuma vez. Porém, quando fala em “coragem”, “esperança” e “garra” deixa claro as palavras de ordem que eram trabalhadas pelas lideranças. Coragem, esperança e garra também eram as formas encontradas para reagir perante a constatação de que a sociedade, da forma que estava organizada, era desigual e que este modelo precisava ser enfrentado.

A interlocutora diz não saber ao certo de onde vinha tanta “força”, mas cogita a hipótese dos sofrimentos passados. Ou seja, entende que a experiência de sofrimento vivenciada passou por um processo de reflexão, que transformou-se em luta por transformação. Thompson (1981, p.17) explica que “a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio”

A experiência somente tem a força deste conceito, elaborado por Thompson, quando traz reações. As experiências dos assentados no mundo e suas reações foram, sem dúvida, os elementos de reconhecimento da sua história na história do semelhante. Somente assim, encontrando pontos de coesão é que se pode formar uma consciência de classe.

3.5 ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA: UMA REVOLUÇÃO PASSIVA?

Dentro do Assentamento Conquista na Fronteira se constituiu uma classe social coesa, embora não seja homogênea, e se teve na experiência um elemento vital para essa constituição. O modelo societal posto em prática no Assentamento surgiu do questionamento da sociedade e

¹⁰³ Fátima Matt, já mencionada.

de sua organização, buscando ser uma alternativa de vida que não siga todos os padrões impostos pela sociedade capitalista. O que vivenciou e se vivencia no Assentamento Conquista na Fronteira, seria então uma forma de revolução passiva?

Para que se possa discutir esta ideia é necessária ter clareza do significado deste conceito. Trabalhado por Gramsci, o conceito de “revolução passiva” surge ao analisar o “Risorgimento”¹⁰⁴, ou seja, a formação do estado burguês moderno na Itália. Embora sua origem tenha se dado em um contexto muito diferente e em outro período histórico, encontram-se no conceito de “revolução passiva” alguns elementos explicativos do que possa ter ocorrido no Assentamento Conquista na Fronteira.

Primeiramente, é importante perceber que embora este trabalho reconheça o quanto o fator econômico possa ter sido determinante na história do Assentamento Conquista na Fronteira (seja nas condições preliminares aos acampamentos, nos acampamentos ou no Assentamento propriamente dito), ele também leva em conta os fatores políticos e culturais. Por isso, consegue trabalhar com autores como Gramsci e Thompson e levar em conta a ideia de revolução passiva, pois “Este conceito enfatiza a predominância do momento supra-estrutural, ou seja, do instante político, ultrapassando as visões meramente economicistas [...]” (Souza, p.1, 2010)

Ao tratar da revolução passiva, Gramsci fala da importância do contexto externo, esclarecendo que os aspectos nacionais são determinantes para que a revolução passiva aconteça. O Risorgimento italiano, analisado por Gramsci, só aconteceu devido a uma série de fatores nacionais que possibilitaram um processo de mudança “como retomada de vida italiana, como formação de uma nova burguesia, como consciência crescente de problemas não só municipais e regionais, mas nacionais, como sensibilidade a certas exigências ideais [...]a novas idéias, a novas atividades, a novo ordenamento político. (Gramsci, 2002,p.19).

Da mesma forma, pode-se pensar o Assentamento Conquista na Fronteira como o desenvolvimento de uma revolução passiva que tenha começado juntamente com a luta pela terra. Sabe-se que esta luta ganha força e é encarada de fato como um luta social na década de 1980, quando as condições gerais do país apontavam para o questionamento e para as mudanças.

Embora as condições externas fossem favoráveis, sozinhas elas não seriam capazes de desencadear uma revolução passiva. É necessário que haja uma ação como resultado dessas

¹⁰⁴ O Risorgimento Italiano foi um movimento que buscou unificar o país, entre os anos de 1815 e 1870. A Itália estava dividida em pequenos estados e a partir desse movimento foi unificada, passando a adotar uma constituição liberal.

condições, ação esta que “se torna consciente em grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício”. (Gramsci, 2002, p.22) Nesse sentido, a luta pela terra ganhou força no extremo-Oeste de Santa Catarina porque aqui também havia pessoas dispostas a assumir esta luta e superar as dificuldades que dela surgiriam.

Nesta categoria, poderíamos enquadrar todas as famílias que foram para os acampamentos, para os momentos de ocupação e enfrentamento com a força policial. Também poderiam ser citados os grupos religiosos que se envolveram na luta pela terra, enfrentando problemas até mesmo no interior das instituições religiosas devido a esta postura. Ou então, os sindicalistas que conseguiam angariar pessoas para a luta pela terra.

Porém, ao analisar o Risorgimento italiano, Gramsci mostra que as massas populacionais foram excluídas do quadro unificado da Itália. Embora o Risorgimento fosse visto como um momento ideal para o fortalecimento dos pobres no país, estes se viram a mercê das decisões. Gramsci atribui este fracasso ao Partido de Ação, por não possuir um projeto específico para as classes sociais que defendia.

Aqui aparece uma primeira diferença constatada entre os dois casos, pois o Movimento dos Sem Terra tinha um projeto específico voltado para os seus integrantes e que pretendia causar uma grande transformação em todo o país: a reforma agrária. Porém, embora o MST tenha conseguido criar diversos assentamentos e fazer com que milhares de famílias sem terra recebessem um lote de terra, não conseguiu executar uma verdadeira reforma agrária.

Sabe-se que boa parte das dificuldades encontradas para a realização da reforma agrária advém de falta de vontade política e dos interesses econômicos envolvidos. Porém, o fato de o MST ainda não ter conseguido desenvolver de forma plena seu projeto acaba o aproximando ainda mais do conceito de Revolução passiva.

Buscando melhor compreender como se desenvolve o processo de revolução passiva, Sousa (2010, p.5) explica:

Dessa forma, podemos entender que o conceito de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci, diferentemente de uma revolução popular, feita “de baixo para cima”, do tipo jacobina, pressupõe sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (portanto muitas demandas populares são atendidas pelas velhas camadas dominantes).

A revolução passiva seria, segundo a visão do autor, uma revolução que aconteceria a partir de imposições das próprias classes dominantes e que serviria como forte de apaziguar os desconfortos, embora sem resolvê-los. Na análise do caso do Assentamento Conquista na Fronteira, a primeira vista o que nos parece é que se realizou uma revolução popular. Isso

porque, as camadas populares da sociedade foram em busca de um direito fundamental, que é o acesso à terra, causando até mesmo problemas à classe dominante.

Porém, volta-se à questão anterior: por que a reforma agrária não pôde ser consolidada? Parece que a luta pela terra é inicialmente uma revolução popular, porém a classe dominante a percebe e busca contornar a situação, transformando-a numa revolução passiva. Ou seja, destinar áreas para assentamentos, como o próprio Conquista na Fronteira, teria sido apenas uma forma de evitar mais conflitos na região, sem promover mudanças profundas na distribuição da terra no país.

Assim, é muito importante perceber o papel desempenhado pelo Estado. Historicamente, o Estado Brasileiro teve o papel “de substituto das classes sociais em sua função de conduzir a transformação e assumir a tarefa que é “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes, tendo função de ‘domínio’ e não ‘direção’.” (COUTINHO, 1985).

Os trabalhadores rurais sem terra, como classe social, até conseguiram exercer pressão sobre o governo e exigir respostas. Porém, estas respostas não foram construções populares e sim diretrizes tomadas pelo próprio governo, que não deixa de ser uma representação da classe dominante. Sousa (2010, p.7) explica sobre o Brasil:

A transformação capitalista sucedeu a partir de acordos entre frações das classes que dominavam economicamente, à exclusão dos movimentos populares, do emprego dos aparelhos repressivos e da intervenção econômica do Estado. Em todos os momentos importantes da história do Brasil, ligados ou não aos períodos de transição, para as fases capitalistas, foram encontradas formas de excluir o povo e de as elites se recompor ou fazerem alianças para continuar no poder, ou seja, de fazer uma “revolução passiva”.

Essa percepção do funcionamento das hierarquias políticas e econômicas no país leva ao questionamento do que é, afinal, a experiência vivida no Assentamento Conquista na Fronteira. Seu surgimento pode ser percebido como resultado de uma luta popular ou então como uma forma de o governo promover uma revolução passiva. Afinal, Sousa explica o papel desempenhado pelo Estado brasileiro ao longo do tempo, acabou por excluir as massas populares:

O conceito gramsciano de “revolução passiva” aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento acerca do fortalecimento do Estado em favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo. (SOUZA, 2010, p.6)

Pensar a formação deste Assentamento é importante, mas se pode ir além na análise e pensá-lo na atualidade. O que se vivencia no Assentamento Conquista na Fronteira na

atualidade é um modelo alternativo ao sistema capitalista ou apenas uma forma de sobrevivência no mesmo?

Os integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, costumam definir sua experiência como algo destoante da sociedade em geral. Relatam seu pensamento de Assentamento como um grande projeto e de longa duração, por isso afirmam que o modelo de vida lá adotado é mais justo que os demais, o que representaria já uma revolução.

3.5.1 Revolução passiva ou popular: a avaliação de seus integrantes

Em um primeiro momento é importante entender que as terminologias e conceitos específicos dos estudos históricos dificilmente são citados pelos interlocutores. A história oral busca encontrar sentido teórico nas experiências e percepções práticas dos interlocutores, por isso as falas dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira serão interpretadas pela autora. Outros sentidos podem ser dados a estas falas, de acordo com o entendimento dos leitores, mas o contexto em que foram ditas tendeu a uma interpretação.

Questionados sobre uma avaliação pessoal em relação ao Assentamento e a trajetória para sua constituição, os interlocutores demonstram as dificuldades encontradas devido às diferentes concepções de vida: “Tivemos muitos problemas em relação aos objetivos. Objetivo nosso que viemos do acampamento com o objetivo do pessoal que veio do município, que não tinham rumo, não tinham um planejamento, não tinham concepção de vida.”¹⁰⁵

Percebe-se, no decorrer das falas, a clara diferenciação que é feita entre as pessoas que passaram pelos acampamentos e as pessoas que não passaram. Na visão dos assentados a formação (político-ideológica) obtida nos acampamentos foi uma das grandes responsáveis pela organização atual do Assentamento. Ou seja, a experiência de Assentamento levou a mudanças de posturas e concepções (adoção do modelo coletivo), fazendo com que o Assentamento seja visto hoje como uma proposta de vida alternativa, contrapondo-se à lógica capitalista.

Na fala do mesmo interlocutor, ao buscar explicar melhor o porquê do Assentamento ser considerado uma experiência que se contrapõe ao sistema, teve-se a seguinte explicação:

É uma proposta de transformação mesmo. Quando a gente chegou aqui de não ter colchão, de não ter mais fogão, não ter mais uma pia... Aí de repente ele entra hoje dentro de casa: tudo novo, televisão grande, forno elétrico, batedeira, liquidificador,

¹⁰⁵ Neudi Guindani, já mencionado.

todas as condições de vida. Tem um dinheirinho no final do mês, a grande maioria tem carro, tem moto. Então isso faz com que as pessoas não percam o rumo, porque as condições econômicas e financeiras das famílias delas são boas.¹⁰⁶

O alcançar melhores condições de vida, na fala do interlocutor, está estreitamente ligado ao fato de adquirir bens de consumo. Inclusive, o acesso a estes bens é considerado um dos fatores que mantém as famílias no Assentamento Conquista na Fronteira. Embora esta explicação demonstre que a lógica existente no Assentamento não é muito diferente na lógica da sociedade capitalista, também é compreensível que isto aconteça, pois o contato entre essa experiência e o mundo externo é direto.

Porém, um dos interlocutores destaca que na sua fala que as conquistas por eles valorizadas não são apenas materiais: “Eu não falo isso só em bens materiais, mas em conquista social: o direito à educação, o direito à saúde, ao lazer. Isso é fundamental para que as pessoas vivam no campo.”¹⁰⁷ Segundo o mesmo interlocutor, através da luta pela terra pode-se descobrir uma luta maior: “A partir da luta pela terra a gente descobriu que não é só a terra, nós precisamos é transformar essa sociedade de tantas injustiças, onde muitos têm pouco e poucos têm muito. Então a nossa luta é permanente.”¹⁰⁸

Os objetivos alcançados pelos assentados estão sempre ligados ao “melhorar de vida” e o que se percebe é que este melhorar de vida, muitas vezes, está ligado ao crescimento financeiro: “Conseguiram a terra, conseguiram a comida, conseguiram a casa, a grande maioria conseguiu o carro [...] Pra grande maioria nós fomos fantásticos. Por que nós pensamos assim? Porque nós crescemos mais que o pequeno agricultor individual.”¹⁰⁹

Ao estabelecer a comparação com os agricultores que trabalham de forma individualizada, não são somente as questões econômicas que são levadas em conta:

Essa cooperativa é uma luz pra muita gente, nós tivemos caravanas de mais de 40 países que visitou esse assentamento. E tudo pra pegar experiência porque é uma coisa muito boa. Se nós analisar com o pequeno agricultor, aqui a gente trabalha 8 horas por dia de segunda a sexta e tem os plantões no final de semana que aí é rodada, o pequeno agricultor trabalha de 12 a 15 horas por dia. Eles não tem sábado e não tem domingo, nós temos férias de 15 dias por ano e eles não tem essa folga. Aqui se eu ficar doente, tem alguém que vai fazer o trabalho. Se o pequeno agricultor ficar doente, 2 ou 3 que moram na casa, o restante não conseguem fazer as atividades.¹¹⁰

Não seria possível, porém, ter acesso a uma vida mais digna sem melhorar as condições econômicas das famílias que compõem o Assentamento. A defesa de que o Assentamento é sim

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Paulo Acélio César, já mencionado.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Neudi Guindani, já mencionado.

¹¹⁰ Agassi Ansolin, já mencionado.

uma experiência de contradição ao mundo capitalista e não apenas uma revolução passiva, está na explicação abaixo:

O coletivo te traz mil e um problemas, mas te traz mil e um confortos e facilidades pra você ter uma vida mais digna. O agricultor individual ele está em função de trabalhar pra integração ou de pagar prestação do trator. O agricultor individual ele tem que fazer tudo e aqui não, nós conseguimos dividir e o dinheiro que a gente ia comprar mais trator, a gente investe na vida, no bem estar, na educação.¹¹¹

O fruto do trabalho, o lucro gerado, não está investido somente na aquisição de bens. O Assentamento se afasta da lógica capitalista de consumo quando investe, prioritariamente, seus rendimentos em opções coletivas e que melhorem a qualidade de vida: construção de um campo de futebol, investimento no ensino superior dos jovens assentados ou pagamento de tratamentos de saúde.

A educação e a forma como ela é conduzida no Assentamento Conquista na Fronteira também é uma forma de mostrar-se como uma revolução popular e não uma revolução passiva. Se em uma revolução passiva, da forma como é definida por Gramsci, as pessoas acabam sendo manipuladas pela elite dominante, o que mais se percebe no Assentamento é o trabalho com a criticidade. Segundo um interlocutor, a educação é hoje uma das formas de enfrentar o modelo capitalista vigente:

O fuzil já foi, a caneta e o conhecimento que vai ser a arma de guerra pra se contrapor ao capitalismo. E nós no Movimento temos essa concepção também: pessoas esclarecidas, pessoas com formação política-ideológica, com caráter, com transparência, com dignidade, humildade... a gente pensa que estamos formando a sociedade.¹¹²

A diferença de discurso de dois períodos diferentes: o momento de acampamento, onde o enfrentamento era uma constante, e o momento de assentamento, onde se pensa em construir propostas diferenciadas. A revolução, antes, pensava-se ser alcançada por meio da pressão ao governo e do enfrentamento direto das questões que traziam descontentamento. Agora, fala-se no conhecimento como “arma” para promover ou então manter uma revolução.

Essa mudança de discurso pode ter ocorrido apenas em virtude da mudança de posição do interlocutor, que antes era um sem terra e agora está assentado. Porém, essa postura parece estar ganhando força em diversos espaços da sociedade e até mesmo nos acampamentos. Há, dentro do próprio Assentamento Conquista na Fronteira, quem veja com desconfiança a postura

¹¹¹ Idem.

¹¹² Neudi Guindani, já mencionado.

adotada hoje pelos acampados: “O pessoal do acampamento ultimamente não tão com vontade de trabalhar, eles querem viver de cesta básica. Querem viver não, acham melhor viver.”¹¹³

As mudanças nas políticas de governo têm causado mudanças também dentro do próprio MST. Nesse sentido, percebe-se que a interpretação de Sousa (2010) acerca do pensamento de Gramsci, relatada no item anterior, realmente faz sentido: no Brasil, o governo tem assumido a tarefa de promover mudanças, não dando espaço para a atuação dos grupos populares.

Talvez o Assentamento Conquista na Fronteira tenha sido constituído através de uma revolução popular, mas esta revolução não teve forças para se estender devido ao poder exercido pelos governos, em defesa de suas alianças (normalmente com os grandes proprietários de terra). As políticas de governo adotadas hoje, com caráter assistencialista, acabam afastando as pessoas da luta por direitos e promovendo, de certa forma, uma revolução passiva.

O sinal mais claro de que o Assentamento Conquista na Fronteira seja uma experiência realmente diferente, pode estar no fato de que os assentados consigam promover uma leitura crítica do mundo. Para além da defesa do Movimento Social e de suas bandeiras, os assentados conseguem avaliar de forma crítica sua atuação e seus rumos no futuro. Defendem o Assentamento de que fazem parte dizendo:

Eu penso assim: não deu certo, está dando certo. Mas até aqui deu certo, está dando certo e vamos dar prosseguimento, temos que continuar. Aqui é melhor no trabalho, tu tem mais condição de trabalhar, o dia que tu não pode ir tem gente que vai lá pra você, se tem um setor que não consegue atender vai alguém atender, favoreceu na questão da saúde, na questão das casas, energia elétrica, moradia, tudo. Se tu vai pegar, num geral, favoreceu em tudo o coletivo. Conseguir recurso, tu conseguir uma máquina, conseguir um projeto, tá aí o frigorífico que foi através de projeto que conseguimos o frigorífico, um trator, uma ceiva. Corrigimos a terra e estamos preservando, o Incra tá dizendo como espelho o Assentamento na questão da preservação da natureza. Nós temos 60 % da área que é tudo reflorestamento.¹¹⁴

Deixando de lado somente os aspectos econômicos, o interlocutor mostra a solidariedade do coletivo como algo que os diferencia e até mesmo a consciência ambiental como um diferencial. Nesse mesmo sentido, sempre são lembrados aspectos como a liberdade de expressão e a participação na tomada de decisões para defender a experiência do Assentamento Conquista na Fronteira.

¹¹³ Fátima Matt, já mencionada.

¹¹⁴ Celso Rabaioli, já mencionado.

Aspecto a ser destacado é a credibilidade que o grupo alcançou perante a sociedade, a partir do momento em que produzem, de fato. Segundo a fala do interlocutor, “Antes eles viam diferente, que era uma turma de baderneiro. Hoje não. Hoje tu vai ao comércio ou aonde tu vai aqui fala “eu sou do Assentamento Conquista na Fronteira”, hoje tu tem outro patamar. Tu é tratado como cidadão.”¹¹⁵

Dessa forma, os interlocutores explicam: “Tinha um cara aqui, até agora ele tá pra Lebon Régis, o Rosseti, e ele tinha uma placa que ele dizia assim “Uma experiência coletiva que deu certo”. Até a gente lia e dizia que tava errado, porque se “deu” certo, já parou. Aqui é uma experiência que dá certo. Aqui é bom de morar.”¹¹⁶ Ou seja, o Assentamento é visto como um projeto a longo prazo, uma construção contínua.

Percebendo o Assentamento como uma revolução popular, os interlocutores demonstram querer difundir experiências como a deles: “O que a gente conquistou, nós não queremos só pra nós. Nós queremos que outras famílias conquistem a terra, que vivam como nós, que construam suas cooperativas, porque nós estaremos dando apoio.”

Esse apoio, muitas vezes, é encarado pelos assentados como o próprio exemplo que podem dar:

Nós precisamos ir desenvolvendo alternativas de sobrevivência, mas com uma estratégia, com uma visão de futuro, de longo prazo. Aqui é uma forma diferenciada de se produzir, de viver, de se organizar em comunidade, que pode apontar pra uma sociedade diferente. O Assentamento, da forma como está organizado, é uma alternativa pra gente continuar sobrevivendo da roça, do campo, continuando a luta pela reforma agrária.

A ajuda que o Assentamento dá, através de suas lideranças e do trabalho direto com os demais assentamentos do MST, acaba sendo uma forma de reafirmar seus valores coletivos e demonstrar que, nessas experiências, não é o governo que promove mudanças e sim a classe popular através de organização própria.

O que fica nítido na reflexão realizada neste capítulo é o fato de que o processo de organização da vida e da produção no Assentamento Conquista na Fronteira é bastante diferenciado do que vemos em nossa sociedade comumente, entretanto não é simples defini-lo. Desde as primeiras conquistas após assentados, garantindo a sobrevivência e o mínimo de dignidade às famílias, até a industrialização dentro do próprio Assentamento muita luta foi travada.

¹¹⁵ Agassi Ansolin, já mencionado.

¹¹⁶ Altidor Matt, já mencionado.

O enfrentamento das mais diversas dificuldades acabou sendo fundamental para a criação de uma consciência de classe, baseada principalmente na experiência dos sujeitos. A experiência acumulada e refletida possibilitou a construção de propostas específicas para a realidade vivenciada no Assentamento, fazendo com que o ideal de coletividade por eles defendido se fortalecesse.

Avaliar se o Assentamento Conquista na Fronteira representa uma revolução popular ou então ou revolução passiva não é simples, pois o ponto de vista pode ser alterado pelo “lugar” de onde se olha. Parece-nos que ambas as ideias estão presentes no Assentamento, não sendo possível enquadrá-lo em apenas uma das categorias. O Assentamento é uma multiplicidade de experiências, o que o torna por vezes revolução popular e por vezes revolução passiva.

3.5.2 Perspectivas do Assentamento Conquista na Fronteira

Com características de revolução passiva e características de revolução popular, o Assentamento Conquista na Fronteira existe há mais de 25 anos. Nesse processo muitas dificuldades e desafios surgiram, sendo enfrentados ao longo dos anos. Porém, nos cabe conhecer quais os desafios que se impõe na atualidade ao Assentamento.

Questionando todos os interlocutores, pode-se perceber que são dois os grandes focos de preocupação em relação ao futuro: juventude e renda. Embora sejam focos diferentes, um está interligado ao outro, como explica o interlocutor:

Mas nós temos um desafio muito grande que é essa questão da sucessão. [...] Muitos jovens que nasceram aqui e se criaram já não estão mais aqui. E a gente precisa fazer com que a nossa juventude permaneça por aqui. Um grande desafio se dá no campo econômico. [...] E as necessidades dos jovens hoje são muito diferentes das nossas. Nós somos daquele tempo que não tinha o telefone, a internet, nós não tinha carro, não tinha nada. Hoje todas as casas tem telefone, tem internet, tem carro. Tudo isso que você conquista te traz uma nova demanda. Eu quando era jovem me contentava indo em um baile 4 vezes por ano, a nossa juventude quer duas vezes por semana. E isso precisa dinheiro.¹¹⁷

Ou seja, para garantir a continuidade da experiência coletiva é necessário manter o jovem no campo. As frases se repetem nas falas dos interlocutores: “O desafio é tentar trazer os jovens de volta que saíram e os que estão aqui, permanecer”.¹¹⁸ Além de dar continuidade ao projeto do Assentamento, a volta ou permanência dos jovens tem um lado emocional, pois os

¹¹⁷ Paulo Acélio César, já mencionado.

¹¹⁸ Ivone Webber, moradora do Assentamento Conquista na Fronteira desde o ano de 2003. Ivone fazia parte de um Assentamento também coletivizado na cidade de Araquari-SC. Em virtude da distância da família, que estava no oeste de Santa Catarina, solicitaram vaga no Assentamento Conquista na Fronteira.

pais gostariam de ter seus filhos por perto: “Meu filho arrumou um emprego em Rondônia e ficou lá, tá casado. Eu gostaria que ele voltasse. Quem sabe um dia ele volta?!”

Apesar de a renda ser determinante para a manutenção da juventude no campo, outro aspecto é destacado pelo interlocutor: o acesso à educação superior:

Eu acho que o grande desafio da cooperativa em si é formar toda a nossa juventude. O jovem, o adolescente, a criança.[...] Hoje nós não temos condição de dar faculdade pra todo mundo internamente, então há uma grande dificuldade nisso. Por isso que hoje tem bastante jovem que foi embora, por causa da faculdade.¹¹⁹

O ensino superior é bancado pelo Cooperunião, porém nem sempre é possível assumir os custos da formação de todos os jovens. É dada prioridade aqueles jovens que desejam fazer cursos do interesse ou da necessidade da própria cooperativa ou do Movimento. Sendo assim, há jovens que precisam esperar até que o curso que desejam fazer seja uma das prioridades.

Apesar das dificuldades, certo otimismo pode ser percebido durante as conversas com os assentados. Há uma perspectiva de grande desenvolvimento econômico para os próximos meses:

Eu acredito que em um espaço bem curto de tempo nós vamos ter condições de oferecer aqui salários bem melhores do que são oferecidos lá fora. O nosso setor de produção aqui, por exemplo, o gado leiteiro, nós demoramos muito tempo pra fazer um plantel da qualidade que nós temos hoje. Nós temos um frigorífico que está em fase de reforma e ampliação que também vai gerar muita oportunidade e vai movimentar muito a economia do Assentamento. Então acredito que os setores de produção se viabilizando da forma como está indo, em muito pouquinho tempo nós possamos ver os jovens voltando, por que vai ser muito mais atrativo aqui do que lá fora economicamente..¹²⁰

Esta esperança de melhora financeira está bastante ligada a uma obra que está sendo realizada no frigorífico do Assentamento. Este espaço está sendo ampliado, podendo gerar ainda mais emprego e renda no local: “Mas eu acredito que a partir do momento de abertura do frigorífico e ele começar funcionar de novo já que tá parado pra ampliação e outros setores que a gente tá prevendo essa questão da renda vai superar. As famílias vão ter a renda necessária pra cada um.”¹²¹

Fica evidente nas falas que a preocupação hoje é com o fator econômico, até porque este acaba influenciando nos demais setores da vida social: “O desafio nosso é montar essa indústria alí do frigorífico que tá o projeto bem dizer quase pronto, é um grande desafio pra poder manter essa juventude que ainda tem.”¹²²

¹¹⁹ Agassi Ansolin, já mencionado.

¹²⁰ Paulo Acélio César, já mencionado.

¹²¹ Agassi Ansolin, já mencionado.

¹²² Pedrinho Miotto, já mencionado.

Apesar da grande esperança depositada na melhora da renda e o conseqüente retorno dos jovens, um interlocutor demonstra ter clareza de que está questão não é simples, nem meramente econômica: “Mas também não sei se é só isso que o jovem busca, a gente não pode ter uma visão restrita e dizer que é somente por isso. As cidades hoje tem toda uma questão voltada para o esvaziamento do campo, a televisão, a grande mídia está em todos os momentos influenciando”¹²³

Pensar a juventude e a renda é grande desafio, mas acaba envolvendo outras questões, como a formação de consciência de classe entre os jovens e as crianças. A experiência, além de elemento aglutinador, poderia ser vista como fundamental para a manutenção. Porém, algumas experiências podem estar faltando aos jovens da atualidade.

O que se pode perceber neste capítulo foi que a passagem de agricultor “sem terra” para agricultor “com terra” pode representar a mudança de uma situação de negação de direitos, para ampliação do acesso aos mesmos. Ou seja, além de ter a terra como meio de sustento, ao passo em que os agricultores passam a produzir alimentos e sobreviver desta terra, conseguem também respaldo perante a sociedade civil.

Entretanto, o capítulo mostrou que embora o trabalho coletivo seja uma realidade no Assentamento há 25 anos, não é simples mantê-lo. Mesmo baseando-se nas discussões com o grupo e na organização coletiva da vida social, não há garantias de permanência das famílias no local. Porém, as desistências do Assentamento são vistas como algo inerente ao ser humano, que busca mudanças e melhoras na condição de vida.

Tais mudanças foram percebidas em maior número entre as famílias oriundas do município de Dionísio Cerqueira, visto que das 25 famílias iniciais, apenas 8 continuam fazendo parte desta experiência. Tal constatação pode ser percebida como resultado de menos experiências compartilhadas na luta pela terra ou até de um trabalho menos intenso de formação de consciência de classe.

Indiscutível é a partir de tudo o que o capítulo relatou a importância das experiências comuns e da formação de uma consciência de classe para a manutenção do coletivo. Tendo características de uma revolução passiva e também aspectos de uma revolução popular, o Assentamento Conquista na Fronteira se mostra uma experiência de grande valia para as experiências que dele fazem parte.

¹²³ Paulo Acélio César, já mencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender, de fato, uma experiência como a vivenciada no Assentamento Conquista na Fronteira não é algo simples. No decorrer do trabalho buscou-se entender as origens da luta pela terra e pode-se perceber que a exclusão dos camponeses do acesso a terra foi o grande fator gerador da luta. As ocupações realizadas na década de 1980, nada mais foram do que reações dos sujeitos perante as desigualdades existentes na distribuição da terra.

Percebeu-se que o processo de luta se desencadeou pela existência de lideranças dispostas a coordenar os Movimentos Sociais, embora o contexto nacional e regional também tenha sido determinante. O surgimento do MST no Oeste Catarinense, como já foi demonstrado em outros trabalhos, foi consequência de uma realidade regional, marcada pela exploração dos agricultores sem terra, através do trabalho como posseiros ou agregados.

A realização das ocupações e criação dos acampamentos mostrou-se determinantes para o que viria a ser o Assentamento Conquista na Fronteira no futuro. O momento dos acampamentos foi extremamente importante para a construção de uma identidade coletiva e até mesmo uma consciência de classe. Nas vivências enquanto acampados, no enfrentar frio, fome e falta de condições dignas de moradia, que os sujeitos fortaleceram-se na luta por transformações sociais.

O acampamento é também o espaço de formação de uma classe social dos “Sem Terra”, pois as lideranças têm atuação bastante forte neste momento, buscando unificar os objetivos pessoais e mediar os conflitos de interesses. Os acampamentos foram os momentos de preparação para a nova realidade que seria vivenciada dentro do espaço do Assentamento.

Ao tratar do Assentamento Conquista na Fronteira, percebeu-se que este é um espaço diferente de outros assentamentos rurais, pois sua organização e funcionamento são baseados no coletivo. O relato de como o Assentamento organiza-se na atualidade, através de comissões e núcleos de base, demonstrou a importância desta organização interna para o funcionamento das mais diversas áreas: produção, saúde, alimentação, lazer...

Porém, o Assentamento Conquista na Fronteira não foi formado apenas por integrantes do MST, mas também por pessoas oriundas do município de Dionísio Cerqueira, que não haviam passado pelo acampamento, que é considerado uma importante etapa de formação. Nesse sentido, percebeu-se das 25 famílias que não eram do MST apenas 8 permaneceram no Assentamento, o que acabou reforçando a hipótese de que o processo de formação político-

ideológica desenvolvido pelas lideranças desde o acampamento seja mesmo um diferencial para a adaptação no sistema coletivo.

Entretanto, das 35 famílias que compuseram o Assentamento, oriundas de acampamentos, somente 14 ainda estão no local. Nessas famílias que deixaram o Assentamento, há casos de mudança para outros assentamentos que também trabalham de forma coletivizada e alguns casos de alternância para assentamentos individualizados. Segundo a fala dos interlocutores, já citada no texto, estas mudanças são percebidas como algo inerente ao ser humano.

De posse dessas informações, o texto buscou compreender teoricamente o processo desenvolvido. Ancorado em conceitos de Gramsci e Thompson, chegou a percepções a cerca do Assentamento Conquista na Fronteira e de sua formação. Uma delas é de que a formação de uma classe social referente aos Sem Terra se dá, no Assentamento, devido às experiências que os aproximam. Segundo o conceito de Thompson, esta experiência não é apenas o vivenciar uma determinada situação, mas também a forma como compreender e agir perante a situação.

O papel desempenhado por grupos da Igreja Católica, principalmente a Comissão Pastoral da Terra, que se mostrou como uma entidade importante no apoio material, ajudando na fase de acampamentos, quando as necessidades para a sobrevivência eram grandes. Além disso, os grupos religiosos desempenharam uma função espiritual, dando sentido à luta pela terra, muitas vezes através de analogias com histórias bíblicas.

Os rituais e as místicas realizadas pelo grupo reforçavam a ideia de unidade, fazendo com que a adoção de uma identidade coletiva fosse facilitada. Através do poder simbólico, os momentos ritualísticos fortaleceram os processos de luta pela terra. Ratificando essa ideia, está fala de uma assentada que afirma: “Como nós estamos assentados, a luta não para. Ela continua, porque tem muito mais gente que precisa.”

Nesse sentido, a escola também parece desempenhar um papel importante, pois em uma relação direta com a comunidade, consegue transmitir valores considerados importantes para o grupo. Na fala dos interlocutores a escola é avaliada como algo extremamente positivo, até mesmo porque é nela que o trabalho de consciência de classe é mais visível.

Ficou clara a ideia de que o fato de famílias permanecerem no sistema coletivo durante mais de 20 anos se deve, muitas vezes, a ideia trabalhada pelo grupo de que este é um grande projeto de vida alternativa. Porém, é inegável o fato de que as melhorias de condições financeiras após a consolidação do acampamento foram importantes para que o grupo permanecesse coeso.

Os interlocutores destacam a renda e a permanência da juventude no campo como os desafios a serem enfrentados hoje. Pode-se perceber que embora a educação do Assentamento tenha buscado trabalhar a formação de consciência de classe entre os seus integrantes, isso não tem sido suficiente para manter o jovem no local.

Com isso, percebeu-se que apesar de mostrar-se como experiência de alternativa à sociedade capitalista, o Assentamento não se desvincula do capitalismo e se vê a influência direta de suas bases sobre a juventude, como a busca por crescimento financeiro, muitas vezes individualizado.

O Assentamento Conquista na Fronteira demonstra características de uma revolução popular, pois fez a contestação da distribuição da terra e exerce a luta contínua pelo bem estar das pessoas que o compõem. Porém, também é caracterizado por uma revolução passiva, visto que não está separado do sistema capitalista, sendo uma forma de sobrevivência no mesmo.

Através de suas constatações, este estudo quer instigar para que a investigação continue sendo feita. Inúmeras questões ainda precisam ser analisadas e melhor interpretadas e para isso há aspectos que se pretende investigar para dar continuidade a este estudo, como: de que maneira o Assentamento pretende manter os jovens no campo? Como esta experiência pode auxiliar os demais assentamentos do MST? A educação do Assentamento é libertária ou doutrinária?

O principal intuito deste trabalho foi despertar para a reflexão, para que experiências como o Assentamento Conquista na Fronteira sejam analisadas e compreendidas em sua essência, podendo alavancar outras experiências de contestação ao sistema em que vivemos atualmente, cujos pilares são o individualismo e o lucro acima do bem estar humano.

Trabalhar com história do tempo presente e história oral é um grande desafio: manter-se distante do objeto de pesquisa e ao mesmo tempo acompanhando-o, escutar e registrar histórias ao mesmo tempo em que não se pode deixar envolver por elas. O trabalho de pesquisa não é simples e envolve um grande exercício ético, para que a pesquisa não seja tendenciosa.

Porém, todas as dificuldades fazem sentido ao passo que se compreende que todos são pessoas, pessoas de qualquer origem social e a qualquer tempo, os responsáveis pela construção da história. Acompanhar o desenvolvimento da história das 60 famílias que compõem o Assentamento Conquista na Fronteira é perceber que a história pode ser transformada por pessoas que assumam um mesmo ideal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS FUNDIÁRIO BRASILEIRO, 2006. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> Acesso em 31/03/2013.

BADALOTTI, Rosana Maria; RENK, Arlene; FILIPPIM, Eliane Salette; BERTONCELLO, Andressa; ROSSY, Adriana May; AMARAL, Edes do; DALLAZEN, Rosilene. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no oeste catarinense**. VII RAM-UFRGS, Porto Alegre: RS, 2007

BAZOTTI, Angelita **Assentamento Rosário e Conquista na Fronteira: entre o coletivo e o familiar**. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

BENINCÁ, Elli. **Conflito Religioso e Práxis** - A ação política dos Acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o Conflito Religioso. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

CAMPOS, Pedro Ivo; MALDANER, Casildo. **Rumo à nova sociedade catarinense: plano de governo março/87 a março/91**. Florianópolis: [s.n.], 1987. V. 1,33p.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad: Klauss Brandini Gerhartdt, 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: **Crítica Marxista**, Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985.

COUTINHO, C. N. **Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DALAGNOL 1989 – Citação retirada de docuemnto datilografado, presente na pesquisa: **Da Cruz à Bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991**. Leandro Sidinei Nunes Hoffmann. Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FIORENTIN, Marcos. **MST e desenvolvimento local: uma experiência do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira-SC**. 2006. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2006.

FIORI, G. (1970) Antonio Gramsci, **Vida de um Revolucionário**, tr. T. Nairn, Londres: New Left Books.

FONTANA, Airton. **Construindo o caminho**: uma educação orgânica – Experiência do Assentamento Conquista na Fronteira. São Miguel do Oeste: UNOESC, 1999.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil**: Manifestações concretas. In: **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 53-68.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997. 396 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização: Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8ª ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel; notas sobre o Estado e a Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HEINSFELD, Adelar. OLIVEIRA, Ancelmo Pereira. **A região em perspectiva**. Joaçaba: UNOESC, 2001.

LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento e o Psiquismo**. São Paulo: Moraes Ltda, 1978.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no Oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes. **Ciência Política**. Brasília: Editora Vestcon, 2001;

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTEI, Lauro Francisco; ALVES, Pedro Assumpção. **Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos**. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 2006, Minas Gerais. **Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero**. Minas Gerais: ABEP, 2006. 20p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf> Acesso em: 23 jun. 2012.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Territorialidade, Identidade e Exclusão Social. In: **Anais do IV, V e VI Encontro de Geografia da Uniãoeste Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão: EDIUNIOESTE, 2003.

MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. A Realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000

MOREIRA, Antonio Carlos. **A reterritorialização do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira-SC: para além da dimensão cultural**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, A.C. A Igreja dos oprimidos. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins; NASCIMENTO, Maria Elisa Brum do. **A organização da cultura na perspectiva gramsciana**. Verinotio – Revista online de educação e ciências humanas, nº 8 , ano IV, mai 2008.

PAGOTO, Teresinha. **A reforma agrária no Oeste de Santa Catarina e os conflitos pela terra**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2009.

PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Argos, 2008.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, FUNDESTE, n. 7. 1991.

POZZOBON, Dornelles A. **Aspectos da estrutura fundiária de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1986.

RENK, Arlene. **Identidade comunitária**. Separata. Chapecó: Argos, 2004, p. 2.

RESENDE, L. G. **Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia**. Revista Ágora, n.4:1-17, 2006.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto – Portugal: Edições Afrontamento, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SOARES, P. P. D. **Por um Brasil rural com reforma agrária**. Revista UFG. Vol. 7, nº 1. 2004. Disponível em <http://www.proec.ufg.br>. Acesso em 01/07/2012.

SOUZA, Antônia de Abreu. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o Estado Brasileiro. **Revista Labor/UFC**, Fortaleza, v. 3, 2010.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 1999.

STROPOSALAS, V. M. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002.

TAYLOR, George in Marsh, David e Stoker, Gerry. **Theory and Methods in Political Science**. Nove Iorque: St. Martin's Press, 1995.

TEDESCO, João Carlos; GOES, Valdemar da Silva. **Entre cruces, bandeiras e cartilhas**: a mediação do campo eclesiástico na luta pela terra no norte do RS 1960-2010. Passo Fundo: Habilis, 2011.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto Experimental**: Conquista na Fronteira. Joaçaba: 2010. Acervo de audiovisuais do curso de Rádio e TV.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VENDRAMINI, C.R. **Experiência humana e coletividade em Thompson**. **Esboços**, 2004.

VENDRAMINI, C.R. **Educação e Trabalho**: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

VENDRAMINI, C.R. **A experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas do Movimento Sem Terra no Brasil**. Revista Lusófona de Educação, 2005.